

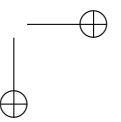
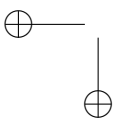
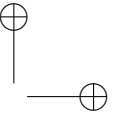
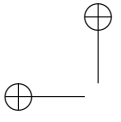
**IDEIAS ACERCA DE UMA
PSICOLOGIA
DESCRITIVA E ANALÍTICA**



Wilhelm Dilthey

Tradutor:
Artur Morão

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *Ideias acerca de uma Psicologia Descritiva e Analítica*

Autor: Wilhelm Dilthey

Tradutor: Artur Morão

Colecção: Textos Clássicos de Filosofia

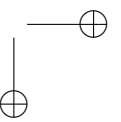
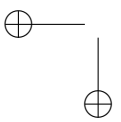
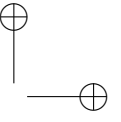
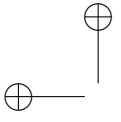
Direcção: José M. S. Rosa & Artur Morão

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008





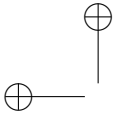
Apresentação

É o presente escrito um dos mais interessantes de Wilhelm Dilthey (1831-1911). Não pela diversificação ou pela riqueza interna de temas, mas pela singular densidade com que aborda um problema fundamental que assediou o filósofo em grande parte da sua vida: como fornecer às ciências do espírito, de recente formação e em plena expansão, um fundamento epistemológico que estabelecesse a sua originalidade, a sua índole genuína, a sua autonomia, o carácter autócotone e irreduzível dos seus problemas e das suas realidades, a sua incomensurabilidade com as ciências da natureza.

Não era, pois, intento seu travar uma guerra entre os dois grupos de saberes desenvolvidos na cultura ocidental, nem oferecer um modelo de ciência humana que se regulasse pela bitola ou pelos procedimentos da ciência natural, mas antes tentar fornecer um princípio de unidade funcional, que os situasse na sua fonte comum – a nossa imaginação criadora –, para depois respeitar, sem falsas identidades e confusões, a especificidade, a modalidade cognitiva, as metodologias típicas de cada complexo de saberes.

A motivação nuclear de W. Dilthey era polémica: cedo deu pela sedução que o êxito das ciências naturais exercia em muitos filósofos e nos investigadores do universo humano, induzindo-os a adoptar o pressuposto mecanicista, subjacente à prática e à interpretação dessas ciências. O alvo da sua crítica era o conjunto das ciências humanas ("ciências do espírito") que se formara, se instituíra e se autocompreendia à luz de ideias que promanavam de Th. Hobbes, B. Espinosa e D. Hume. Impugnava, portanto, uma certa tradição filosófica de materialismo com a sua pretensão de interpretar a vida humana, na sua integralidade, com o instrumental e a convicção naturalistas.

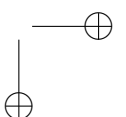
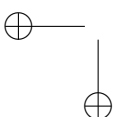
A reflexão diltheyana, no seu processo de maturação e aprofundamento, recebeu influxos de três fontes: em primeiro lugar, a inspiração kantiana, com a sua proposta do *a priori* enquanto estruturador da experiência humana nos três níveis da sensibilidade, do entendi-



mento e da razão. Mas, para Dilthey, o *a priori* kantiano era inaplicável ao carácter inédito da realidade histórica; por um lado, ao pretender dilucidar o estatuto da metafísica, polarizou-se excessivamente em torno da ciência natural e da matemática; depois, ostenta um giro abstracto e insensível à densidade e ao devir históricos no seu desdobramento criativo, que suscita diversas culturas e obras díspares em cada época cultural; além disso, enquadra-se numa concepção que fracciona, decerto involuntariamente, a experiência humana global, sem conseguir estabelecer um convincente elo de ligação ente a razão teórica, a razão prática e a actividade estética. O *a priori* surgirá, pois, em Dilthey essencialmente como o elo, o vínculo, a conexão, a tessitura ou a contextura da vida psíquica, que acontece, flui e se intui sempre como uma unidade, que se exterioriza e manifesta nas obras culturais de toda a espécie, mas se furta a uma apreensão total.

Outra fonte é a lição hegeliana, com o seu conceito de realidade enquanto processo da mudança histórica. Dilthey acolhe o relevo dado à história como campo de realização das virtualidades da razão dos homens, portanto o peso e as possibilidades criativas do tempo histórico, cujos limites ninguém nem filosofia alguma (ou qualquer outra obra cultural) consegue ultrapassar. Deixa, porém, de lado a razão absoluta de Hegel, a sua metafísica do Absoluto em devir e a necessária peregrinação do Espírito universal ao longo da história.

A terceira fonte é Schleiermacher, com a sua descoberta e o seu realce da unicidade e da peculiaridade dos indivíduos humanos e do elemento comum que eles partilham; e também com a sua acentuação do jogo da vida, que se distende no contraste de receptividade e espontaneidade, de universal e particular, de unidade e diversidade, de interioridade e exterioridade, de comunidade e indivíduo, de forma social e unilateralidade pessoal [cfr. F. Schleiermacher, *Texte zur Pädagogik*, I, Francoforte, Suhrkamp, 2000, pp. 214-216; 292-297]. Foi possivelmente com o grande teólogo que Dilthey discerniu o significado fundamental da categoria da 'vida'. O seu trabalho ulterior consistiu em extrair dela todas as consequências possíveis.



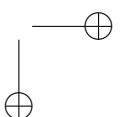
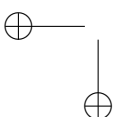


* * *

Mas que significa, neste contexto, a ‘vida’? Apenas isto: não é a vida como realidade biológica; é, acima de tudo, o fluxo partilhado das actividades e das experiências dos homens que, no seu todo, constituem o tecido da história, na sua diversidade social e na sua particularidade humana.

A ‘vida’, no entrosamento de acção e compreensão, imbuí, atravessa e percorre todos os nexos da humanidade; as suas ‘expressões’ ou manifestações incluem signos, símbolos, o discurso oral e a escrita, as práticas multimodas em que os humanos se espraiam e se estiram na demanda da natureza e de si próprios. Tais expressões encerram, pois, um conteúdo psicológico mais rico e denso do que o alcançado pela introspecção. Irrompem e manam de profundezas que a consciência não consegue iluminar. São fruto, não só da explosão imaginária, da elaboração intelectual, do esforço conativo de criação e empenhamento, mas também de múltiplas formas e actos de ‘pensamento tácito’, que se furtam à captação introspectiva.

Daí a convicção diltheyana, aprendida de Hegel, de que só pela história chegamos ao conhecimento de nós mesmos. Aqui reside igualmente a base da sua hermenêutica: interpretar é obter a compreensão do outro graças à ‘revivência’ (*Nacherlebnis*) da experiência alheia, isto é, através de uma ‘transposição’ empática ou da captagem do sentido das expressões corporificadas nas obras. Com que pressupostos se dá esse salto empático? Não por introspecção, como se fosse possível adentrar-se e imergir na subjectividade de outrem. A autocompreensão em face das realizações culturais assenta na revelação das semelhanças e diferenças, das variações e particularidades, que assomam não só na reflexão, mas também na interacção social, e a partir das quais se aprende a empatia e se desenvolve a imaginação. Depois, a ‘revivência’ da experiência alheia supõe e depende da autotrasladação individual para as circunstâncias temporais suscitadoras da expressão vital, que convida à compreensão [cfr. Anthony C. Thiselton, *New Horizons in Hermeneutics. The Theory and Practice*



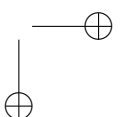
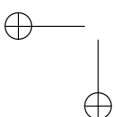


of Transforming Biblical Reading, Grand Rapids, Michigan, Zondervan Pub. House, 1992, p. 248.]. Neste mundo cultural, construído objectivamente, com suas implicações complexas, é que a mente se encontra a si própria e o Eu se redescobre no Tu. Mais uma vez, não em termos de encontro imediato de subjectividades translúcidas, mas por interposição de um mundo partilhado.

Ganhou assim plausibilidade o projecto filosófico diltheyano de uma ‘crítica da razão histórica’, nunca por ele totalmente levada a efeito, mas que fez despontar e florescer virtualidades fecundas e levou à afirmação da essencial historicidade humana, de tão ricas consequências no desenrolar ulterior da hermenêutica. Reforçou-se ainda a intenção de Dilthey de fundamentar epistemologicamente as ciências humanas, não de acordo com o figurino científico-natural, mas para fazer jus à sua verdadeira independência cognitiva.

Como assim? Na obra *Introdução às ciências do espírito*, no livro 1 [cfr. ed. esp. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*, Madrid, Revista de Occident, 1966², pp. 45-69], aduzem-se motivos para semelhante autonomia. As ciências humanas nascem emancipadas, porque se centram nos processos de expressão interna, nas vivências que seguidamente ganham corpo cultural; a fundamentação do seu lugar independente, ao lado das ciências do reino material, realiza-se passo a passo, com a análise da vivência total do mundo espiritual, na sua incomensurabilidade com toda a experiência sensível acerca do cosmos. É verdade que os processos espirituais e os materiais se entrosam uns nos outros, em virtude da interacção entre a unidade psicofísica e o curso geral da natureza, ao nível dos estímulos e dos fins. Mas os primeiros não podem derivar-se da ordem natural mecânica.

Incluem as ciências humanas factos naturais, sem dúvida; e a vida espiritual do ser humano é uma parte, separável só por abstracção, da unidade vital psicofísica. Em virtude de ser uma unidade vital, existe ele como um complexo de factos espirituais, que são o limite superior dos factos da natureza, tal como estes constituem as condições





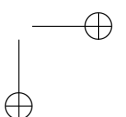
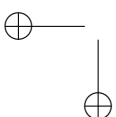
inferiores da vida espiritual. É real, por isso, uma relativa delimitação recíproca das duas classes de ciências. Os conhecimentos de umas mesclam-se com os das outras.

As ciências do homem, da sociedade e da história têm como fundamento as da natureza, pois incluem referências à biologia, ao mundo inorgânico, etc. Originaram-se na prática da própria vida, desenvolveram-se pelas exigências da formação profissional e estão ligadas ao exercício das funções sociais: direito, actividade política, e assim por diante. O seu material é, por conseguinte, a realidade histórico-social, enquanto se conservou como notícia, dentro do tempo humano, na consciência da humanidade e se tornou acessível à ciência como conhecimento social. Deparamos nelas com três classes de afirmações: a) o dado na percepção real, ou seja, o *elemento histórico* do conhecimento; b) o comportamento uniforme dos conteúdos parciais dessa realidade, separados por abstracção, isto é, o *elemento teórico*; e c) juízos de valor e normas, a saber, o *elemento prático*. Estas três tendências confluem, no seio das ciências do espírito, numa determinação básica: a *compreensão do singular e do individual* constitui nelas o fim último, além da explicação de regularidades abstractas.

Eis porque é grande a relevância do tratado *Ideias para uma psicologia descritiva e analítica* (1894), de notável coesão interna, de escrita concisa e precisa. O seu tema está longe de ter perdido interesse. Continua a ser um campo de batalha eminentemente filosófica, mas não só.

Ajuda a perceber o modo como Dilthey perspectiva a vida anímica: o perfil central desta última é o fluxo permanente, a unidade da sua torrente com os seus momentos qualitativos, as vivências; é una e única, dotada de uma tessitura indestrutível, não obstante todo o seu contrastado devir, que podemos perceber na consciência, sem contudo o vislumbrarmos no seu todo.

Em contraste com a experiência interna, que é um contínuo de muitos matizes, mas ligado, a experiência externa é quase pontilhista,





descontínua, e só ganha coesão precisamente graças ao contínuo anímico, em cujo marco ela se vem incrustar. Por isso, enquanto as ciências do espírito radicam na contextura da vida anímica, e tentam compreendê-la nas suas objectivações culturais, entretecendo o interior com o exterior, e vice-versa, as ciências da natureza não têm outro recurso excepto hipotetizar, construir nuvens de hipóteses.

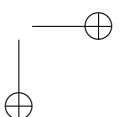
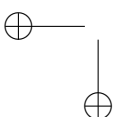
Quer isto dizer que, enquanto práticas humanas e invenções teóricas, enquanto diálogo com o cosmos, só ganham sentido no enquadramento total de uma civilização, no jogo dos seus interesses, no enleamento e na luta contra as suas possíveis ilusões e erros. . .

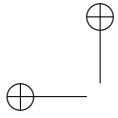
Mas o melhor é ler e ouvir o próprio Dilthey. A sua distinção entre ‘explicação’ e ‘compreensão’ levanta, decerto, alguns problemas e suscita múltiplas questões e reservas, sobretudo na sua aplicação dualista, exclusiva e alternativa, aos vários ramos do saber. Mas, a uma outra luz, é verdade que ‘explicar’ e ‘compreender’ não são a mesma coisa, e que ambos actuam em todo o exercício da cognição, seja qual for o campo da sua aplicação.

* * *

Para a versão presente, que se ajusta o mais possível ao discurso de Dilthey, evitando paráfrases ou fugas extraliterais, utilizou-se o texto das *Obras completas, Gesammelte Schriften*, volume V, 1968, editadas pela editora Vandenhoeck & Ruprecht de Gotinga.

Artur Morão



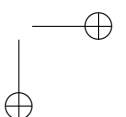
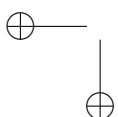


Ideias acerca de uma Psicologia Descritiva e Analítica (1894)

Wilhelm Dilthey

Contents

Capítulo I: A tarefa de uma fundamentação psicológica...	10
Capítulo II: A distinção entre a psicologia explicativa e...	27
Capítulo III: A distinção entre a psicologia explicativa e...	32
Capítulo IV: A psicologia explicativa e a descritiva	44
Capítulo V: Relação entre a psicologia explicativa e...	71
Capítulo VI: Possibilidade e condições da solução...	78
Capítulo VII: A estrutura da vida psíquica	83
Capítulo VIII: O desenvolvimento da vida psíquica	99
Capítulo IX: O estudo das diversidades da vida psíquica	115

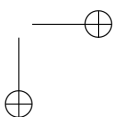
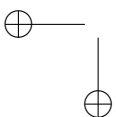




Capítulo I

A tarefa de uma fundamentação psicológica das ciências do espírito

A psicologia "explicativa", que hoje tantos trabalhos e tanto interesse suscita, estabelece um vínculo causal que pretende tornar concebíveis todos os fenómenos da vida psíquica. Quer explicar a constituição do mundo anímico segundo as suas componentes, forças e leis, tal como a física e a química explicam a constituição do mundo dos corpos. Representantes desta psicologia explicativa são os psicólogos associacionistas, Herbart, Spencer, Taine, as diversas formas de materialismo. A distinção entre ciências explicativas e descritivas, que aqui tomamos como base, corresponde ao uso linguístico. Entender-se-á por ciência explicativa toda a subordinação de um campo de fenómenos a um nexu causal por meio de um número limitado de elementos (isto é, partes integrantes do nexu) univocamente determinados. Este conceito indica o ideal de semelhante ciência, tal como ele se formou sobretudo graças ao desenvolvimento da física atômica. A psicologia explicativa quer, pois, subordinar os fenómenos da vida psíquica a um vínculo causal mediante um número limitado de elementos univocamente determinados. É uma ideia de extraordinária ousadia, que conteria em si a possibilidade de uma imensurável evolução das ciências do espírito para um sistema rigoroso de conhecimento causal, que corresponderia ao das ciências da natureza. Se toda a teoria psíquica procura trazer à consciência as relações causais da vida anímica, então a característica diferencial da psicologia explicativa consiste na sua convicção de poder alcançar um conhecimento pleno e transparente dos fenómenos psíquicos, a partir de um número limitado de elementos univocamente determinados. O nome de psicologia 'construtiva' caracterizá-la-ia com maior precisão e, ao mesmo tempo, realçaria o amplo contexto histórico em que ela se encontra.

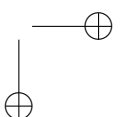
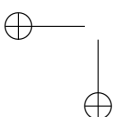




A psicologia explicativa só pode conseguir o seu fito através de uma combinação de hipóteses.

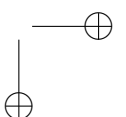
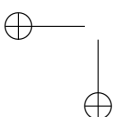
O conceito de hipótese pode conceber-se de modos diferentes. Todo o raciocínio que, mediante a indução, procura completar um conjunto de experiências deve designar-se, em princípio, como hipótese. A conclusão nele contida encerra uma expectativa que, para lá do dado, se estende a algo não dado. Semelhantes raciocínios integradores existem, naturalmente, em todo o género de exposição psicológica. Sem tal inferência, nem sequer posso reduzir uma recordação a uma impressão anterior. Seria insensato pretender excluir da psicologia os elementos hipotéticos. Seria também injusto censurar à psicologia explicativa o emprego de tais componentes, já que a psicologia descritiva também deles não poderia prescindir.

Mas, nas ciências da natureza, elaborou-se o conceito de hipótese num sentido mais determinado, na base das condições que se dão no conhecimento natural. Como nos sentidos somente é dada a coexistência e a sucessão, sem o nexos causal daquilo que se apresenta simultânea ou sucessivamente, o vínculo causal surge na nossa apreensão da natureza só graças a uma acção que a completa. A hipótese é assim o recurso necessário do conhecimento progressivo da natureza. Em geral, são várias as hipóteses que se apresentam como igualmente possíveis; a tarefa é, então, comprovar uma delas e excluir as outras, desenvolvendo as suas consequências e comparando-as com os factos. A força das ciências naturais radica em que, graças à matemática e ao experimento, podem conferir a este processo o grau máximo de exactidão e de segurança. O exemplo máximo e mais instrutivo de como uma hipótese se converte em património seguro da ciência temo-lo na hipótese copernicana de que a Terra gira em volta do seu eixo em vinte e quatro horas menos quatro minutos e possui, ao mesmo tempo, um movimento progressivo à volta do sol durante cerca de trezentos e sessenta e cinco dias e um quarto; foi ela desenvolvida e fundada sucessivamente por Kepler, Galileu, Newton, Foucault, etc., até se transformar numa teoria subtraída a toda a dú-





vida. Outro exemplo famoso de como uma hipótese aumenta a sua probabilidade, até ao ponto de já não ser necessário ter em conta outras possibilidades, é a explicação da luz pela hipótese ondulatória, em contraste com a hipótese da emanção. Saber em que ponto a hipótese subjacente a uma teoria científico-natural obtém semelhante grau de probabilidade, graças à travacção com todo o conhecimento natural e à comprovação das consequências nos factos, de maneira que se possa prescindir do nome de hipótese, é decerto uma questão ociosa e, ao mesmo tempo, insolúvel. Há uma característica muito simples, graças à qual distingo as hipóteses dentro do vasto domínio de proposições baseadas em inferências. Quando uma ilação pode estabelecer um fenómeno ou um grupo de fenómenos numa conexão suficiente que se harmoniza com todos os factos conhecidos e com as teorias válidas, mas não consegue excluir outras possibilidades de explicação, estamos perante uma hipótese. Nunca deparamos com esta característica, sem que semelhante proposição possua o carácter de hipótese. Mas também onde ela falta, quando não se formaram, ou não se corroboraram, hipóteses contrárias, permanece em aberto a questão de se uma proposição fundada em conclusões indutivas não possuirá, todavia, o carácter de hipótese. Não dispomos de nenhuma característica absoluta pela qual possamos, em todas as circunstâncias, distinguir as proposições científico-naturais, que encontraram para sempre a sua formulação definitiva, daquelas que expressam adequadamente a conexão dos fenómenos só para a situação actual do nosso conhecimento acerca de tais fenómenos. Persiste sempre um hiato intransponível entre o grau máximo de probabilidade alcançado por uma teoria indutivamente fundada e a apodicticidade que corresponde às relações matemáticas fundamentais. Não são só as relações numéricas que possuem este carácter apodíctico; seja qual for a forma como se constituiu a nossa imagem do espaço, tal processo situa-se para lá da nossa memória: ei-la justamente diante de nós; em qualquer lugar seu podemos apreender as mesmas relações fundamentais, com absoluta independência do lugar em que se apresentam.

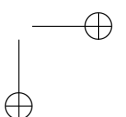
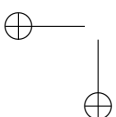




A geometria é a análise desta imagem espacial, de todo independente da existência dos objectos singulares. Aqui radica o carácter da sua apodicticidade, não é condicionado pela origem desta representação espacial. Neste sentido, as hipóteses não têm só uma significação decisiva como etapas determinadas na origem das teorias científico-naturais; não pode também deixar-se de observar que, inclusive com o incremento máximo da probabilidade da nossa explicação da natureza, jamais desaparecerá o seu carácter hipotético. Nem por isso ficam abaladas as nossas convicções científico-naturais. Quando Laplace introduziu o cálculo de probabilidades no tratamento das inferências indutivas, alargou-se também a mensurabilidade ao grau de segurança do nosso conhecimento natural. Subtraímos assim o chão à utilização do carácter hipotético da nossa explicação da natureza em prol de um cepticismo árido ou de um misticismo ao serviço da teologia.

Mas quando a psicologia explicativa transfere o método científico-natural da formação de hipóteses, graças à qual se acrescenta uma conexão causal complementar, surge a questão de se tal transferência será justificada. Importa mostrar que semelhante transferência tem lugar, de facto, na psicologia explicativa, e é necessário aduzir os pontos de vista que suscitam escrúpulos em face desta transferência. Faremos ambas as coisas, por agora, provisoriamente, já que na exposição ulterior se encerram a este respeito outros desenvolvimentos directos ou indirectos.

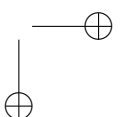
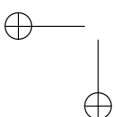
Constatamos, em primeiro lugar, o facto de que a toda a psicologia explicativa está subjacente uma combinação de hipóteses, que se revelam como tais em virtude da característica mencionada, pois não podem excluir outras possibilidades. A cada complexo de hipóteses contrapõem-se nela muitas outras. Ruge no seu âmbito uma luta de todos contra todos, não menos violenta do que a que impera no campo da metafísica. Nem na lonjura do horizonte se vislumbra algo que consiga arbitrar esta peleja. Consola-se, sem dúvida, a psicologia pensando nos tempos em que também não era melhor





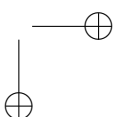
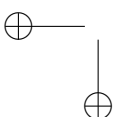
a situação da física e da química; mas, que imensas vantagens têm estas na firmeza dos seus objectos, no uso livre do experimento, na mensurabilidade do mundo espacial! Além disso, a insolubilidade do problema metafísico da relação entre o mundo espiritual e o corporal impede, neste domínio, o desenvolvimento puro de um conhecimento causal seguro. Ninguém, pois, pode dizer se algum dia acabará esta luta das hipóteses no seio da psicologia explicativa, nem quando tal acontecerá.

Quando pretendemos estabelecer um conhecimento causal pleno, somos impedidos por uma nuvem de hipóteses, sem nenhuma perspectiva de as comprovar com os factos psíquicos. Correntes muito influentes da psicologia mostram-nos isto com grande claridade. Uma hipótese deste tipo é a teoria do paralelismo entre os processos nervosos e os processos anímicos, segundo a qual os factos espirituais mais poderosos também nada mais são do que fenómenos concomitantes da nossa vida corporal. Semelhante hipótese é a redução de todos os fenómenos de consciência a elementos de tipo atómico, que actuam entre si segundo relações nomológicas. Outra hipótese análoga é a construção, com o intento de explicação causal, de todos os fenómenos psíquicos por meio das duas classes de "sensações" e "sentimentos"; a vontade, que na nossa consciência e na nossa conduta vital se apresenta tão impetuosa, não passaria então de uma aparência secundária. Mediante puras hipóteses deriva-se a autoconsciência a partir dos elementos psíquicos e dos processos entre eles. Dispomos somente de hipóteses sobre os processos causais, graças aos quais o nexó psíquico adquirido influi constantemente, de modo tão poderoso e misterioso, nos nossos processos conscientes de raciocínio e volição. Hipóteses, em toda a parte só hipóteses! E não como componentes subordinadas, que se ajustam singularmente à marcha do pensamento científico. Tais hipóteses são, como vimos, inevitáveis. Mais ainda, hipóteses que, como elementos da explicação causal psicológica, possibilitam a derivação de todos os fenómenos psíquicos e devem neles comprovar-se.



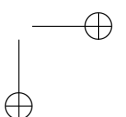
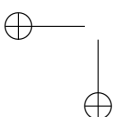


Os representantes da psicologia explicativa costumam apoiar-se nas ciências da natureza para justificar um tão amplo emprego de hipóteses. Mas já no início das nossas investigações queremos proclamar a pretensão das ciências do espírito de determinar autonomamente os seus métodos, de harmonia com o seu objecto. As ciências do espírito, partindo dos conceitos mais gerais da metodologia geral, devem chegar, graças à comprovação nos seus objectos peculiares, a métodos e a princípios mais genuínos dentro do seu âmbito, tal como fizeram as ciências da natureza. Não nos revelaremos genuínos discípulos dos grandes pensadores científico-naturais pelo facto de trasladar para o nosso campo os métodos por eles encontrados mas, ao invés, conformando o nosso conhecimento à natureza dos nossos objectos e comportando-nos em relação a estes tal como eles com os seus. *Natura parendo vincitur*. As ciências do espírito distinguem-se das ciências da natureza, em primeiro lugar, porque estas têm como objecto seu factos que se apresentam na consciência dispersos, vindos de fora, como fenómenos, ao passo que naquelas se apresentam a partir de dentro, como realidade e, *originaliter*, como uma conexão viva. Por isso, nas ciências da natureza é-nos oferecido um nexu natural só através de ilações suplementares, mediante um complexo de hipóteses. Pelo contrário, nas ciências do espírito, a base é a conexão da vida anímica como algo originariamente dado. "Explicamos" a natureza, "compreendemos" a vida anímica. Na experiência interna são também dados os processos de causação, dos laços das funções, como membros singulares da vida psíquica, num todo. Primordial é, aqui, a conexão vivida, secundária a distinção dos seus diversos membros. Isto condiciona uma diferença muito grande dos métodos com que estudamos a vida psíquica, a história e a sociedade, relativamente aos outros métodos pelos quais se obtém o conhecimento da natureza. Para a questão que aqui nos interessa infere-se da diferença aduzida que as hipóteses, no seio da psicologia, não desempenham de modo algum o mesmo papel que no interior do conhecimento natural. Neste toda a conexão se estabelece mediante uma formação





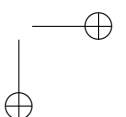
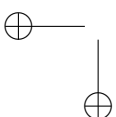
de hipóteses; na psicologia, a conexão é dada de um modo originário e constante na vivência: a vida está presente em toda a parte só como nexos. Portanto, a psicologia não necessita de conceitos subjacentes obtidos por inferências para estabelecer uma conexão que englobe os grandes grupos dos factos anímicos. Quando uma classe de efeitos surge condicionada interiormente e, todavia, se apresenta sem consciência alguma das causas que interiormente actuam, como acontece na "reprodução" ou no influxo que sobre processos conscientes exerce a conexão psíquica adquirida, subtraída à nossa consciência, é também possível que a descrição e a análise do decurso de tais processos os submeta à grande articulação causal do todo, que pode ser estabelecida a partir das experiências internas. E, por isso, quando constrói uma hipótese sobre as causas de tais processos, não se sente impelida a pô-la, em seguida, nos alicerces da psicologia. O seu método é inteiramente diferente do da física ou da química. A hipótese não é o seu fundamento imprescindível. Portanto, quando a psicologia explicativa subordina os fenómenos da vida psíquica a um número limitado de elementos explicativos univocamente determinados, de absoluto carácter hipotético, não podemos admitir que tal possa ser fundamentado pelos seus representantes como o destino inevitável de toda a psicologia, a partir da analogia do papel das hipóteses no conhecimento natural. Além disso, no âmbito psicológico, as hipóteses também não possuem a capacidade de realização de que deram provas no conhecimento científico-natural. Não é possível elevar os factos da vida psíquica à determinidade estrita que se exige para a comprovação de uma teoria, mediante a comparação das suas consequências com tais factos. Por isso, em nenhum ponto decisivo se conseguiu a exclusão de outras hipóteses e a averiguação da hipótese alternativa. Na fronteira da natureza e da vida anímica, o experimento e a determinação quantitativa revelaram-se igualmente prestáveis à formação de hipóteses, como acontece no conhecimento natural. Mas nada disso se adverte nos campos centrais da psicologia. Sobretudo, a questão, tão decisiva para a psicologia construtiva,





quanto às relações causais que condicionam a influência dos processos conscientes pela conexão psíquica adquirida ou a "reprodução", não avançou sequer um passo, apesar de todos os esforços até agora empreendidos. Quão diversamente se podem combinar as hipóteses e com que igual facilidade se podem delas derivar os grandes factos psíquicos decisivos, a autoconsciência, o processo lógico e a sua evidência, ou a consciência moral! Os defensores de semelhante conexão hipotética possuem o olhar mais acutilante para aquilo que lhe pode servir de corroboração, e são de todo cegos para aquilo que a contradiz. Neste caso, sim, podemos dizer da hipótese o que Schopenhauer afirmava, erroneamente, de todas em geral: semelhante hipótese leva na cabeça onde se instalou, ou onde nasceu, uma vida que se pode comparar à de um organismo: recebe do mundo exterior apenas o que lhe é homogêneo e a faz prosperar; pelo contrário, aquilo que lhe é heterogêneo ou prejudicial, ou não o deixa aproximar-se ou, se inopinadamente o recebe, expulsa-o sem qualquer assimilação. Por isso, as conexões hipotéticas da psicologia explicativa não têm em vista elevar-se alguma vez à categoria que corresponde às teorias científico-naturais. Levantamos, por isso, a questão de se outro método da psicologia – a que chamaremos descritivo e analítico – poderá evitar a fundamentação da nossa compreensão de toda a vida psíquica sobre um conjunto de hipóteses.

O predomínio da psicologia explicativa ou construtiva, que funciona com hipóteses segundo a analogia do conhecimento natural, implica consequências extraordinariamente danosas para o desenvolvimento das ciências do espírito. Aparentemente, os investigadores positivos vêm-se, neste campo, obrigados a renunciar a toda a fundamentação psicológica ou, então, a aceitar todos os inconvenientes da psicologia explicativa. Por isso, a ciência actual desembocou no dilema seguinte, que contribuiu de modo extraordinário para o incremento do espírito céptico e da empiria superficial, estéril e, portanto, para a separação crescente da vida em relação ao saber. Ou as ciências do espírito se servem dos fundamentos que a psicologia lhes ofe-

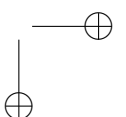
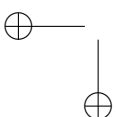




rece, e adquirem assim um carácter hipotético, ou procuram resolver os seus problemas, sem o fundamento de qualquer sinopse cientificamente ordenada dos factos psíquicos, apoiadas apenas na equívoca e subjectiva psicologia da vida. No primeiro caso, a psicologia explicativa comunica à teoria do conhecimento e às ciências do espírito todo o seu carácter hipotético.

Podemos pôr num mesmo plano a teoria do conhecimento e as ciências do espírito, no tocante à necessidade de uma fundamentação psicológica, embora exista uma diferença considerável quanto à amplitude e à profundidade de tal fundamentação. A teoria do conhecimento ocupa, decerto, na conexão da ciências, um lugar muito diferente do das ciências do espírito. É impossível fazê-la preceder de uma psicologia. Todavia, embora de forma diferente, existe também para ela o mesmo dilema. Poderá ela configurar-se sem pressupostos psicológicos? E se tal não é possível, quais seriam as consequências, no caso de se fundar numa psicologia explicativa? A teoria do conhecimento nasceu da necessidade de se garantir, no oceano das flutuações metafísicas, um pedaço de terra firme, um conhecimento universalmente válido de alguma amplitude. Se ela se tornasse insegura e hipotética, acabaria com a sua própria finalidade. Vemos, pois, que o mesmo fatal dilema se põe à teoria do conhecimento e às ciências do espírito.

As ciências do espírito buscam um fundamento firme, universalmente válido para os conceitos e as proposições com que se vêm forçadas a operar. Sentem uma desconfiança, demasiado justificada, contra as construções filosóficas submetidas a discussão e que introduzem esta discussão nas análises e nas comparações empíricas. Por isso, em amplos círculos da jurisprudência, da economia política e da teologia, existe a tendência a renunciar de todo às fundamentações psicológicas. Cada uma delas procura estabelecer uma conexão a partir do laço empírico dos factos e das regras ou normas próprias do seu âmbito, cuja análise teria como resultado certos conceitos e proposições elementares gerais como subjacentes à respectiva ciên-

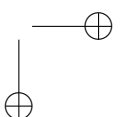
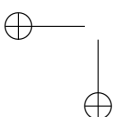




cia do espírito. Dada a situação da psicologia explicativa, não podem fazer outra coisa, se querem escapar aos múltiplos escolhos e vórtices da psicologia explicativa. Mas, ao fugir do vórtice filosófico de Caribdis, enredam-se nos escolhos de Cila, isto é, de uma empiria anémica.

Não se requer nenhuma prova de que a psicologia explicativa, porquanto só se pode fundar em hipóteses incapazes de se alçar à categoria de uma teoria convincente, que exclui as outras hipóteses, deveria comunicar a sua incerteza às ciências empíricas do espírito, que nela se apoiassem. E mostrar que toda a psicologia explicativa necessita de tais hipóteses para se fundamentar será um objectivo nuclear da nossa exposição. Mas deve, já aqui, comprovar-se que nenhuma tentativa de estabelecer uma ciência empírica do espírito sem psicologia pode levar a um resultado útil.

Uma empiria que renuncie à fundamentação do que acontece no espírito, ao nexo compreendido da vida espiritual, é forçosamente estéril. Tal pode comprovar-se em cada uma das ciências do espírito. Cada uma delas carece de conhecimentos psicológicos. Assim, toda a análise do facto religião recorre a conceitos como sentimento, vontade, dependência, liberdade, motivo, que só podem ser clarificados num contexto psicológico. Lida com nexos da vida psíquica, já que é nesta que brota e ganha força a consciência de Deus. Mas estes nexos são condicionados pela textura psíquica geral, regular, e só a partir dela são compreensíveis. A jurisprudência ocupa-se de conceitos como norma, lei, imputabilidade, de nexos psíquicos que exigem uma análise psicológica. Sem uma compreensão clara da conexão regular de cada vida anímica, é-lhe impossível expor a urdidura em que surge o sentimento jurídico ou aquela em que os fins se tornam efectivos no direito e as vontades são submetidas à lei. As ciências políticas, que lidam com a organização exterior da sociedade, encontram em toda a relação associativa os factos psíquicos de comunidade, domínio e independência. Estes exigem uma análise psicológica. A história e a teoria da literatura e da arte vêem-se em

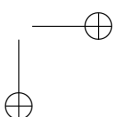
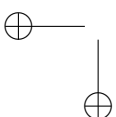




toda a parte remetidas para os sentimentos estéticos, compostos, do belo, do sublime, do humorístico ou do ridículo. Estes, sem análise psíquica, permanecem como simples representações obscuras e mortas para o historiador da literatura, que não compreenderá a vida de nenhum poeta, se não conhecer os processos da imaginação. É assim, e nenhuma delimitação de especialidades o pode impedir: assim como os sistemas culturais, a economia, o direito, a religião, arte e a ciência, a organização externa da sociedade nas associações da família, do comum, da Igreja, do Estado, dimanaram da textura viva da alma humana, assim também só a partir dela se podem explicar. Os factos psíquicos constituem a sua componente mais importante; não podem ser estudados sem a análise psicológica. Encerram em si um nexos, porque a vida psíquica é uma trama. Por isso, a compreensão desta conexão interna que em nós existe condiciona em toda a parte o seu conhecimento. Conseguiram surgir como um poder que se fecha sobre os indivíduos, porque existe uniformidade e regularidade na vida psíquica, e tal possibilita uma ordem análoga para muitas unidades de vida¹.

Assim como o desenvolvimento de cada uma das ciências do espírito está ligado à constituição da psicologia, também não é possível conseguir a articulação das mesmas num todo sem compreender a urdidura psíquica em que se encontram entrosadas. Sem referência alguma à conexão psíquica em que se fundam as suas relações, as ciências do espírito são um agregado, um feixe disperso, e não um sistema. Qualquer ideia, por muito bronca que seja, assenta em alguma ideia grosseira acerca do nexos dos fenómenos psíquicos. Só a

¹ Smoller, no seu ensaio sobre economia nacional, teoria económico-nacional e seus métodos - no novo *Dicionário de ciências políticas* - mostrou de modo convincente, a propósito da economia política, a dependência em que se encontra uma ciência particular do espírito, se pretende fixar objectivos à vida prática, de um contexto mais amplo. Leva também ao reconhecimento de que só um nexos teleológico pode solucionar esta tarefa. O presente ensaio pretende mostrar como a psicologia descritiva contém os meios para um conhecimento universalmente válido de semelhante contextura, subjacente às ciências do espírito.



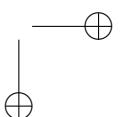
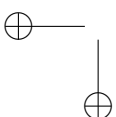


partir da tessitura psíquica ampla, uniforme, se podem tornar compreensíveis as relações em que se encontram a economia, o direito, a religião, a arte e o saber entre si e com a organização externa da sociedade humana, pois deste marco foram elas brotando lado a lado e, graças a ela, coexistem em cada unidade psíquica de vida, sem mutuamente se confundir ou destruir.

A mesma dificuldade pesa sobre a teoria do conhecimento. Uma escola que sobressai pela sagacidade dos seus representantes exige a total autonomia da teoria do conhecimento relativamente à psicologia. Afirmo ela que na "crítica da razão" de Kant se levou a cabo, em princípio, a emancipação da teoria do conhecimento mediante um método especial. Quer desenvolver este método; aqui parece residir, segundo ela, o futuro da teoria do conhecimento.

Mas, claro está, os factos espirituais que constituem o material da teoria do conhecimento não podem ser entrelaçados sem o pano de fundo de alguma representação do nexos psíquico. Nenhuma arte mágica do método transcendental torna possível o que em si é impossível. Nenhum sortilégio da escola kantiana pode aqui ajudar. A aparência de tal conseguir deve-se a que o teórico do conhecimento possui, na sua própria consciência viva, esta textura e a transfere para a sua teoria. Pressupõe-na. Serve-se dela. Mas não a controla. Por isso, agregam-se-lhe inevitavelmente, a partir das esferas linguística e de ideias da época, interpretações desta textura em conceitos psicológicos. Aconteceu assim que os conceitos fundamentais da crítica kantiana da razão pertencem a uma determinada escola psicológica. A teoria classificadora das faculdades, da época de Kant, teve como consequência as separações taxativas, a técnica dissecadora da sua crítica da razão. Posso ver isto nas suas separações de intuição e pensamento, de matéria e forma do conhecimento. Ambas as distinções, tão taxativas em Kant, dilaceram uma conexão viva.

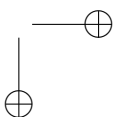
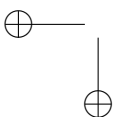
A nenhuma das suas descobertas atribuiu Kant tanta importância como à sua separação nítida da natureza e dos princípios da intuição e do pensamento. [Mina, sem dúvida, esta separação rigorosa,





pois foi o primeiro a oferecer uma prova clara da acção do entendimento no seio da sensibilidade.] Mas naquilo que ele chama intuição cooperam sempre processos mentais ou actos que lhe são equivalentes. Assim, o diferenciar, a avaliação de graus, o igualar, a união e a separação. Lidamos, pois, aqui unicamente com etapas diferentes na acção dos mesmos processos. Os mesmos processos elementares de associação, de reprodução, de comparação, de diferenciação, de apreciação de graus, de separação e de união, do prescindir e do destacar – em que depois assenta a abstracção - actuam na formação das nossas percepções, das nossas imagens reproduzidas, das figuras geométricas, das representações da fantasia, que, em seguida, imperam também no pensamento discursivo. Esses processos constituem o segundo e imensamente fecundo campo do pensamento tácito. As categorias formais foram abstraídas de tais funções lógicas primárias. Kant não tinha, pois, necessidade de deduzir do pensamento discursivo estas categorias. E todo o pensamento discursivo se pode representar como uma etapa superior dos processos mentais tácitos.

Hoje, já não se pode também defender a separação entre matéria e forma do conhecimento desenvolvida pelo sistema kantiano. Muito mais importantes do que esta separação são as relações internas que existem entre a multiplicidade das sensações, enquanto matéria do nosso conhecimento, e a forma de conceber esta matéria. Possuímos ao mesmo tempo sons diferentes e unimo-los na consciência, sem captarmos a sua divergência recíproca numa coexistência. Pelo contrário, só numa coexistência podemos lograr uma pluralidade de sensações tácteis ou ópticas. Nem sequer podemos representar junta e simultaneamente duas cores excepto numa coexistência. Não está claramente em jogo nesta necessidade de as possuir em coexistência a natureza das impressões ópticas e das sensações tácteis? Não é, pois, muito provável que aqui a forma da sua conjugação dependa da natureza da matéria sensível? A seguinte consideração mostra-nos também como é necessário completar a doutrina de Kant acerca da matéria e da forma do conhecimento. Uma multiplicidade de sen-



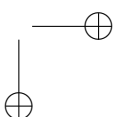
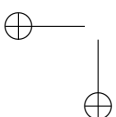


sações como simples matéria implica em cada ponto diferenças, por exemplo, relações e gradações entre as cores. Mas estas diferenças e estes graus só existem para uma consciência abarcadora; portanto, a forma tem de estar presente para que a matéria possa existir, como também deve estar presente a matéria a fim de a forma se apresentar. De outro modo seria de todo incompreensível como é que elementos psíquicos materiais poderiam ser articulados a partir de fora, graças ao vínculo de uma consciência unificadora².

Por isso, na teoria do conhecimento, não será possível subtrair-se à introdução arbitrária e fragmentária de pontos de vista psicológicos, se não estabelecermos como base, com consciência científica, uma apreensão clara da tessitura anímica. Poderemos eludir as influências casuais de psicologias erróneas na teoria do conhecimento, se conseguirmos pôr à sua disposição proposições válidas acerca da textura da vida psíquica. Seria, decerto, improcedente exigir como base antecipada da teoria do conhecimento uma psicologia descritiva desenvolvida. Mas, por outro lado, a teoria do conhecimento sem pressupostos é uma ilusão.

Poderíamos, pois, imaginar do seguinte modo a relação entre psicologia e teoria do conhecimento. Assim como esta vai buscar a outras ciências proposições seguras e universalmente válidas, poderia também receber da psicologia descritiva e analítica um complexo de proposições de que tem necessidade e não submetido a dúvida alguma. Uma rede lógica artificiosa, tecida a partir de dentro e, sem chão, agitando-se no ar vazio – alguém acredita que semelhante teia de aranha será mais segura e sólida do que uma teoria do conhecimento que se serve de proposições universalmente válidas e sólidas, já extraídas e comprovadas nas intuições, nas ciências particulares? Poderá, porventura, assinalar-se uma teoria do conhecimento que não tenha feito de um modo tácito ou exposto semelhantes empréstimos?

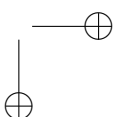
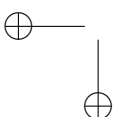
² Para completar esta breve exposição, remeto para as subtis investigações de Stumpf sobre psicologia e teoria do conhecimento nas publicações da Academia bávara das Ciências.

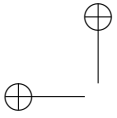




O que importa é se as proposições que se foram buscar de empréstimo resistiram à prova da validade universal, da evidência mais rigorosa, cujo conceito encontrará então o seu sentido e a justificação do seu emprego nos fundamentos da teoria do conhecimento, os quais residem unicamente na experiência interna. Disto se poderia também tratar na aceitação de proposições psicológicas. Haveria apenas uma questão: seria possível facultar tais proposições sem uma psicologia hipotética? Já isto nos leva ao problema de uma psicologia em que as hipóteses não desempenham o mesmo papel que na psicologia explicativa agora dominante.

Mas a relação da psicologia com a teoria do conhecimento é diferente da que conserva qualquer outra ciência, mesmo as pressupostas por Kant, a matemática, a ciência matemática da natureza e a lógica. A conexão psíquica constitui o fundo do processo cognoscitivo e, portanto, este processo só nesta conexão psíquica pode ser estudado e determinado no seu alcance. Já vimos que a vantagem metodológica da psicologia consiste em que a textura anímica lhe é dada de um modo imediato, vivo, como realidade vivida. A vivência da mesma está subjacente a toda a apreensão dos factos espirituais, históricos e sociais. Mais ou menos esclarecida, analisada, investigada. A história das ciências do espírito tem como seu fundamento esta conexão vivida e eleva-a, pouco a pouco, a uma mais clara consciência. A partir daqui pode também resolver-se o problema da relação entre teoria do conhecimento e psicologia. Na consciência viva e na descrição universalmente válida desta conexão psíquica está contido o fundamento da teoria do conhecimento. Esta não precisa de uma psicologia completa, desenvolvida; pelo contrário, toda a psicologia desenvolvida é apenas o apuramento científico daquilo que constitui também o fundo da teoria do conhecimento. Teoria do conhecimento é psicologia em movimento, e que se dirige para uma meta determinada. Tem o seu fundamento na autognose, que abarca toda a realidade intacta da vida anímica: a validade universal, a verdade, a realidade, são determinadas no seu sentido unicamente a partir desta realidade.

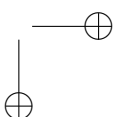
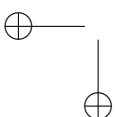




Resumamos. O que importaria exigir da psicologia e o que constitui o núcleo do seu método peculiar impelem-nos na mesma direcção. Só uma ciência que denominarei psicologia descritiva e analítica, em oposição à explicativa ou construtiva, nos pode livrar de todas as dificuldades expostas. Entendo por psicologia descritiva a exposição das componentes e dos nexos que se apresentam uniformemente em toda a vida psíquica humana desenvolvida, entrelaçados numa única textura, que não é inferida ou interpolada pelo pensamento, mas simplesmente vivida. Esta psicologia é, portanto, a descrição e a análise de uma conexão que, de modo originário e sempre, nos é dada como a própria vida. Daí se depreende uma consequência importante. Tem por objecto as regularidades no contexto da vida psíquica desenvolvida. Expõe esta tessitura da vida interna num homem típico. Observa, analisa, experimenta e compara. Serve-se de qualquer ajuda para a solução da sua tarefa. Mas o seu significado na articulação das ciências assenta em que todo o nexos por ela utilizado pode ser univocamente verificado mediante a percepção interna, e em que toda a conexão análoga se pode mostrar como membro da textura mais ampla, total, não inferida, mas originalmente dada.

O que entendo por psicologia descritiva e analítica tem, ademais, de satisfazer outra exigência, implicada nas necessidades das ciências do espírito e na direcção da vida por elas.

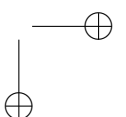
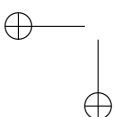
As uniformidades que constituem o objecto principal da psicologia do nosso século referem-se às formas do acontecer interno. O conteúdo poderoso da realidade da vida anímica excede esta psicologia. Nas obras dos poetas, nas reflexões sobre a vida expressas por grandes escritores como Séneca, Marco Aurélio, S. Agostinho, Maquiavel, Montaigne, Pascal, encerra-se uma compreensão do homem em toda a sua realidade, longe e aquém da qual se encontra qualquer psicologia explicativa. Mas em toda a literatura reflexiva, que quisesse abarcar a realidade integral do homem, sente-se, ao lado da sua superioridade de conteúdo, a incapacidade de uma exposição sistemática. Sentimo-nos afectados até ao mais íntimo por reflexões





isoladas. Aparentemente, patenteia-se nelas a própria fundura da vida. Mas, logo que tentamos estabelecer uma conexão clara, elas não nos servem. Totalmente diferente de tais reflexões é a sabedoria dos poetas sobre o homem e sobre a vida que nos fala só através das figuras e das disposições dos destinos, aqui e além iluminados, quando muito, de modo fulgurante pela reflexão. Mas também esta sabedoria não contém nenhuma urdidura geral apreensível da vida psíquica. Ouvimos até à náusea que o rei Lear, Hamlet e Macbeth encerram mais psicologia do que todos os manuais juntos. Oxalá esses fanáticos da arte nos desvendassem a psicologia desenvolvida em tais obras! Se por psicologia entendemos uma exposição da conexão regular da vida psíquica, então as obras dos poetas não contém psicologia alguma; não há nelas nenhuma psicologia velada, e nenhuma arte mágica poderá delas extrair uma teoria análoga acerca da uniformidade dos processos psíquicos. Mas é certo que o modo como as grandes escritores e poetas abordam a vida humana constitui tarefa e matéria para a psicologia. Depara-se aqui com a compreensão intuitiva da conexão integral de que a psicologia, à sua maneira, procura aproximar-se, generalizando e servindo-se da abstracção. Deseja-se uma psicologia que seja capaz de apreender na rede das suas descrições o que estes poetas e escritores contêm, e que hoje também não se encontra na teoria psicológica; uma psicologia que torne úteis para o saber humano, numa textura de validade universal, os pensamentos que em S. Agostinho, Pascal ou Lichtenberg sobressaem tanto pela sua rude iluminação unilateral; e só uma psicologia descritiva e analítica se pode acercar da resolução desta tarefa; só no seu âmbito é possível tal solução. Pois parte da conexão vivida, que nos é dada de um modo originário e com uma força imediata; e expõe também aquilo que ainda é inacessível à análise, sem o silenciar.

Se consideramos em conjunto as características de uma psicologia descritiva e analítica por nós expostas, veremos também com claridade a importância que a solução desta tarefa terá para a própria psicologia explicativa. Esta obterá um firme vigamento descritivo,





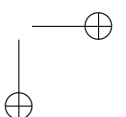
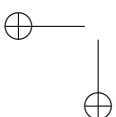
uma terminologia definida, análises exactas e um instrumento importante para o controlo das suas explicações hipotéticas.

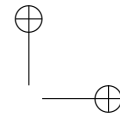
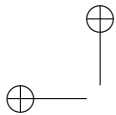
Capítulo II

A distinção entre a psicologia explicativa e a descritiva

Não é nova a distinção entre uma psicologia descritiva e outra explicativa. Várias vezes na história da psicologia moderna se repetiu a tentativa de levar a cabo duas abordagens complementares da mesma. Christian Wolff via na distinção entre psicologia racional e empírica um especial timbre de glória da sua filosofia³. Segundo ele, a psicologia empírica é a ciência empírica que nos faculta o conhecimento daquilo que existe na alma humana. Pode comparar-se com a física experimental (“*Deutsche Log.*, § 152 *Nach. V. s. Schriften*, p. 232). Não pressupõe a psicologia racional, não pressupõe em geral nenhuma outra ciência. Serve antes para examinar e confirmar o desenvolvido *a priori* pela psicologia racional (*Psych. emp.* §§ 1, 4, 5). Esta é por ele designada também como explicativa (*Ps. rat.*, § 4). Encontra a sua base empírica na psicologia empírica. Por meio dela desenvolve *a priori*, partindo da ontologia e da cosmologia, o que é possível na alma humana. E como possui a sua base empírica na psicologia empírica acha também nela o seu controlo (*Ps. emp.*, § 5). Mas Kant demonstrou a impossibilidade de uma psicologia racional e, todavia, ficou-nos destas proposições de Wolff, como núcleo precioso, a distinção entre um método descritivo e outro explicativo, e a noção de que a psicologia descritiva constitui a base empírica e o controlo da explicativa.

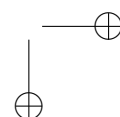
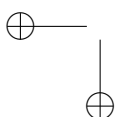
³ Wolff apresentou a distinção, primeiro, em *Discursus praeliminaris logices*, § 12 e, em seguida, quando Thüming se lhe antecipou no desenvolvimento, apareceu a sua psicologia empírica em 1732 e a racional em 1734.





Dentro da escola de Herbart, Theodor Waitz desenvolve esta distinção em sentido moderno. Na sua *Psicologia como ciência natural*, 1849, fixou o método desta obra, afirmando que explicava os fenômenos psíquicos dados na experiência mediante hipóteses adequadas; fundou deste modo, na Alemanha, a Psicologia explicativa segundo o modelo científico-natural moderno. Em 1852 expôs no *Monatsschrift* de Kiel o plano de uma psicologia descritiva que acompanharia esta psicologia explicativa. Baseava esta distinção na separação que existe no conhecimento da natureza entre as ciências descritivas e as teóricas. A psicologia descritiva, em paralelo com as ciências da vida orgânica, dispõe dos seus recursos metódicos: descrição, análise, classificação, comparação e teoria evolutiva; deve sobretudo constituir-se como psicologia comparada e como teoria da evolução psíquica. A psicologia explicativa ou científico-natural trabalha com o material que a descritiva lhe subministra, investiga nele as leis gerais que regem o desenvolvimento e o curso da vida psíquica e expõe as relações de dependência em que se encontra a via da psíquica relativamente ao seu organismo e ao mundo exterior. Compõe-se, assim, de uma ciência explicativa da vida anímica e de uma ciência da interação entre ela, o organismo e o mundo exterior: diríamos, hoje, que se trata de uma psicofísica. E, finalmente, declara: "A claridade e o trabalho científico dependem apenas do rigor e da pureza com que se realizar e preservar esta divisão de tarefas." A sua grande obra acerca da antropologia dos povos primitivos era uma parte dos trabalhos de psicologia descritiva por ele planeados. No seio da escola herbartiana, também Drobisch utilizou, em seguida, esta distinção e expôs, além da sua psicologia matemática, a magistral psicologia empírica, cujas descrições são ainda hoje valiosas.

Waitz não conservou somente as ideias de Wolff; ao excluir o metafísico da psicologia explicativa, realizou vários progressos importantes na determinação das relações entre ambas as psicologias. Reconhecia que os elementos da explicação, de que parte a psicologia científico-natural, possuem o carácter de hipóteses; afirmou mesmo

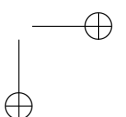
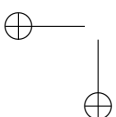




que a psicologia explicativa unicamente podia mostrar "a possibilidade de, graças à cooperação dos elementos aduzidos de acordo com uma legalidade geral, se constituírem fenómenos psíquicos tão complicados como os que em nós encontramos mediante a observação" (*Psychol.*, p. 26). Deu-se também conta da extraordinária amplitude dos recursos de uma psicologia descritiva: estudo comparado, que utiliza a vida psíquica dos animais, dos povos primitivos, as alterações psíquicas no progresso da cultura: história evolutiva dos indivíduos e da sociedade. E sem dirigir um olhar para os manuais da escola herbartiana, navegou no mar alto da antropologia dos povos primitivos e da incomensurável história das religiões: um ousado e obstinado descobridor, ao qual unicamente se fixou demasiado cedo o seu objectivo; de outro modo teria conseguido, juntamente com Lotze e Fechner, na história da psicologia moderna, uma influência muito diferente da que, efectivamente, lhe correspondeu.

Dois pontos de vista me parecem exigir uma ulterior transformação das relações entre a psicologia descritiva e a explicativa, que vá além de Waitz.

A psicologia explicativa nasceu da análise da percepção e da memória. O seu cerne foi, desde o início, constituído por sensações, representações, sentimentos de prazer e de dor na qualidade de elementos, e também pelos processos entre estes elementos, sobretudo o de associação, aos quais se juntaram, como processos explicativos, a apercepção e a fusão. Não tem, pois, por objecto a natureza humana integral e o seu entrecenho concreto. Por isso, numa época em que estes limites da psicologia explicativa sobressaíam com maior rigor ainda do que hoje, contrapuz-lhe o conceito de uma psicologia real (v. o meu estudo sobre Novalis), cujas descrições visavam apreender a integridade da vida psíquica, as conexões que nela existem e, além das suas formas, também o seu conteúdo. Inscrevem-se neste conteúdo factos cuja dureza nenhuma análise convincente, até agora, conseguiu fender. Deparamos assim, no seio da nossa vida afectiva e impulsiva, com o afã de conservação e de expansão do nosso Si

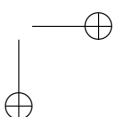
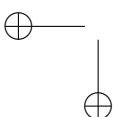




mesmo; dentro do nosso conhecimento, com o carácter de necessidade em certas proposições e, na esfera das nossas acções volitivas, com o dever-ser ou com as normas que se apresentam à consciência com carácter absoluto. É necessária uma sistemática psicológica em que encontre espaço todo o conteúdo da vida da alma. Assim, também a poderosa realidade da vida, que os grandes escritores e poetas tentavam e tentam apreender, vai além das fronteiras da nossa psicologia escolar. O que aí se expressa de um modo intuitivo, com símbolos poéticos, com vislumbres geniais, terá de ser estabelecido por uma psicologia que descreva todo o conteúdo da vida anímica, saiba atribuir-lhe o seu lugar e seja capaz de o analisar.

Para quem se ocupa da conexão das ciências do espírito sobressai neste momento outro ponto de vista. As ciências do espírito necessitam de uma psicologia que, antes de mais, seja firme e segura, coisa de que não se pode ufanar nenhuma das psicologias explicativas hoje existentes, e que ao mesmo tempo submetta toda a poderosa realidade da vida psíquica à descrição e, na medida do possível, à análise. Pois a análise da realidade social e histórica, tão complexa, só poderá ser levada a cabo se esta realidade for, primeiro, desmembrada nos diversos sistemas de fins que a integram; cada um dos sistemas teleológicos, como a vida económica, o direito, a arte e a religião, permite em seguida, graças à sua homogeneidade, uma análise da sua textura. Mas a trama de tal sistema é apenas a conexão psíquica própria dos homens que nele cooperam. É portanto, em último termo, somente uma conexão psicológica. Poderá assim ser entendida por uma psicologia que encerre em si a análise destas conexões, e o resultado de semelhante psicologia só será relevante para os teólogos, os juristas, os economistas ou os historiadores da literatura contanto que a partir dela não se introduza nas ciências empíricas do espírito um elemento de incerteza, de unilateralidade, de partidismo científico.

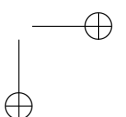
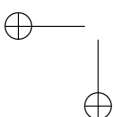
Os dois pontos de vista expostos encontram-se, claro está, numa relação intrínseca recíproca. A consideração da própria vida exige que se exponha toda a realidade intacta e poderosa da alma, desde





as suas possibilidades ínfimas até às supremas. É uma das exigências que a si mesma a psicologia deve impor, se não quiser ficar atrás da experiência da vida e da intuição poética. O mesmo exigem justamente as ciências do espírito. Na sua fundamentação psicológica, deverão expor-se e, por assim dizer, encontrar o seu lugar todas as forças anímicas, todas as formas psíquicas, desde as ínfimas às supremas, ao génio religioso, ao fundador de religião, ao herói histórico e ao criador artístico, como aqueles que fazem avançar a história e a sociedade. E ao fixar assim a tarefa, abre-se à psicologia um caminho que promete um grau muito maior de segurança do que aquele que a psicologia explicativa pode alcançar quanto aos seus métodos. Parte-se do homem civilizado desenvolvido. Descreve-se a trama da sua vida psíquica, fazem ver-se com toda a clareza possível as manifestações principais da mesma, servindo-se de todos os recursos da actualização artística, analisam-se do melhor modo possível as diversas conexões singulares contidas nesta textura abrangente. Nesta análise vai-se até onde é possível; o que lhe resiste deixa-se tal como é; daquilo cuja conexão podemos mais profundamente perscrutar oferece a explicação da sua génese, indicando, todavia, o grau de certeza que lhe corresponde; apela-se em todo o lado à psicologia comparada, à história evolutiva, ao experimento, à análise dos produtos históricos: a psicologia transformar-se-á então no instrumento do historiador, do economista, do político e do teólogo; poderá assim dirigir e guiar também o observador dos homens e o homem prático.

A partir destes pontos de vista, o conceito da psicologia explicativa e o da descritiva e a relação entre as duas ganham uma configuração que se determina com maior pormenor nos capítulos seguintes.



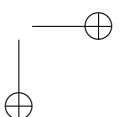
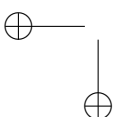


Capítulo III

A psicologia explicativa

Entendemos doravante por psicologia explicativa a derivação dos factos que ocorrem na experiência interna, no esforço, no estudo dos outros homens e na realidade histórica, a partir de um número limitado de elementos encontrados por meio da análise. Por "elemento" entender-se-á, em seguida, cada componente da fundamentação psicológica que se utiliza para explicar os fenómenos psíquicos. Portanto, para a construção da psicologia explicativa, é um elemento tanto a conexão causal dos fenómenos psíquicos segundo o princípio *causa aequat effectum*, ou a lei de associação, como o pressuposto de representações inconscientes ou a sua aplicação.

Por isso, a primeira característica da psicologia explicativa, como já tinham pressuposto Wolf e Waitz, é a sua marcha sintética ou construtiva. Ela deriva todos os factos que se encontram na experiência interna e nas suas expansões de um número limitado de elementos univocamente determinados. As origens desta corrente construtiva da psicologia religam-se historicamente ao espírito construtivo da grande ciência da natureza do século XVII. Descartes e a sua escola, tal como Espinosa e Leibniz, construíram a partir de hipóteses, sob o pressuposto da plena transparência desta situação, as relações entre os processos corporais e as operações psíquicas. Leibniz foi o primeiro que, fixando-se por assim dizer atrás da vida psíquica dada, tentou "construir" o influxo que no decurso consciente do pensamento exercem a conexão adquirida da vida psíquica e a reprodução das representações, mediante conceitos auxiliares que ideou para completar o dado: assim o princípio da continuidade e, por conseguinte, o da gradação contínua dos estados de consciência desde os graus de consciência infinitamente pequenos, e facilmente se adverte a ligação que mantêm com as suas descobertas matemáticas e

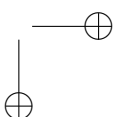
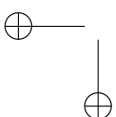




metafísicas. Também o materialismo foi inspirado pela mesma corrente construtiva do espírito, que postulava a possibilidade de elevar à conceptualização transparente o dado na vida psíquica, apelando para tal a conceitos auxiliares complementares. A atitude de consciência do espírito construtivo explica alguns rasgos decisivos da psicologia construtiva do século XVII e dos começos do XVIII, que ainda persistem. Concepções muito influentes na actualidade são derivadas desta posição construtiva da consciência. Ao rastrear estas circunstâncias, capta-se a condicionalidade histórica da psicologia construtiva: expressa-se nela o poder dos métodos e dos conceitos fundamentais da ciência da natureza manifesto em todos os ramos do saber: pode, portanto, submeter-se a uma crítica histórica.

O capital que a psicologia explicativa gere consiste num número limitado de elementos univocamente determinados, a partir dos quais se podem construir todas as manifestações da vida psíquica. Mas a procedência deste capital é muito diversa. Neste ponto, as velhas escolas de psicologia distinguem-se das que predominam na actualidade. A psicologia anterior a Herbart, Drobisch e Lotze deduzia da metafísica uma parte destes elementos; a psicologia moderna - esta teoria da alma sem alma - vai buscar os elementos para a sua síntese à análise dos fenómenos psíquicos na sua união com os factos fisiológicos. Portanto, o desenvolvimento rigoroso de um moderno sistema de psicologia explicativa compõe-se de análise, que encontra os elementos nos fenómenos psíquicos, e de síntese ou construção, que, a partir deles, estabelece os fenómenos da vida psíquica e comprova assim a sua adequação. O conjunto e a relação destes elementos constituem as hipóteses com que se explicam estes fenómenos psíquicos.

Portanto, o processo dos psicólogos explicadores é o mesmo de que se serve, no seu campo, o investigador da natureza. A semelhança no método torna-se ainda maior em virtude de o experimento, graças a um progresso notável, se ter transformado num recurso normal da psicologia em muitos dos seus campos. E a semelhança au-



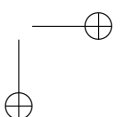
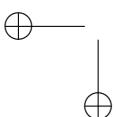


mentaria ainda se tivesse êxito qualquer dos intentos de aplicação de determinações quantitativas, não só nos arrabaldes da psicologia, mas no seu próprio seio. Para a inserção de um sistema na psicologia explicativa é naturalmente indiferente a ordem em que se apresentem estes elementos. Importa, sim, que a psicologia explicativa trabalhe com o capital de um número limitado.

Mediante esta característica ser-nos-á possível demonstrar que algumas das obras psicológicas mais influentes da actualidade pertencem a esta corrente explicativa da psicologia; e, a partir desta característica, até poderemos entender as correntes principais da moderna psicologia explicativa.

Como se sabe, a psicologia inglesa encontrou a sua exposição mais ampla, depois do antecedente de Hume (1739-1740) e de Hartley (1746), na grande obra de James Mill, *Análise dos fenómenos do espírito humano*. Esta obra estabelece como base a hipótese de que toda a vida anímica, nas suas manifestações mais altas, se desdobra com necessidade causal, a partir de elementos simples, sensíveis, numa vida interna em que operam as leis da associação. O método demonstrativo desta psicologia explicativa consiste na análise e na composição, revelando que os elementos assinalados explicam com suficiência os processos superiores da vida anímica. O filho de James e herdeiro do seu pensamento, John Stuart, descreve na sua *Lógica* o método da psicologia como uma cooperação da descoberta indutiva dos elementos e a comprovação sintética dos mesmos, em total acordo com o procedimento do seu pai.

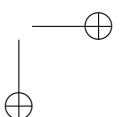
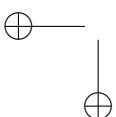
Mas desenvolve já com a maior ênfase o valor lógico de um recurso mental, que se revela necessário nesta psicologia dos dois Mill. Supõe uma química psíquica; quando se conjugam ideias ou sentimentos simples, podem gerar um estado que, para a percepção interna, é simples e, ao mesmo tempo, qualitativamente diferente dos factores que o geraram. As leis da vida psíquica podem, pois, comparar-se, umas vezes, às leis mecânicas e, outras, às químicas. Quando no espírito cooperam muitas impressões ou representações,

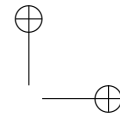
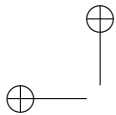




tem lugar um processo que se assemelha a uma combinação química. Quando se experimentaram impressões combinadas com tanta frequência que cada uma delas pode evocar facilmente e de um modo instantâneo todo o grupo, essas ideias fundem-se entre si e já não aparecem como várias, mas como uma só; tal como as sete cores do prisma suscitam a impressão da cor branca quando são apresentadas ao olho em rápida sucessão. É claro que a suposição de semelhante princípio tão geral e indeterminado, que contrasta de modo tão palmar com a exactidão das leis da natureza, deve facilitar enormemente a sua tarefa ao psicólogo explicativo. Pois encobre a deficiência da derivação. Permite apoiar-se em certos antecedentes regulares e colmatar as lacunas entre eles e o estado seguinte, mediante a química psíquica. Mas, ao mesmo tempo, o grau ínfimo de força convincente que corresponde a esta construção e aos seus resultados deve baixar para zero.

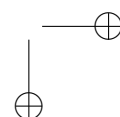
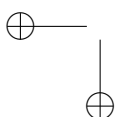
Sobre esta escola psicológica edificou-se, na Inglaterra, a de Herbert Spencer. No ano de 1855 apareceram, pela primeira vez, os dois volumes da sua *Psicologia* e tiveram uma grande influência sobre a investigação psicológica europeia. O método desta obra era muito diferente do empregue pelos Mill. Não se servia apenas do método científico-natural, como eles fizeram, mas, de harmonia com Comte, lançou-se a subordinar os fenómenos psíquicos à conexão real dos fenómenos físicos e, portanto, a psicologia à ciência natural. Alicerçou a psicologia na biologia geral. Mas aprontou nesta os conceitos de adaptação do ser vivo ao seu meio, evolução de todo o mundo orgânico e paralelismo dos processos que têm lugar no sistema nervoso com os processos internos ou psíquicos. Interpretou, portanto, os estados internos e a sua conexão mediante o estudo do sistema nervoso, da consideração comparada dos organismos do mundo animal e da pesquisa da adaptação ao mundo exterior. Ingressam assim novamente na psicologia explicativa elementos explicatórios dedutivamente determinados, como já acontecera com Wolff, Herbart e Lotze. Só que agora não provinham da metafísica mas, de acordo

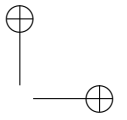
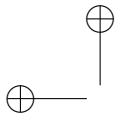




com a mudança dos tempos, da ciência geral da natureza. Sob estas novas condições, a obra de Spencer não passa de uma psicologia explicativa. A sua própria ordenação externa divide-a em duas partes: a primeira extrai um nó de hipóteses do estudo do sistema nervoso, do estudo comparado do mundo animal e da experiência interna, por meio de ilações convergentes; a segunda põe estas hipóteses como base do método explicativo. Só que Spencer limitou este procedimento à investigação da inteligência humana. A explicação dos estados emotivos afigurou-se-lhe, na altura, irrealizável. "Quando se pretende explicar algo, separando as suas diversas partes e investigando o modo e o jeito como entre si se enlaçam, deve tratar-se de algo que possua realmente partes diferenciáveis e unidas de um modo determinado. Se lidarmos com um objecto, decerto composto, mas cujos diversos elementos se encontram tão confusamente misturados e fundidos que não é possível conhecê-los isoladamente com suficiente rigor, deve supor-se de antemão que a tentativa de uma análise, no caso de não ser de todo estéril, só levará a consequências duvidosas e insuficientes. Este contraste existe, de facto, entre as formas da consciência que distinguimos como intelectuais e emotivas."

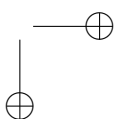
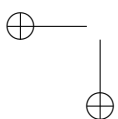
Neste contexto surgem para Spencer os seguintes recursos mentais da psicologia explicativa. Transfere da evolução exterior do mundo animal para a interna um princípio de diferenciação crescente das partes, funções e integração, isto é, do estabelecimento de uniões superiores e mais finas entre estas funções diferenciadas, e para a explicação de problemas que a psicologia individual não conseguiu resolver de um modo convincente, sobretudo o problema da origem do *a priori*, serve-se deste princípio de evolução, que actua dentro de todo o reino animal. Em seguida, explica, a partir da estrutura do sistema nervoso, das suas células nervosas e das fibras nervosas conectoras, a articulação da vida psíquica, dos seus elementos e das relações que entre eles existem. Por fim, sobre a base da hipótese do paralelismo psicofísico, pode interpolar-se a conexão fisiológica onde a tessitura psíquica apresenta lacunas.

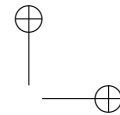
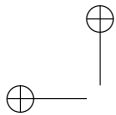




Sem dúvida, a psicologia explicativa de Spencer, em vários pontos, aproxima-se mais da vida da conexão psíquica do que foi possível à escola dos Mill. Também a inserção na ciência da natureza fornece ao nó de hipóteses um apoio mais firme e uma maior autoridade. Mas esta inserção mediante a teoria do paralelismo psicofísico transforma a psicologia explicativa assim condicionada em assunto de um partido científico. Imprime-lhe o selo de um materialismo refinado. Esta psicologia não representa para os juristas ou os historiadores da literatura uma base segura, mas um perigo. Todo o desenvolvimento ulterior mostrou como na economia política, no direito penal e na teoria do Estado, o materialismo dissimulado da psicologia explicativa, tal como Spencer a configurou, actuou de um modo destrutivo. E o próprio cálculo psicológico, na medida em que opera com percepções internas, torna-se ainda mais inseguro, graças à introdução de uma nova hipótese.

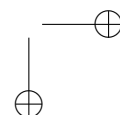
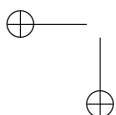
A corrente spenceriana da psicologia explicativa difundiu-se de modo incontido na França e na Alemanha. Aliou-se de múltiplas formas ao materialismo. Este, em todos os seus matizes, é sempre psicologia explicativa. Toda a teoria que estabelece como base a contextura dos processos físicos e a estes subordina os factos psíquicos é uma teoria materialista. Influenciada pelo materialismo e condicionada em alto grau por Spencer se nos apresenta a psicologia dos maiores autores científicos franceses da última geração. O primeiro fragmento da sua psicologia publicado por Spencer aparecera em 1853, antes da publicação da obra completa (1855) e tinha como objecto a indagação das bases da nossa inteligência. Em 1864 surge a obra filosófica de Hippolyte Taine sobre a inteligência humana. Baseia-se sobretudo em Spencer, utilizando também os dois Mill. O próprio Spencer escreve acerca da difusão das suas ideias psicológicas: "Na França, o senhor Taine aproveitou a ocasião da sua obra sobre inteligência para dar a conhecer algumas dessas ideias." Mas também Taine acrescentou algo aos métodos da psicologia explicativa. Na altura, privilegiava-se na França o estudo dos factos





psíquicos anormais e tendia-se a utilizar na pesquisa das leis da vida psíquica os fenómenos agrupados e interpretados pelo alienista, pelo psiquiatra, pelo hipnotizador e pelo criminalista. A teoria da afinidade entre o génio e a loucura é uma descoberta genuinamente francesa; encontrou eco na Itália, como em geral as invenções francesas. Taine foi o primeiro psicólogo "explicador" que empreendeu a ampliação dos métodos psicológicos introduzindo o estudo dos factos psíquicos anormais na psicologia propriamente dita. Não é necessário expor a hipótese singular que, a este propósito, acrescentou aos pressupostos da psicologia explicativa, já que não obteve uma influência considerável. "A natureza, com a ajuda de percepções e de grupos de imagens, produz em nós, segundo leis, fantasmas que consideramos como objectos exteriores e quase sempre sem nos equivocarmos, porque existem de facto objectos exteriores que lhes correspondem. As percepções exteriores são verdadeiras alucinações." Mas tem um interesse geral observar a fatal influência que esta teoria exerceu na historiografia de Taine. Assim como a unilateral psicologia explicativa dos Mill influenciou com muita desvantagem nos grandes talentos históricos como Grote e Buckle, assim também o filósofo Taine, que de todos nós faz alucinados perpétuos, forneceu ao historiador Taine a sua interpretação de Shakespeare e a sua concepção da Revolução francesa como uma espécie de alucinação das massas. Ribot juntou-se em seguida a Taine.

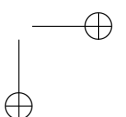
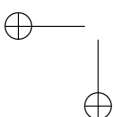
Entretanto, Herbart desenvolveu na Alemanha uma psicologia explicativa que conquistou as cátedras, sobretudo na Áustria e na Saxónia. A sua importância extraordinária para o progresso da psicologia explicativa deveu-se a ela ter agido com um grande rigor científico nas exigências metódicas implicadas pela tarefa de buscar uma explicação, segundo o modelo das ciências da natureza. Se a psicologia explicativa tem de apreender conceptualmente sem excepção alguma os processos psíquicos, deverá estabelecer como base o pressuposto do determinismo. Mas, ao partir desta suposição, não pode esperar vencer as dificuldades da instabilidade dos processos psíquicos, das





suas diferenças individuais e dos limites estreitos da observação, se não for capaz de introduzir determinações quantitativas nas suas explicações, como fazem as ciências físicas. Conseguirá então dar às suas leis uma forma mais rigorosa: pode igualmente surgir uma mecânica da vida psíquica. Herbart não conseguiu este propósito de um modo efectivo nos seus trabalhos, mas a direcção foi seguida por Fechner; ao valorizar os ensaios de Ernst Heinrich Weber, estabeleceu uma relação quantitativa entre o incremento da força do estímulo e o aumento da intensidade da sensação. E foi também importante para a introdução da medida e do número no campo psicofísico e psíquico o facto de nestas investigações ter desenvolvido os métodos das mudanças mínimas, dos graus médios, do erro médio, dos casos verdadeiros e falsos. De um outro ponto de vista abriu também o caminho para a observação quantitativa dos processos psíquicos. O astrónomo alemão Bessel, ao comparar as determinações temporais de diversos astrónomos acerca do mesmo fenómeno, embateu na descoberta da diferença pessoal entre os astrónomos. O momento em que uma estrela passa pelo meridiano é diversamente determinado por diferentes observadores. Isto é condicionado pela diferença na duração temporal requerida para se produzir a percepção sensível e o seu registo. Os astrónomos e os biólogos deram-se conta do alcance psicológico deste facto. Surgiram assim tentativas para medir o tempo exigido pelo decurso dos diversos fenómenos psíquicos.

Estes trabalhos, ao apresentarem-se ao mesmo tempo como experimentos psicológicos e psicofísicos, apontaram na direcção de uma psicologia experimental, juntamente com as grandes análises das nossas percepções ópticas e sonoras, graças às quais sobretudo Helmholtz abriu outro caminho à experimentação na vida psíquica. Aconteceu assim que na Alemanha se alargaram extraordinariamente os recursos intelectuais da psicologia descritiva, em virtude da elaboração do experimento psicofísico e psicológico. Foi este um procedimento que proporcionou à Alemanha, a partir da década de setenta, a primazia indiscutível na ciência psicológica. Com a introdução do





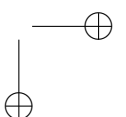
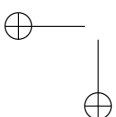
experimento, cresceu de modo extraordinário o poder da psicologia explicativa. Abriu-se uma perspectiva sem limites. Com a introdução do experimento e da determinação quantitativa, a psicologia explicativa, seguindo o modelo da ciência natural, podia obter um fundamento firme por meio de relações "legais" experimentalmente controladas e quantitativamente determinadas. Mas, nesta situação decisiva, surgiu o contrário do que haviam esperado os entusiastas do método experimental.

No âmbito psicofísico, o experimento levou a uma análise muito valiosa da percepção sensível. Revelou-se como o instrumento imprescindível dos psicólogos para o estabelecimento de uma descrição exacta de processos psíquicos internos, tais como o estreitamento da consciência, a velocidade dos processos anímicos, os factores da memória, o sentido do tempo; a habilidade e a paciência dos experimentadores conseguirão, decerto, obter pontos de apoio para abordar experimentalmente outras situações intrapsíquicas. Mas de nenhum modo levou ao conhecimento de leis no campo psíquico interno. Foi, pois, útil para a descrição e a análise. Mas, até agora, defraudou as esperanças que a psicologia explicativa nele depusera.

Nestas circunstâncias, a actual psicologia alemã oferece duas manifestações notáveis no tocante à utilização do método explicativo.

Uma escola influente avança, com passo decidido, no caminho da subordinação da psicologia ao conhecimento natural, mediante a hipótese do paralelismo entre processos fisiológicos e físicos⁴. O fundamento da psicologia explicativa é o postulado de que não existe nenhum fenómeno psíquico que não seja acompanhado por um fenómeno físico. Assim, no decurso da vida, há uma correspondência mútua entre a série dos processos fisiológicos e a dos fenómenos psíquicos concomitantes. A série fisiológica constitui uma textura fechada, sem lacunas e necessária. Pelo contrário, as alterações

⁴ Podemos ver com a máxima simplicidade o método desta escola na obra de Münsterberg sobre objectivos e métodos da psicologia (1891). Esta obra tem o mérito de ser uma exposição clara e precisa desse ponto de vista.

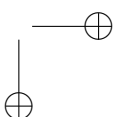
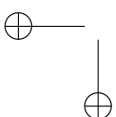




psíquicas, tal como acontecem na percepção interna, não se podem juntar numa conexão semelhante. Que atitude se segue daqui para o psicólogo explicativo? Deve transferir a conexão necessária, que encontra na série física, para a série psíquica. A sua tarefa descreve-se com maior pormenor: "Decompor a totalidade dos conteúdos de consciência nos seus elementos, estabelecer as leis de combinação e as combinações singulares destes elementos, buscar empiricamente para cada conteúdo psíquico elementar o estímulo fisiológico concomitante, a fim de assim poder explicar de um modo indirecto, a partir da coexistência e da sucessão causalmente inteligíveis daquelas excitações fisiológicas, as leis de combinação e as combinações dos diversos conteúdos psíquicos que não se podem explicar de um modo puramente psicológico." Com isto anuncia-se apenas a bancarrota de uma psicologia explicativa autónoma. Os seus assuntos passam para as mãos da fisiologia. Ao investigador natural que se ocupa da fisiologia oferecem-se recursos muito maleáveis para a interpretação dos factos psíquicos. Onde na experiência interna não há um membro de enlace entre as condições e o efeito, basta inserir elos fisiológicos, que não possuem nenhum equivalente psíquico. Poderá assim explicar facilmente, por exemplo, na acção volitiva, o que não é possível explicar a partir dos elementos explicativos psíquicos pressupostos.

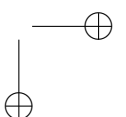
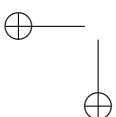
Se atendermos ao conjunto dos recursos da psicologia explicativa assim elaborados, veremos que o objecto de semelhante psicologia explicativa é constituído só por possibilidades, e a sua finalidade é unicamente uma qualquer probabilidade.

Mas a marcha da investigação experimental desencadeou, ao mesmo tempo, outra viragem muito notável. Wilhelm Wundt, que foi o primeiro entre os psicólogos a delimitar todo o campo da psicologia experimental como um ramo especial do saber, que criou um instituto de grande estilo de que partiu o impulso mais forte para a elaboração sistemática da psicologia experimental, e que no seu manual resumiu, pela primeira vez, os resultados dessa psicologia, viu-se obrigado, pelo andamento dos seus amplos ensaios experimentais, a en-





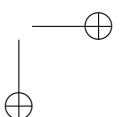
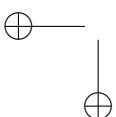
trar numa concepção do psiquismo que abandona o ponto de vista, até então predominante. "Quando eu – conta ele – abordei pela primeira vez os problemas psicológicos, partilhava o preconceito comum aos fisiólogos de que a formação das percepções sensíveis era apenas obra das propriedades fisiológicas dos nossos órgãos do sentido. Mas, ao estudar as actividades do sentido da vista, dei-me conta daquele acto de síntese criadora que, pouco a pouco, foi o meu guia na conquista de uma compreensão psicológica do desenvolvimento das funções superiores da fantasia e da inteligência, para o qual a velha psicologia não me oferecia meio algum." Fixou o princípio do paralelismo nos termos seguintes: "o paralelismo psicofísico só se pode aplicar aos processos psíquicos elementares, que apenas são acompanhados paralelamente por fenómenos dinâmicos muito bem limitados, mas não se pode aplicar a nenhum dos produtos complicados da vida espiritual, suscitados por uma elaboração espiritual do material sensível, nem também às forças gerais, intelectuais, de que dimanam esses produtos" (*Menschen und Tiereseele*, p. 487, cf. a causalidade psíquica e o princípio do paralelismo psíquico, sobretudo nas pp. 38 ss.). Além disso, renunciou à validade do *causa aequat effectum* no mundo espiritual; reconheceu o facto da síntese criadora; "entendo por ela o facto de que os elementos psíquicos geram, mediante as suas interacções causais e os seus efeitos consequentes, uniões que podem, decerto, explicar-se psicologicamente a partir das suas componentes, mas que, todavia, possuem propriedades qualitativas que não estavam contidas nos elementos; por isso, entrosam-se também com estas novas propriedades determinações axiológicas peculiares não prefiguradas nos ditos elementos. Na medida em que a síntese psíquica produz em tais casos algo novo, dou-lhe o nome de criadora"; em oposição à lei da conservação da energia física, no "encadeamento da síntese criadora numa série evolutiva progressiva" encerra-se um "princípio de incremento da energia espiritual" (*op. cit.*, p.116). Com mais força ainda do que Wundt acentuam James, na sua *Psicologia*, e Sigwart, no novo capítulo da sua *Lógica* sobre





os métodos da psicologia, em que recomenda também que se cultive a psicologia descritiva, o elemento livre e criador dentro da vida psíquica. Na medida em que se difundir este movimento, terá de perder influência a psicologia explicativa e construtiva.

A primeira característica da psicologia explicativa residia na derivação a partir de um número limitado de elementos explicativos unívocos. Como segunda característica, condicionada pela primeira, o laço dos elementos explicativos possui o carácter de uma hipótese. Tal foi reconhecido já por Waitz. Se agora considerarmos a trajetória da psicologia explicativa, chamar-nos-á a atenção o aumento constante do número de elementos explicativos e de recursos mentais. Tal deve-se ao afã de aproximar cada vez mais as hipóteses do vivo do processo psíquico. Mas tem como consequência o aumento constante do carácter hipotético da psicologia explicativa. Na mesma medida em que aumentam os elementos explicativos e os recursos mentais decresce o valor da sua comprovação nos fenómenos. Além disso, recursos mentais como a química psíquica e o perfazimento da série psíquica por meio de elos fisiológicos a que não corresponde nenhuma representação na experiência interna, abrem à explicação um campo incerto de possibilidades ilimitadas. Dissolve-se assim o núcleo genuíno do método explicativo, a comprovação dos elementos explicativos hipotéticos pelos fenómenos.



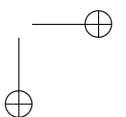
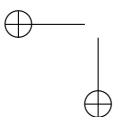


Capítulo IV

A psicologia descritiva e analítica

O conceito de uma psicologia a descritiva e analítica dimanou em nós da natureza das nossas vivências psíquicas, da necessidade de uma apreensão intacta e sem preconceitos da vida anímica, bem como da textura das ciências do espírito e da função da psicologia no seu seio. Portanto, as suas propriedades terão de derivar destes motivos, sobretudo da tarefa que lhe corresponde dentro da conexão das ciências do espírito e da ponderação dos meios necessários para o seu cumprimento. Duas coisas exige esta tarefa. Por um lado, importa expor a realidade integral da vida psíquica e, quanto possível, analisá-la; por outro, esta descrição e esta análise terão de possuir o grau máximo de segurança que se puder conseguir. Neste contexto terá de ser mais importante oferecer algo seguro dentro dos estreitos limites do conhecer, do que suscitar uma acumulação de conjecturas acerca das ciências do espírito. Se esta é a tarefa que incumbe à psicologia relativamente às ciências do espírito, não a poderá, de certo, resolver mediante uma construção a partir de hipotéticos elementos explicativos. Visto que os factos psíquicos nos são dados de um modo tão multívoco, é possível conseguir uma conexão lógica irrepreensível do sistema psicológico, mediante os recursos mentais da psicologia construtiva exposta por nós no último capítulo, a partir dos mais diversos pressupostos. O método construtivo é incapaz de decidir entre as diversas escolas da psicologia actual. Como será possível um método que resolva a tarefa que as ciências do espírito impõem à psicologia?

A psicologia deve empreender o caminho inverso do percorrido pelos representantes do método de construção. A sua marcha deve ser analítica, e não construtiva. Deve manar da vida anímica evoluída e não tentar derivá-la de processos elementares. É certo que

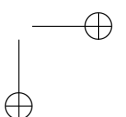
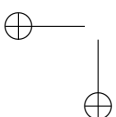




dentro da psicologia também não é possível separar a análise e a síntese, nem a indução e a dedução correspondentes. Condicionam-se reciprocamente no processo vivo do conhecimento, segundo a bela expressão de Goethe, tal como se condicionam a inspiração e a expiração. Quando desmembrei nos seus factores a percepção ou a recordação, comprovo o alcance dos meus resultados ao pôr em jogo a combinação destes factores. O exemplo, porém, não é perfeito, pois posso distinguir factores no processo vivo, mas não posso produzir vida com a sua combinação. Aquilo de que se trata é que a marcha de semelhante psicologia deve ser exclusivamente descritiva e analítica, e é indiferente que em prol deste procedimento se exijam actos mentais sintéticos. Outro rasgo metódico fundamental corresponde a esta psicologia. O seu objecto deve ser um homem desenvolvido, a vida psíquica completa e acabada. É esta que terá de ser apreendida, descrita e analisada na sua totalidade.

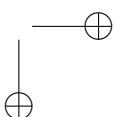
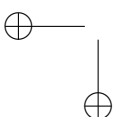
Como é isto possível? E qual o sentido exacto em pensar aqui num procedimento descritivo e noutro puramente analítico como partes do mesmo método psicológico, e em confrontá-los com o método explicativo da psicologia? Vimos, no início deste ensaio, que os métodos gerais da ciência humana adquirem nos domínios particulares um carácter também particular. Que, de um modo especial, a natureza particular da nossa experiência dos fenómenos psíquicos proporciona ao conhecimento da conexão dos mesmos certas peculiaridades, e que os métodos gerais adquirem neste domínio determinações mais definidas. Isto ressalta nas operações metódicas da descrição e da análise, da explicação e da formação de hipóteses.

Conhecemos os objectos naturais a partir do exterior mediante os nossos sentidos. Por muito que os analisemos ou os dividamos, não chegamos às suas últimas componentes. Sobrepensamos tais elementos, graças a um perfazimento da experiência. Os nossos sentidos, considerados na sua pura actividade fisiológica, também nunca nos podem proporcionar a unidade dos objectos. Esta é-nos dada, igualmente, só em virtude de uma síntese das percepções sensíveis que





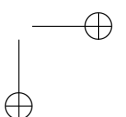
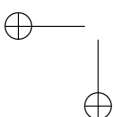
dimana de dentro. Esta proposição continuaria a ser correcta mesmo se surgisse só como um artifício heurístico o desmembramento da percepção unitária em sensações e suas sínteses. Quando pomos os objectos em relações de causa e efeito, as impressões sensíveis contêm somente a condição suposta pela sucessão regular, ao passo que a relação causal surge, de novo, em virtude de uma síntese que procede do nosso interior. Também a validade desta proposição é independente de se esta síntese dimana do entendimento ou se, como expus num ensaio anterior, na relação de causa e efeito se encerra apenas um derivado da conduta viva da vontade que experimenta a pressão de algo estranho, de maneira que na base desta relação teríamos um elemento primordial e constitutivo, ao passo que o pensamento abstracto não faria mais do que interpretar intelectualmente esta conduta viva. Seja, pois, qual for o modo de se conceber a origem das representações dos objectos e das suas relações causais, o certo é que nas impressões sensíveis, na sua coexistência e sucessão, nada se contém da conexão implicada pelos objectos e pelas suas relações causais. A vida anímica é-nos dada de modo muito diferente. Em contraste com a percepção externa, a percepção interna assenta num apercebimento íntimo, numa vivência: é-nos imediatamente dada. Na sensação ou no sentimento de prazer que a acompanha dá-se-nos algo simples e indivisível. Seja qual for o modo como se tiver originado a sensação de uma cor violeta, olhada como fenómeno interno é algo indivisível. Se levarmos a cabo um acto mental, veremos que nele conflui, na unidade indivisível de uma função, uma pluralidade discriminável de factos internos, pelo que encontramos na experiência interna algo novo que não tem analogia alguma na natureza. Se agora nos voltarmos para a ipseidade, que contém simultaneamente vários processos internos e concentra a sucessão dos processos na unidade da vida, encontraremos de novo, desta vez de modo mais surpreendente, algo que se nos dá como vivência na experiência interna, que não admite comparação com os processos naturais. Temos constantemente em nós a vivência de enlaces, de conexões, ao passo que temos de





subsumir no enlace e na conexão as excitações sensíveis. O que assim experimentamos jamais o conseguiremos clarificar frente ao entendimento. A ipseidade, que congrega o simultâneo e o sucessivo dos diversos processos vitais, revela-nos, perante o tribunal do entendimento, as contradições já sublinhadas por Herbart. Temos uma outra vivência de conexão, quando das premissas surge em nós uma conclusão: há aqui uma conexão que nos leva das causas aos efeitos: também esta conexão nasce de dentro, é dada como realidade na vivência. Concebemos assim os conceitos de unidade de uma multiplicidade, de partes num todo, de relações causais; e através deles compreendemos a natureza, ao aplicar-lhe estas concepções em determinadas condições de coexistência ou sucessão uniformes.

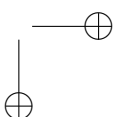
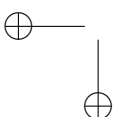
Só de modo fragmentário experimentamos em nós esta conexão; ora neste ponto, ora naquele, cai sobre ela a luz do apercebimento: pois a força psíquica, de acordo com uma importante peculiaridade sua, só pode elevar à consciência um número limitado de membros da conexão interna. Mas temos, de um modo constante, consciência de tais uniões. Na variabilidade imensa dos conteúdos de consciência retornam as mesmas combinações e assim sobressai, pouco a pouco, com claridade, a sua forma. Igualmente, a consciência de como estas sínteses ingressam em combinações mais amplas e constituem, por fim, uma só textura torna-se cada vez mais distinta, clara e segura. Se um membro evoca regularmente um segundo ou uma classe de membros outra classe, se, em seguida, noutros casos repetidos, este segundo membro evoca um terceiro, ou uma segunda classe de membros uma terceira, e isto continua num quarto ou quinto membro, terá, por fim, de se constituir, e com certeza universalmente válida, uma consciência da conexão de todos os membros, uma consciência da textura de classes inteiras de membros. Noutros casos, costumamos também destacar do caos de processos, graças à concentração discriminadora atenção, um só processo, procurando mantê-lo em percepção ou recordação constante para a sua apreensão mais minuciosa. No rápido, demasiado rápido, fluir dos processos internos, destaca-





mos, isolamos um deles, e elevamo-lo a uma atenção mais intensa. Nesta actividade isoladora reside a condição para a marcha ulterior da abstracção. Só mediante uma abstracção destacamos numa conexão concreta uma função, um modo de união. E só por meio de uma generalização estabelecemos a forma sempre recorrente de uma função ou a constância de certas gradações de conteúdos sensíveis, a escala das intensidades sensoriais ou afectivas, que a todos nos são conhecidas. Em todos estes actos lógicos estão incluídos o diferenciar, o equiparar, a determinação dos graus de diferença. Brotam assim necessariamente das operações lógicas a divisão e a designação, na qual reside o germe da definição. Gostaria eu de dizer que as operações lógicas elementares, tal como cintilam nas impressões e nas vivências, se podem apreender melhor na experiência interna. Diferenciar, equiparar, determinar graus de diferença, unir, separar, abstrair, ligar várias conexões numa, obter a partir de diversos factos uma uniformidade: tais operações estão contidas em toda a percepção interna ou destacam-se da sua composição. Emerge assim, como primeira peculiaridade da captação dos estados internos, que condiciona a investigação psicológica, a *intelectualidade da percepção interna*. Tal como a percepção exterior, a interna ocorre mediante a cooperação dos processos lógicos elementares. E na percepção interna adverte-se, com especial claridade, como os processos lógicos elementares são inseparáveis da captação das suas componentes.

Existe assim uma segunda característica da apreensão de estados psíquicos. Esta apreensão provém da *vivência* e a ela se mantém vinculada. Na vivência cooperam conjuntamente os processos de *todo o ânimo*. Nela é-nos dada a conexão, enquanto os sentidos oferecem apenas uma multiplicidade de particularidades. O processo individual é sustentado na vivência pela totalidade integral da vida anímica, e a conexão em que se encontra em si e com a totalidade da vida anímica pertence à experiência imediata. Isto determina já a natureza da compreensão de nós mesmos e dos outros. Explicamos por meio de processos puramente intelectuais, mas compreendemos

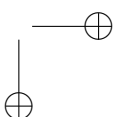
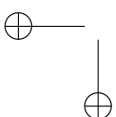




graças à interacção de todas as forças do ânimo na apreensão. E na compreensão partimos da textura do todo, que se nos oferece de um modo vivo, tornando-nos assim apreensível o singular. O facto de vivermos na consciência da conexão do todo permite-nos compreender uma proposição singular, um gesto ou uma acção determinada. Todo o pensar psicológico oferece este rasgo fundamental, a saber, que a apreensão do todo torna possível e determina a interpretação do singular. Se a reconstrução da geral natureza humana pela psicologia quer ser algo são, vivo, fecundo para a inteligência de vida, terá de se basear no método original da compreensão. A experimentada conexão da vida psíquica terá de constituir o fundamento firme, vivido e imediatamente seguro da psicologia, por muito que esta se concentre na investigação experimental de pormenor.

Se, pois, a segurança do método psicológico assenta na realidade plena de cada objecto, na doação imediata da textura interna deste, então é reforçada por outra peculiaridade da experiência interna. Os vários processos psíquicos em nós, os feixes de factos psíquicos que internamente percebemos, apresentam-se-nos com uma consciência diversa do seu valor para a totalidade da nossa contextura vital. Por isso, na própria apreensão interna, *o essencial* separa-se do *inessencial*. A abstracção psicológica, que realça a conexão da vida, possui para esta sua obra um fio condutor na consciência imediata do valor de cada uma das funções para o todo, fio de que não dispõe o conhecimento natural.

De tudo isto se depreende, como outro rasgo fundamental da investigação psicológica, que ela brota da própria vivência e nesta deve ter as suas sólidas raízes, se quiser manter-se sã e fecunda. À vivência juntam-se as actividades lógicas simples que encontramos reunidas na observação psicológica. Possibilitam a fixação do observado na descrição, a sua designação nominal, a sua visão sinóptica mediante a classificação. *Como de per si* conflui o *pensar* psicológico na *investigação* psicológica. Acontece o mesmo que nas ciências do espírito vivas. Ao pensar jurídico acrescentou-se a ciência jurídica,

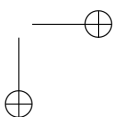
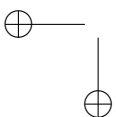




à reflexão económica e à regulamentação estatal das circunstâncias económicas a economia política.

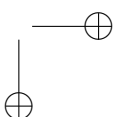
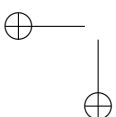
Se resumirmos estas propriedades do método psicológico, poderemos então, a partir delas, especificar mais o conceito de uma psicologia descritiva e apresentar a sua relação com o conceito de uma psicologia analítica.

A oposição entre o método descritivo e o explicativo apresenta-se tradicionalmente nas ciências da natureza. Embora a sua relatividade ressaia cada vez mais com os progressos das ciências descritivas da natureza, continua todavia a guardar a sua importância. Mas o conceito de uma ciência descritiva adquire, dentro da psicologia, um sentido muito mais profundo do que aquele que pode ter nas ciências da natureza. Já a botânica, e mais ainda a zoologia, parte de uma conexão de funções que só se pode estabelecer mediante uma interpretação dos factos físicos, segundo a analogia dos factos psíquicos. Ora na psicologia esta *conexão* de funções na vivência é dada *a partir de dentro*. Todo o conhecimento psicológico particular é apenas *análise* desta conexão. Assim, pois, é-nos aqui dada de um modo directo e objectivo uma estrutura firme; por isso, a descrição tem neste campo um fundamento indubitável, de validade universal. Não descobrimos a conexão completando os vários membros mas, pelo contrário, *o pensar psicológico articula e distingue a partir da conexão dada*. Ao serviço desta actividade descritiva estão as operações lógicas do comparar, do distinguir, do apreciar graus, da separação e união, da abstracção, da junção de partes num todo, da derivação de relações uniformes a partir de casos isolados, da análise de processos singulares, da divisão. Pois todas elas se encontram já compreendidas no método de observação. Assim, a vida anímica é concebida como uma textura de funções em que se ligam partes e que, além disso, se compõe de outras várias conexões de índole especial, cada uma das quais encerra novas tarefas para a psicologia. Estas tarefas só se podem resolver mediante a análise; a psicologia descritiva deve ser, ao mesmo tempo, psicologia analítica.





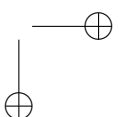
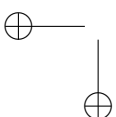
Entendemos por *análise* o desmembramento de uma dada realidade complexa. Pela análise desmembram-se partes que, na realidade, estão vinculadas. As componentes que assim se encontram são de índole muito diversa. O lógico analisa um silogismo ao decompô-lo nos seus dois juízos e nos três conceitos que nestes nos é dado. O químico analisa um corpo ao separar, pelo experimento, os seus elementos materiais. O físico faz uma análise modo muito diferente, já que nos mostra nas formas legais do movimento as componentes de um fenómeno acústico ou óptico. Mas, por muito diversos que sejam estes processos, toda a análise tende como meta última para a descoberta dos factores reais, mediante o desmembramento do real; a indução e o experimento são apenas recursos seus. Entendido neste sentido geral, o método da análise das ciências do espírito é comum ao das ciências da natureza. Mas este procedimento configura-se de maneira diferente segundo o campo da sua aplicação. Já na apreensão corrente da vida anímica a captação da textura está unida ao diferenciar, separar, desarticular. Na actividade relacionadora assenta toda a profundidade e largura da compreensão de uma vida anímica. Em contrapartida, o diferenciar, o separar, o analisar proporciona a esta compreensão caridade e distinção. Quando o pensar psicológico, numa marcha natural, contínua, sem interposição de hipóteses, desemboca na *ciência psicológica*, a *análise* neste domínio obtém uma *vantagem incomensurável*. Possui na totalidade viva da consciência, na conexão das suas funções, na visão das formas e uniões válidas desta conexão obtida por abstracção, o fundo de todas as suas operações. Cada problema que ela levanta e cada conceito que forma estão condicionados por esta conexão e ocupam nela o seu lugar. A análise realiza-se aqui de modo que o processo de desmembramento pelo qual se esclarecerá um membro particular da conexão psíquica é referido a esta textura integral. Preserva sempre algo do processo vivo, artístico do compreender. Depreende-se desta circunstância a possibilidade de uma psicologia que, a partir da conexão da vida psíquica captada com validade universal, analisa os membros singulares





desta conexão, descreve e investiga com toda a profundidade possível as suas partes constitutivas e as funções que as unem, mas omite a construção da total conexão causal dos processos psíquicos. A vida anímica não se pode compor a partir de elementos, não se pode construir mediante a composição, e a mofa que Fausto faz dos intentos de Wagner para fabricar quimicamente o homúnculo aplica-se muito bem a essa tentativa. A psicologia descritiva e analítica desemboca em hipóteses, enquanto a explicativa começa com elas. A sua possibilidade baseia-se no facto de que também é possível uma conexão de validade universal, legal, que abranja toda a vida da alma, sem necessidade de aplicar o método construtivo que se nos oferece nas ciências explicativas da natureza. Uma exposição científica da vida psíquica que renunciasse ao conhecimento da sua conexão teria de ser de todo impossível. E a sua força reside justamente em que pode reconhecer os limites do nosso conhecimento, sejam eles provisórios ou permanentes, sem por isso perder a conexão interna. Pode em si albergar as hipóteses a que chega a psicologia explicativa relativamente aos diversos grupos de fenómenos; mas, ao medi-las com os próprios factos e ao determinar o grau da sua plausibilidade, sem empregar nenhum factor construtivo, tal não afectará a sua peculiar validade universal. Pode, por fim, submeter à discussão também as hipóteses amplas da psicologia explicativa, mas reconhecendo todo o carácter problemático das mesmas. Terá de pôr a claro a impossibilidade de, em geral, elevar as vivências a conceitos. O princípio que à filosofia actual incumbe demonstrar, prosseguindo a obra de Kant nos campos da experiência, é o seguinte: não só a concepção de conceitos transcendentis induz a antinomias, mas estas derivam do trabalho do pensar humano sobre as experiências que, no fim de contas, não se reduzem por completo a conceitos; há, portanto, *antinomias imanentes* no campo do conhecimento da realidade dada na experiência.

Vamos descrever a articulação de semelhante psicologia descritiva e analítica, antes de começarmos a tratar os três capítulos princi-

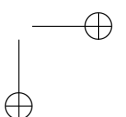
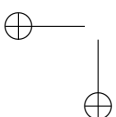




pais, que têm uma significação decisiva para o seu estabelecimento e desenvolvimento.

A parte geral de semelhante psicologia descritiva expõe, designa e elabora assim o acordo futuro acerca de uma terminologia psicológica. Para tal necessita já da análise. Outra tarefa sua consiste em destacar a *conexão estrutural* da vida psíquica desenvolvida. A análise deve aqui ocupar-se da articulação arquitectónica do edifício concluído, não pergunta pelas pedras, pelo cimento e pela mão-de-obra, mas pela textura interna das partes. Terá de encontrar a lei estrutural mediante a qual se religam a inteligência, a vida impulsiva e afectiva, as acções volitivas no todo articulado da vida psíquica. A conexão que se exhibe nesta lei estrutural compõe-se exclusivamente de experiências vivas sobre as diversas ligações das componentes psíquicas. O seu significado é-nos dado, de modo muito premente, na experiência interna. Segundo esta, o seu carácter é para nós simultaneamente teleológico e causal. Um dos capítulos que se seguem consagrar-se-á à exposição desta conexão estrutural.

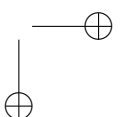
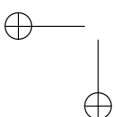
Do carácter teleológico desta conexão deriva, como segunda lei fundamental da vida psíquica que actua na direcção da longitude, a lei do *desenvolvimento*. Se na estrutura anímica e nas suas forças motrizes não existisse uma adequação ao fim e um nexu axiológico, que a empurra para a frente com uma tendência determinada, o curso da vida não seria um desenvolvimento. Por isso, é impossível deduzir o desenvolvimento de um homem tanto da vontade cega de Schopenhauer como do jogo atómico de forças psíquicas singulares nos sistemas dos herbartianos ou dos materialistas. Este desenvolvimento tem no ser humano a tendência para suscitar uma conexão firme da vida psíquica, que concorda com as suas condições vitais. Em nós, todos os processos da vida psíquica actuam em comum para levar a cabo semelhante conexão, que é, por assim dizer, uma forma da alma; pois também o distinguir e o separar suscitam relações e servem, deste modo, de conjunção. As fórmulas da filosofia transcendental acerca da natureza da nossa faculdade sintética são ape-





nas expressões abstractas e inadequadas destas propriedades da nossa vida anímica que, numa acção criadora, originam o desenvolvimento e a configuração. Outros rasgos deste desenvolvimento foram correctamente expostos por Herbart na sua doutrina dos processos de diferenciação e integração. Noutra capítulo faremos ver como se podem jungir estas ideias com as da escola especulativa alemã e como é possível uma teoria científica a propósito do desenvolvimento do homem.

Uma terceira circunstância geral está contida na mudança dos estados de consciência e na actuação da *adquirida conexão da vida anímica* sobre cada acto singular da consciência. Só ao apreender-se esta amplíssima relação, segunda qual cada acto singular da consciência é condicionado na sua ocorrência e no seu carácter por toda a conexão psíquica adquirida, se descobrem as verdadeiras relações entre as teorias da estreiteza da consciência, da sua unidade e da diferenciação dos nossos estados internos [no tocante à força do interesse e ao grau de consciência com estão equipados]. Graças ao discernimento dessa relação se esclarece analiticamente a livre vivacidade da vida psíquica. No centro desta conexão adquirida agita-se sempre um feixe de impulsos e de sentimentos. Comunica ele interesse a uma nova impressão, suscita uma representação, deixa nascer uma direcção da vontade. O interesse desemboca no processo da atenção. O grau maior de consciência, em que consiste esta atenção, não existe *in abstracto*, mas consiste em processos, e estes configuram a percepção, formam uma representação mnemónica, constituem um fim ou um ideal, e tudo isto em ligação viva e vibrante com toda a vida psíquica adquirida. Tudo aqui é vida. Anteriormente, na minha exposição da poética, mostrei como é insustentável a teoria da reprodução morta das imagens; tão impossível é que uma imagem da recordação regresse em novas circunstâncias como impossível é também que a mesma folha da árvore retorne na nova primavera. O mesmo princípio foi, há pouco, subtilmente fundamentado por Ja-

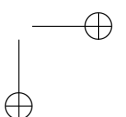
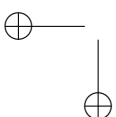




mes, com a assombrosa força realista da sua capacidade de percepção interna.

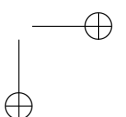
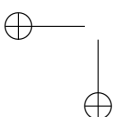
Esta amplíssima relação interna, na qual os processos singulares da consciência são suscitados a partir da contextura adquirida da vida psíquica ou, pelo menos, são por ela condicionados, encontra-se num laço intrínseco com a lei estrutural da vida anímica. Depende da eficiência da estrutura. Surge somente em ligação com a diferenciação desenvolvida da estrutura, graças à qual se separam entre si a percepção, a recordação, a atenção, os processos involuntários e a vontade que os domina. O poder central dos nossos impulsos e afectos, a sua relação com os estímulos exteriores e, por outro lado, com as acções volitivas condicionam a distribuição dos estados de consciência, a reprodução das representações e a acção da conexão representativa adquirida sobre os processos conscientes. Daqui saiem relações operantes para o nascimento do interesse, da atenção, da estimulação reforçada da consciência que, em seguida, tem a sua existência nos processos de apreensão. E através da luta dos impulsos, essas relações encaminham-se também para a suscitação do interesse prático; provoca ela uma intensificação e uma concentração da energia da consciência que, em seguida, se manifesta nos processos da problematização prática, da eleição e da preferência.

Se os estados da distribuição de consciência e os processos da actuação da textura psíquica adquirida na formação dos actos conscientes dependem das relações vivas procedentes da estrutura da vida psíquica, formam também, por seu lado, uma conexão que pode ser destacada mediante a abstracção. Esta conexão não está patente à experiência interna da mesma maneira que a da estrutura. Pois os seus membros e a acção entre os eles encontram-se, numa parte muito grande e importante, fora da consciência clara e, portanto, fora da percepção interna. Nada sabemos de um vestígio que seja reproduzível. E como poderíamos saber algo de como se faz uma reprodução sua? Ou como uma conexão de tais vestígios começa a determinar um processo consciente? A alegre segurança acerca da





acção exclusiva de relações associativas desenvolvidas sempre que se apresenta uma representação na consciência tem de se desvanecer também perante uma crítica mais rigorosa. Quem poderia negar ou demonstrar que existe um livre emergir de representações, sem mediação alguma de uma associação? Quem poderia tentar explicar todos os casos que parecem oferecer uma tal reprodução imediata, directa, à maneira triunfalista da psicologia associacionista, isto é, através da comprovação de uma mediação oculta? Ou quem poderia negar o nascimento de reproduções mediatas que não se baseiam numa associação de representações anteriores? Assim é; aqui, onde a experiência interna nos abandona, a psicologia deveria dedicar-se, primeiro, a descrever com exactidão, a destacar formas de reprodução, introduzindo modestamente as hipóteses possíveis. E como todo o conceito da natureza de qualquer facto reproduzível e actuante, mas que se tornou inconsciente, e toda a decisão sobre se ele é psíquico, físico ou psicofísico, não passa de uma hipótese, e como também o conceito sobre o nascimento de uma reprodução é hipótese, e nada mais do que hipótese, então toda a ideia acerca do modo de acção de uma conexão adquirida de tais factos sobre representações conscientes é, de novo, somente uma hipótese. Estas hipóteses constituem o fundamento genuíno da psicologia explicativa desde que a escola anglo-francesa considerou as propriedades do sistema nervoso como a base explicativa real dessa actuação, e desde que se lhe apresentou outra razão explicativa nas "representações pequenas" de Leibniz. Como não era possível um conhecimento causal transparente da vida psíquica sem o conhecimento das relações causais que aqui existem, o espírito construtivo do século XVII apoderou-se da psicologia, graças ao desenvolvimento das duas hipóteses capitais. Mas estas encontram-se expostas a objecções que, por agora, são insolúveis. Para a primeira hipótese, é incompreensível a interacção entre a consciência e o inconsciente. Não é capaz de clarificar a diferença que existe entre processos psíquicos acompanhados de consciência e os que dela carecem. As "representações inconscientes" da



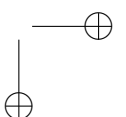
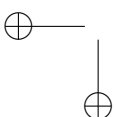


outra hipótese são uma simples palavra, que contém apenas o problema, transcendente à experiência, de um psiquismo inconsciente, sem nada aduzir para a sua solução; aqui, em que as teorias desenvolveram com toda a amplitude possível o seu próprio jogo, trata-se hoje de obter, em primeiro lugar, uma descrição das diferentes formas em que a conexão inconsciente actua sobre os actos conscientes. Todas as anedotas que passam de uma psicologia para outra devem ser submetidas a exame. Além disso, importa submeter esses processos ao experimento. Trata-se, em geral, da experiência e da interacção entre o não consciente e o consciente, e jamais da interacção entre o corporal e o psíquico e, dentro daquela interacção, somente da descrição das suas formas singulares. Há que prescindir, para o efeito, de representações inconscientes, de vestígios fisiológicos sem equivalente, e é necessário tomar sempre em consideração a relação da conexão estrutural viva com essas relações causais. Revela-se então quão insuficientes são as representações abstractas de uma conexão mecânica neste campo. Também noutras ciências, por exemplo, na economia política, se tentou fazer deduções a partir de poucas premissas e se constituíram assim perfeitas conexões mecânicas; algo semelhante acontece com o mecanismo psíquico de Herbart: uma vez reconhecido o carácter precipitado e deformador de tais construções, é necessário, tanto na psicologia como na economia política, primeiro, juntar factos, sujeitá-los à variação e, em seguida, distinguir as formas nucleares do acontecer e fazer delas uma descrição individual.

A esta parte geral segue-se a análise das três grandes conexões, que se encontram articuladas na estrutura da vida psíquica.

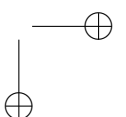
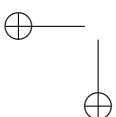
Do modo como elas nos são dadas deriva o ponto de vista que nos guiará na análise das mesmas. Tentei demonstrar, noutro lugar⁵, que o nexo adquirido da vida anímica contém já as *regras* de que *depende o curso dos processos psíquicos individuais*. Constitui ele,

⁵ *Einbildungskraft und Wahnsinn*, 1886. P. 14 ss. *Poetik* (Aufsätze, Zeller gewidmet), p. 355 ss. (Impresso nos *Ges. Schriften* V, 2. Hälfte)





portanto, o objecto principal da descrição e da análise psicológicas dentro dos três grandes membros da vida psíquica religados na estrutura psíquica, a saber, a inteligência, a vida impulsiva e afectiva e as acções volitivas. Este nexos adquirido surge, antes de mais, no homem desenvolvido e, claro está, em nós próprios. Mas por não existir como um todo na consciência, só o podemos apreender, de um modo mediato, em algumas das suas partes reproduzíveis ou na sua acção sobre os processos psíquicos. Comparamos, por isso, as suas *criações* a fim de o apreender de um modo mais completo e profundo. Nas obras de homens geniais podemos estudar a acção enérgica de determinadas formas da actividade espiritual. Na linguagem, no mito, nas práticas religiosas, nos costumes, no direito e na organização exterior temos outras tantas produções do espírito colectivo em que a consciência humana, para falar à Hegel, se tornou objectiva e, portanto, se oferece à análise. O que o homem é não se conhece mediante a ruminação sobre si mesmo, nem também por meio de experimentos psicológicos, mas graças à história. Esta análise dos produtos do espírito humano, que pretende vislumbrar a origem da conexão psíquica, as suas formas e a sua acção, deve, porém, combinar com a análise dos produtos históricos a observação e a recolha de todo o fragmento acessível dos *processos históricos* em que tal conexão se forma. É justamente na união destes dois métodos que assenta todo o estudo histórico acerca da origem, das formas e da acção da textura psíquica no homem. Já nas mudanças históricas, que ocorrem nas produções do espírito colectivo, se patenteiam tais processos vivos; assim na mudança dos sons, na mudança de significação das palavras, nas modificações das representações que se associam a um nome divino. Nas memórias, diários, cartas, tem-se notícia de processos internos que iluminam a génese de determinadas formas da vida espiritual. Assim, para estudar a natureza da imaginação, comparamos as obras poéticas com as manifestações de genuínos poetas sobre os processos que neles têm lugar. Que rica fonte, para a compreensão dos processos tão misteriosos em que surge uma conexão



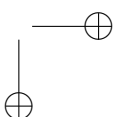
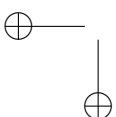


religiosa, mana em tudo o que sabemos de S. Francisco de Assis, de S. Bernardo e, sobretudo, de Lutero.

Esta análise da génese, das formas e da acção da estrutura psíquica segundo os seus membros capitais, começa com a *conexão*, finamente articulada, *das percepções, representações e conhecimentos* na amadurecida vida psíquica de um homem, na plenitude das suas faculdades.

Já Spencer observara que, neste campo, a análise progrediu mais porque nele se torna mais fácil distinguir nos produtos as suas partes constitutivas. Foi sobretudo Sigwart quem indicou que a contextura firme e duradoura deste domínio constitui o objecto principal da análise da inteligência, e a nova elaboração da sua metodologia oferece, entre outros méritos extraordinários, o de ter levado a cabo uma tal análise no tocante ao número, ao tempo, ao espaço e ao movimento (veja-se *Logik*, II2, 41 ss, II2, 187). Segundo ele, cada uma dessas conexões oferece uma regra cognoscível que governa a transição da consciência real de um membro a outro. Na constatação analítica desta regra pode prescindir-se dos fenómenos subjectivos concomitantes de cada um dos actos, dos múltiplos sentimentos e impulsos; as diferenças entre os indivíduos pospõem-se; apreendem-se as relações objectivas e permanentes que se encontram na base da inteligência humana. Aqui reside o fundo sólido sobre o qual se balanceia a luz variável da consciência momentânea. Aqui se encontram as regras permanentes que, em última análise, regem o jogo contingente das associações. Aqui se nos abre, pois, um vasto campo de fidedigno conhecimento analítico da vida psíquica humana.

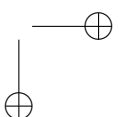
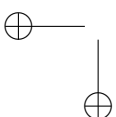
Pode mostrar-se na pedagogia a fecundidade para as ciências do espírito de semelhante análise da nossa inteligência. Toda a gente conhece a revolução suscitada por Pestalozzi mediante o seu ensino intuitivo. O que ele captou com a sua visão genial pode ser explicado pela psicologia analítica. Parte esta da conexão adquirida e configurada da vida psíquica. Desmembra-a nas diversas conexões singulares que constituem o fundo criador de todos os processos conscien-





tes. Apreende no jogo dos vários processos psíquicos a acção destas conexões como aquelas regras de que depende tal jogo no seu pormenor. E reconhece assim o sentido da metodologia genial de Pestalozzi no facto de que a força criadora, plasmadora, do homem é condicionada pelo desenvolvimento adequado de tais conexões. Este grande princípio da pedagogia deriva da doutrina, mais geral, acerca da natureza da textura adquirida de vida psíquica, que é a regra e a força que rege os processos singulares. Pestalozzi não conheceu este princípio *in abstracto*: a pedagogia é uma obra da escola: graças à pesquisa, deu-se ele conta da acção benéfica da auto-actividade regular e ordenada que configura as conexões mais elementares e homogéneas. Estabeleceu como fundamentais quatro delas: a ordem numérica, as relações espaciais, as relações musicais básicas, a conexão legal da linguagem. Duas coisas se tornam claras. As relações numéricas, espaciais e acústicas constituem sistemas homogéneos que podem ser desenvolvidos a partir de dentro; mas a linguagem não é um sistema assim, e nela fracassou o seu método. Dentro dos três sistemas homogéneos a intuição é, em última instância, inseparável do pensamento: pensamento tácito, em oposição ao discursivo, e por isso mesmo tão incomparavelmente fecundo para o homem de trabalho em comparação com o palavreado educacional. Se se considerar como se apreende qualquer distância espacial, qualquer distância tonal, qualquer gradação de cinzento, num acto mental que é inseparável da posse conjunta das sensações, desvanecer-se-á a falsa oposição entre ensino intuitivo e desenvolvimento mental, que até hoje desempenha um papel tão grande nas leis da pedagogia e nos tratados pedagógicos práticos.

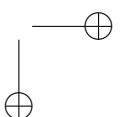
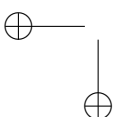
As grandes conexões permanentes em que se move a nossa inteligência podem analisar-se em partes e processos elementares. Ao revelarem-se autonomamente mutáveis, os conteúdos e os seus enlacements separam-se uns dos outros. Antes de mais, isto não quer dizer algo diferente do facto de que também na sensação distinguimos assim a qualidade e a intensidade. Nem por isso a qualidade

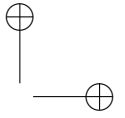




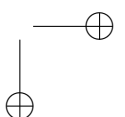
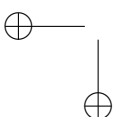
e a intensidade se transformam em componentes da sensação. Mas quanto mais elevados são os enlaces em que ela se apreende, com tanto maior claridade se revela a livre vitalidade do nosso apreender como actividade e se separa do que é dado nas sensações. Se tento representar simultaneamente certo número de pontos luminosos numa superfície cinzenta (um ensaio que permite várias consequências interessantes), então a possibilidade de eu poder representar, por exemplo, simultaneamente mais de cinco pontos, depende, além do exercício, de eu conseguir construir uma figura mediante relações, e quanto maior for o número de pontos que nela tento agrupar com tanto maior claridade me precatarei da minha actividade. Na apreensão de uma melodia concentram-se ainda mais relações num acto. Em tais enlaçamentos superiores e mais vivos faz-se valer a consciência da actividade, de modo muito diferente de como me são dadas as sensações. Mas se queremos transferir esta distinção para a formação dos grandes nexos intelectuais tais como espaço, tempo, causalidade, se também aqui queremos separar das sensações funções nas quais se estabelecem as suas relações, há que considerar, por outro lado, que, para cada conexão, se deve conter nas próprias sensações a possibilidade do seu ordenamento: tem de estar já dentro delas, quando pretendo destacá-lo. Se formamos ainda que seja só a conexão de uma série tonal, as relações da proximidade de cada um dos sons relativamente aos outros têm de se fundar já na índole das sensações acústicas. Portanto, elas existem já com uma pluralidade de sensações sonoras. Procurei igualmente demonstrar noutro lugar de que modo originário se nos oferecem, com os agregados sensoriais, no dinamismo vivo do processo, relações de causalidade. Assoma, pois, em toda a conexão intelectual uma relação de componentes discrimináveis, o que decerto nos permite uma exposição analítica, mas não uma construção de semelhante conexão.

A psicologia explicativa pretende construir as grandes texturas permanentes tais como espaço, tempo e causalidade, a partir de certos processos elementares por ela estudados, como associação, fu-





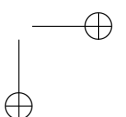
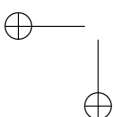
são, apercepção; a psicologia descritiva, pelo contrário, estabelece uma separação entre a descrição e a análise destas conexões permanentes e as hipóteses explicativas. Possibilita assim uma contextura universalmente válida do conhecimento psicológico na qual se vê de uma maneira intuitiva, clara e aguda, o conjunto da vida psíquica. É, sem dúvida, inevitável formar hipóteses acerca da origem da nossa representação do espaço; mas ninguém se poderá negar a reconhecer o carácter inteiramente problemático das teorias até agora propostas. Esta consciência crítica sobre a situação real de nenhum modo diminui a nossa admiração ou dificulta o acolhimento dos importantes resultados obtidos relativamente às componentes e aos processos elementares da percepção e do curso mental, resultados que constituem um título de glória imortal da fisiologia, da psicofísica e da psicologia modernas, sobretudo alemãs. Também é certo que os trabalhos mais recentes neste domínio, como a teoria de Stumpf acerca da fusão dos sons, mostram a tendência de substituir uma representação obscura do processo, que avança juntamente com analogias físicas, pela exposição universalmente válida das características que se apresentam no resultado dos processos elementares, neste caso particular os graus e outras relações íntimas que dificultam a distinção entre os sons. Isto é condicionado por não nos precatarmos de modo imediato dos processos dentro de nós ou da realização de uma função em nós, mas só nos chegar à consciência o resultado. Se esta via se seguir, veremos como também neste campo a descrição universalmente válida irá ganhando maior vigência. Há também que renunciar a estabelecer um número determinado de processos elementares absolutos, como hoje se faz amiúde com a associação, a reprodução e a fusão. A psicologia descritiva só pode delinear os processos elementares que, por agora, são irreduzíveis. Reconhecimento, associação e reprodução, fusão, comparação, igualação e grau de diferença (o que se encontra compreendido no diferenciar), separar e reunir, eis outros tantos processos desta categoria. As relações internas em que se encontram alguns deles recordam-nos provisoriamente que neste campo a descrição e





a análise universalmente válidas não podem ir além de um determinado ponto, e que se apresentam dificuldades para comprovações de carácter absoluto bastante parecidas às que se oferecem na questão dos elementos últimos das nossas percepções e representações, e que se fazem valer cada vez com maior força, sobretudo na psicologia do som. Na análise da inteligência, revela-se uma circunstância cujo carácter geral assinalámos, a saber, como no termo da análise se encontram a psicologia descritiva e a explicativa. A própria tentativa de contrastar os factos elementares encontrados com a estrutura de um determinado campo que assim nasce é uma operação auxiliar necessária da psicologia descritiva para determinar o grau de probabilidade das hipóteses estabelecidas. Pois a psicologia descritiva, só quando determina o grau de probabilidade das hipóteses singulares, contém a justificação exigida sobre a relação em que, num momento determinado, se encontra com os trabalhos e hipóteses mais notáveis da psicologia explicativa.

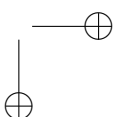
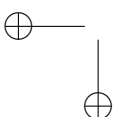
A situação é muito diferente no tocante à contextura dos nossos impulsos e sentimentos, que constitui o segundo grande objecto da análise das campos psíquicos singulares. E, no entanto, temos aqui o centro genuíno da vida anímica. A poesia de todos os tempos encontra aqui o seu objecto. O interesse dos homens dirige-se constantemente para esta vida do ânimo; dela dependem a felicidade e a infelicidade da existência humana. Por isso, a psicologia do século XVII, orientada com profundidade para o conteúdo da vida psíquica, fez da teoria dos estados de ânimo - pois outra coisa não são os seus *affectus* - o seu centro. Mas embora sejam tão importantes e centrais estes estados, resistem com igual pertinácia à análise. Os nossos sentimentos fundem-se quase sempre em estados totais, em que já não é possível discernir as componentes individuais. Os nossos impulsos, sob determinadas condições, manifestam-se num esforço concreto, limitado na duração, determinado no seu objecto, sem que consigamos ganhar consciência deles como tais impulsos, isto é, como impulsos omnipresentes que sobrevivem a cada uma das labutas concretas. Nem





os sentimentos nem os impulsos podem, à vontade, ser reproduzidos ou elevados à consciência. Podemos sempre renovar um estado de ânimo, se suscitarmos experimentalmente na consciência as condições em que se produz. Daí que as nossas definições dos estados de ânimo não analisem o seu conteúdo, mas ofereçam apenas as condições sob as quais emerge o estado. Desta natureza são todas as definições de estados de ânimo em Hobbes e Espinosa. Temos, pois, de aperfeiçoar antes o método destes pensadores. A psicologia descritiva deve elaborar primeiro, neste campo, definições, terminologia e classificação. O estudo dos movimentos expressivos e dos símbolos representativos oferece, decerto, novos meios auxiliares para os estados de ânimo; acima de tudo, o método comparado, que acrescenta as circunstâncias impulsivas e afectivas, mais simples, dos animais e dos povos primitivos, permite-nos ir além da antropologia do século XVII. Mas o emprego destes meios auxiliares também não proporciona nenhum ponto de apoio seguro para um método explicativo, que pretendesse derivar os fenómenos deste âmbito a partir de um número limitado de elementos univocamente determinados.

E, de facto, os ensaios explicativos surgem-nos numa luta recíproca em que não se divisa decisão alguma. Nem sequer as questões fundamentais permitem uma solução convincente. A psicologia explicativa, conhecida até agora, toma sempre como base da sua exposição alguma teoria acerca da relação entre sentimento, impulso e vontade, e sobre a relação dos estados afectivos qualitativos com as representações que com eles se fundem. Uns encontram no impulso o facto original e consideram os sentimentos como estados internos dados com a situação da vida impulsiva. Outros têm o sentimento por facto primário e derivam dos enlaçamentos em que ele se encontra com as sensações e as representações o impulso e, mais ainda, a própria vontade; nenhuma das duas teorias consegue, porém, demonstrar a simplificação da realidade que pretende. Também não é possível desenvolver de um modo convincente a redução de todas as diferenças qualitativas da nossa vida afectiva aos estados simples de

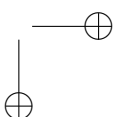
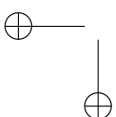




agrado e desagrado e os seus enlaces com sensações e representações. Se encararmos a literatura assombrosamente rica que nos oferecem os mais diferentes povos acerca de estados de ânimo e das paixões dos homens, ver-se-á que as proposições mais fecundas e ilustradoras não exigem nenhum desses pressupostos explicativos; em geral, descrevem-se nelas as grandes formas dos processos em que se associam entre si estes diversos aspectos. Por outro lado, basta penetrar bastante fundo na análise dos grandes feitos neste campo para lobrigar também a inutilidade de tais hipóteses explicativas. A maioria dos psicólogos inclina-se a caracterizar o gozo estético, suscitado por uma obra de arte, como um estado de prazer. Mas o estético que rastreia os efeitos dos diversos estilos nas diferentes obras de arte vê-se forçado a reconhecer a insuficiência desta concepção. O estilo de um fresco de Miguel Ângelo ou de uma fuga de Bach dimana da acção de uma grande alma, e a apreensão destas obras de arte comunica à alma de quem dela frui uma determinada forma de acção, em que ela se exalta, se eleva e expande.

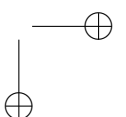
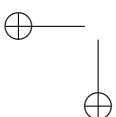
Por isso, o campo da vida afectiva não se encontra ainda realmente maduro para um tratamento analítico pleno; a psicologia descritiva e analítica deve antes ter realizado o seu labor minucioso. A investigação move-se especialmente em três direcções. Expõe os tipos principais do decurso dos processos afectivos; o que os grandes poetas, e especialmente Shakespeare, ofereceram em imagens, procura ela torná-lo acessível à análise conceptual. Salienta certas relações fundamentais que atravessam toda a vida afectiva e impulsiva dos homens, e tenta detectar as componentes singulares dos estados afectivos e impulsivos. Se a primeira direcção das investigações é bastante clara, as outras duas requerem, porventura, ser ilustradas mediante alguns exemplos.

Toda a vida impulsiva e afectiva se encontra imbuída de certas relações fundamentais, que são de importância decisiva para a compreensão do homem. Saliento algumas delas: temas, por assim dizer, para um método que as descreva com exactidão. Apresentadas como





temas, parecem decerto triviais, pois só no desdobramento da descrição se torna visível o valor de tais exposições, o qual aumenta porque de tais relações dependem diferenças importantes entre as individualidades. Semelhante relação reside na fusão dos sentimentos e na sua transferência. Entender-se-á por esta última a deslocação do sentimento para algo que, regularmente, se encontra em conexão com o seu campo originário; assim, do fim para os meios, do efeito para as causas. Há também uma relação fundamental deste tipo naquilo que os estóicos, Hobbes e Espinosa designaram como impulso da autoconservação ou de afirmação do eu: uma ânsia por se atulhar de estados afectivos, de viver, de desfraldar as forças e os impulsos. Descobrimos que, numa situação entorpecedora, do sentimento de pressão costuma brotar regularmente o esforço de dela se livrar. A representação de um mal futuro actua amiúde na alma, relativamente a determinadas condições, com tanta força como a presença do próprio mal, e por vezes até com maior; sobretudo quanto mais intensamente os homens vivem nas representações do que nas impressões, quanto maior a atenção com que costumam olhar todo o seu futuro, com tanto maior facilidade são movidos pelo temor, onde uma perturbação ameaça a textura da vida. Também o modo e o grau em que o passado agita a alma depende de certas condições da estrutura psíquica. Pode observar-se como os homens se potenciam reciprocamente nos seus afectos; uma assembleia é politicamente mais excitável do que o seria cada um dos presentes tomado por si, e também as diferenças que aqui surgem dependem de certas condições da vida psíquica. Outro rasgo igualmente importante é constituído pela transformação incessante dos nossos estados afectivos em símbolos representativos e em movimentos expressivos. Ambas as formas de tradução do novo estado anímico se referem uma à outra e se diferenciam do desencadeamento de acções orientadas para mudanças externas ou internas. Caem sob o conceito de actividade simbolizadora, exposto na *Ética* de Schleiermacher. Revestem a maior importância tanto para as manifestações da vida religiosa como da artística.

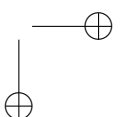
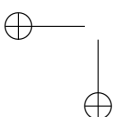




A análise procura, em seguida, detectar as componentes singulares dos estados afectivos. Em geral, os sentimentos apresentam-se-nos na vida em fusões concretas. Assim como a imagem perceptiva contém como unidades sensações, assim também o estado afectivo concreto encerra em si sentimentos elementares. Num quadro, o estado afectivo próprio de cada cor, da harmonia das cores, do contraste, da beleza da forma, da expressão, do gozo do conteúdo ideal, cooperam na impressão total. Não indagamos qual seja o fundamento primeiro das diferenças qualitativas nos nossos sentimentos, junto das quais se apresentam as diferenças de intensidade, mas tomamos de imediato essas diferenças como outros tantos factos. Se as sensações contidas nas percepções se repetem, podemos igualmente assinalar a mesma circunstância nos sentimentos elementares. A uma determinada classe de antecedentes alia-se, regularmente, uma determinada classe de processos afectivos. Assim como a uma classe de estímulos corresponde um círculo de qualidades sensoriais, assim também a uma classe de tais antecedentes corresponde um círculo de sentimentos elementares. Patenteia-se aqui à psicologia experimental um vasto campo de investigações fecundas. Podemos tentar estabelecer os antecedentes mais simples possíveis para, em seguida, constatar as conexões regulares dos mesmos com sentimentos simples. Assim nasce o conceito de círculos afectivos como factos últimos da vida afectiva que analiticamente se podem encontrar⁶. E de forma análoga podemos traçar círculos de impulsos. Mas também aqui, tal como acontecia na demanda das funções elementares da nossa inteligência, temos de renunciar provisoriamente a estabelecer um número limitado de factos elementares definitivos. O método explicativo exigiria algo semelhante, ao passo que o método descritivo e analítico sente precisamente neste domínio a superioridade, que a limitação a tarefas solúveis lhe proporciona.

A terceira grande conexão na nossa vida psíquica é *constituída pelas acções volitivas*. Também aqui a análise encontra um guia se-

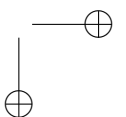
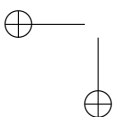
⁶ *Philosophische Aufsätze*, Zeller gewidmet, 365 s. (*Ges. Schriften* V, 2)





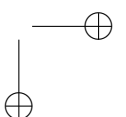
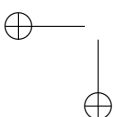
guro em certas relações firmes. Deve, antes de mais, definir os conceitos de adopção de fim, motivo, relações entre fim e meios, eleição e preferência, e desenvolver ainda as relações recíprocas entre estes conceitos. Tem, em seguida, de analisar a acção volitiva singular, como se fez no cuidadoso trabalho de Sigwart. E o recurso da psicologia descritiva consiste justamente em transformar em objecto da análise o processo já desenvolvido, em que as partes integrantes se diferenciam com maior claridade. Separamos motivo, fim e meio. O fenómeno da eleição ou da preferência é apreendido com clareza na percepção interna. Além disso, as nossas acções teleológicas ingressam, em parte, no mundo exterior, e assim se objectivam para nós. A acção volitiva promana da situação total da nossa vida impulsiva e afectiva. Tem a intenção da sua mudança. Implica, portanto, algum género de representação do fim. Este fim, ou pretende conseguir a sua intenção no mundo exterior, ou renuncia a alterar o estado de consciência mediante acções externas e visa suscitar directamente mudanças internas na vida psíquica. Há uma época no desenvolvimento ético-religioso do homem em que a disciplina das acções volitivas internas ganha nele poder. Um estado ou processo interno, ao converter-se em factor de uma decisão voluntária, é também um motivo. À representação teleológica junta-se já, durante a deliberação, a representação do meio. Se da ânsia de mudar a situação surgiram uma ou várias representações do fim, então surge na alma um provar, escolher, preferir, e a representação teleológica mais adequada, cujos meios são ao mesmo tempo mais facilmente acessíveis, eleva-se a uma resolução volitiva *minha*. Emerge então, mais uma vez, um provar, escolher e decidir acerca de todos os meios disponíveis para este fim.

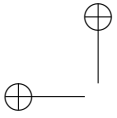
Mas a análise das acções volitivas não tem de se limitar à desarticulação da acção voluntária. Assim como, no âmbito intelectual, a associação individual ou o acto mental singular não constitui o objecto principal da análise, assim também não a decisão volitiva singular, no domínio prático. A análise cuidadosa das acções voluntárias





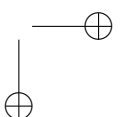
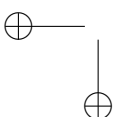
individuais leva-nos à sua dependência da adquirida textura da vida psíquica que, tal como as relações fundamentais das nossas representações, abarca as determinações axiológicas permanentes, os hábitos da nossa vontade e as ideias teleológicas imperantes e, por isso, contém as regras sob as quais se encontra a nossa conduta, amiúde sem que delas tenhamos consciência. Constitui, pois, esta contextura, que actua incessantemente em cada um dos actos volitivos, o objecto principal da análise psicológica da vontade humana. Não preciso de tomar consciência da conexão das minhas tarefas profissionais para a ela subordinar uma acção, segundo a situação actual, e a intenção implicada por esta conexão de tarefas continua a agir, sem que eu a eleve à consciência. E em cada consciência banhada pelas relações culturais cruzam-se diversas texturas ou nexos teleológicos. Nunca podem estar ao mesmo tempo na consciência. Mas, para agir, não é preciso que cada uma delas esteja na consciência. Não são essências fictícias interpoladas. São realidades psíquicas. Só a teoria da conexão adquirida da vida anímica, que actua sem ser distintamente consciente, e que também engloba as conexões, nos permite apreender esta realidade. Ao lado desta constância na conexão volitiva existe a uniformidade desta conexão nos indivíduos. Assim nascem as grandes formas da cultura humana, em que se objectiva a vontade constante e uniforme. E elas constituem um objecto destacado da análise orientada para os elementos e os nós no querer. Estudamos a natureza, as leis e a conexão das nossas acções volitivas na organização exterior da sociedade, na ordem económica e jurídica. Temos aqui perante nós a mesma objectivação da textura na nossa atitude prática, que existe no número, no tempo e espaço, e nas outras formas do nosso conhecimento do mundo para a nossa percepção, representação e pensamento. O acto volitivo singular já no indivíduo é apenas a expressão de uma direcção permanente da vontade, que pode encher a vida inteira, sem que nos esteja incessantemente presente. Mas isto constitui justamente o carácter do mundo prático: imperam nele relações permanentes que passam de indivíduo para indivíduo, e





que são independentes dos movimentos volitivos do momento e que dão a sua firmeza ao mundo prático. A análise deve, neste campo, orientar-se para as relações duradouras, tal como acontece no campo da inteligência.

Pode indicar-se ainda que o método descritivo e analítico nos proporciona igualmente uma base para a apreensão das formas individuais da vida psíquica, das diferenças entre os sexos, dos caracteres nacionais, dos grandes tipos da vida teleológica humana dos e das individualidades.



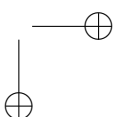
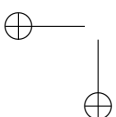


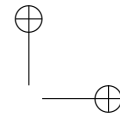
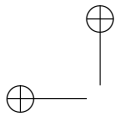
Capítulo V

Relação entre a psicologia explicativa e a descritiva

Se estas considerações se examinarem com boa vontade – o que não é de esperar de muitos fanáticos na psicologia – poderá chegar-se a um acordo sobre os pontos seguintes. Os representantes da psicologia explicativa continuarão a defender com razão que a comprovação e o desenvolvimento de uma hipótese, num âmbito mais ou menos amplo de fenómenos, constitui o método mais importante do progresso psicológico (por conseguinte, o trabalho psicológico propriamente dito). Pois, nos pontos em que a experiência não faculta ao psicólogo nenhum nexos, onde não permite já compô-la e desarticulá-la, onde nem sequer possibilita obter uma regra dominante a partir da multiplicidade dos casos, será necessário orientar para uma determinada meta, mediante hipóteses, a observação, a comparação, o experimento e a análise. Não afirmarão eles, porém, que na actualidade qualquer hipótese poderá pretender descobrir, em face das outras, as verdadeiras razões explicativas da vida psíquica. Por seu lado, a psicologia descritiva afirmará que, por agora, nenhuma psicologia explicativa existe que seja adequada para servir de base às ciências do espírito.

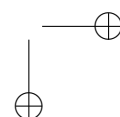
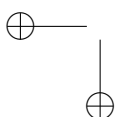
Mais ainda, deverá assinalar os efeitos danosos que semelhante psicologia explicativa exerce sobre as ciências do espírito. A historiografia de Grote, Buckle e Taine encontrava-se sob a impressão de que o emprego da experiência da vida não chegava para a compreensão profunda da contextura causal histórica, e pensava que os grandes progressos da psicologia, que atraía todos os olhares em Inglaterra e na França, tinham de se aplicar também à história. Mas estas obras demonstram justamente que a objectividade do historiador se preserva melhor quando este se abandona ao seu sentimento da vida do que quando pretende aplicar as teorias unilaterais da psicologia explicativa. E, contudo, no anelo destes historiadores acoitava-se uma grande tendência que teve por consequência a acção extraordinária





que suscitaram os seus ensaios. Se se conseguisse uma psicologia objectiva, que abarcasse de modo fidedigno toda a vida psíquica, semelhante psicologia, juntamente com as ciências empíricas acerca dos sistemas culturais e da organização da sociedade, proporcionaria um fundamento aos esforços dos historiadores filosóficos, que demandam uma profundo liame causal na história.

Um segundo caso dos efeitos nocivos da psicologia explicativa sobre as ciências do espírito é constituído pela moderna corrente do direito penal. Cola-se esta sobretudo aos dois Mill, a Spencer e a Taine, e constrói um direito penal determinista com base psicológica ou biológica. Este direito penal sacrifica os conceitos contidos na própria vida, e que a jurisprudência clássica destacou de modo exemplar, às teorias unilaterais que os tempos consigo trazem e levam. Na realidade, *a liberdade de eleição é apenas a expressão representativa* da consciência inextirpável da nossa espontaneidade e vitalidade. Enquanto o modo de efectuação, que nos leva das premissas à conclusão, de um sentimento do dor a um anelo, é acompanhada habitualmente pela advertência da necessidade, há outras formas de efectividade, como a superação de um impulso mediante uma actuação da vontade segundo o dever, que são acompanhadas pelo sentimento interno particular, indicado na expressão de liberdade. Limitamo-nos assim a expressar algo que existe na experiência interna. A questão das regularidades objectivas nas acções dos homens e na vida da sociedade nada tem a ver, de imediato, com a constatação do que ocorre na experiência interna. A liberdade, no sentido de que a acção singular podia ter sido outra, não é a consequência científica necessária do que se inclui na experiência interna. Pelo contrário, quando a consciência de livre efectuação que ocorre na experiência interna é referida na minha representação à relação da acção última, que constitui o caso penal ou o caso moral com as suas condições, esta liberdade, enquanto poder-fazer de outro modo na acção singular, é somente a expressão representativa da espontaneidade e da liberdade na efectuação, que se refere a toda a conexão do meu agir dentro do meu ca-

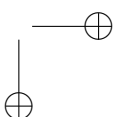
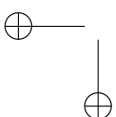




rácter. Esta é a verdade que se contém na doutrina de Schopenhauer acerca da liberdade inteligível. E se em toda esta relação conexa, que encontramos presente na vivência da consciência da liberdade, está contida a produção de novos valores que não se podem explicar pelas meras relações dos motivos, tal não representa anomalia alguma no campo do espírito, pois deparamos com analogias em todas as acções estéticas ou intelectuais de tipo criador. Por isso, não está justificado o direito penal moderno para colocar a noção entediada e indemonstrada de uma máquina psíquica ou psicofísica, em vez dos conceitos vitais que a jurisprudência desenvolveu, a partir da consciência da espontaneidade, da vida e da responsabilidade nas acções volitivas. Efeitos semelhantes da psicologia explicativa poderemos indicar também no campo da economia política, da história literária e da estética.

É, portanto, necessária e possível uma psicologia que ponha na base dos seus procedimentos o método descritivo e analítico e que empregue as construções explicativas só em segundo lugar e com a consciência dos seus limites, de tal modo que as suas hipóteses não se convertam, por seu turno, em fundamento de outras explicações hipotéticas. Será o fundamento das ciências do espírito, como a matemática o é das ciências da natureza. Justamente nesta sadia interacção com as ciências empíricas do espírito se desenvolverá em todas as direcções. Graças a uma determinação conceptual e designação nítidas, introduzirá pouco a pouco uma terminologia científica comum às ciências do espírito. Por outro lado, preparará as monografias explicativas mediante a acumulação de material, por meio da descrição dos nexos da vida psíquica e de análises cuidadosas. Facilitará o controlo das suas hipóteses.

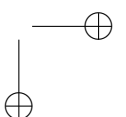
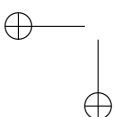
Entre psicólogos sem preconceitos poderá, a pouco e pouco, chegar-se a um acordo sobre estas proposições. E, por outro lado, *bastam as mesmas para fixar à psicologia descritiva a sua tarefa na tessitura das ciências do espírito*. Por isso as separo de outra proposição de maior alcance, que não pode contar com o mesmo grau de reconheci-





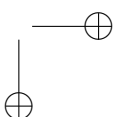
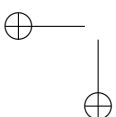
mento. A psicologia explicativa como sistema é incapaz, não só por agora, mas sempre, de alcançar um conhecimento objectivo da textura dos fenómenos psíquicos. Tem somente um valor heurístico. Por grande que seja a importância da monografia explicativa, o método que consiste em estabelecer um conjunto de elementos explicativos hipotéticos e em derivar, mediante uma construção, o conjunto dos fenómenos psíquicos ao nosso alcance, não leva a nenhum conhecimento objectivo da vida anímica.

Estipulo um princípio de que deriva esta proposição. O fito do estudo dos fenómenos psíquicos é a conexão dos mesmos. Esta depara-se-nos, através da experiência interna, nas circunstâncias da actuação como algo vivo, livre e histórico. É a suposição geral com que a nossa percepção e o nosso pensar, o nosso fantasiar e o nosso agir podem estabelecer qualquer conexão. A textura de uma percepção sensorial não dimana das excitações sensíveis que nela se entrelaçam. Nasce da actividade viva, unitária em nós, que já é em si conexão. Também os processos do nosso pensamento consistem nesse mesmo unir vivo. O comparar, unir, separar, fundir assenta na vitalidade psíquica. Nestes processos elementares penetra, no interior do pensamento discursivo, a relação entre sujeito e predicado, coisa, propriedade e acção, substância e causalidade, e também ela dimana da experiência interna do eu e da sua acção, da sua efectuação. Portanto, toda a conexão, apreendida pela nossa percepção ou posta pelo nosso pensamento, foi subtraída à vida interna individual. Também quando expressamos uma identidade causal se trata de um conteúdo parcial deste liame vivo. Pois este contém igualmente relações de necessidade e de igualdade. Mas em cada ponto contém mais do que isso. Não podemos, porém, estabelecer uma conexão fora daquilo que nos é dado. Para lá disso, tal como nos é dado na experiência interna, não pode ir a ciência da vida psíquica. A consciência não pode sair de si mesma. A contextura em que actua o pensamento, e da qual parte e depende, constitui para nós o pressuposto irremovível. O pensamento não pode ir além da sua própria realidade, além da





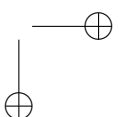
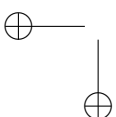
realidade donde nasce. Se pretender construir uma conexão racional para lá desta última realidade que nos é dada, então ela só poderá estar composta dos conteúdos parciais que se apresentam nessa mesma realidade. Isto acontece também em toda a psicologia racional, explicativa, construtiva. As relações de necessidade e de igualdade que se apresentam na conexão psíquica são destacadas isoladamente e entrelaçadas num todo abstracto. Mas não há nenhum meio mental legítimo que nos conduza desta abstracção à realidade viva da conexão psíquica. Sem o recurso mental *causa aequat effectum* não haveria, para a psicologia explicativa, nenhuma regra segura de progresso. Por isso, tinha de alicerçar a vida dada na experiência sobre uma conexão racional situada para lá dela, mas que na vida empírica não existe assim. A construção do que é dado na vida mediante algo que lhe é sotoposto não pode pretender completar o nosso saber acerca da tessitura viva. Ela só é possível se os conteúdos parciais da experiência viva da efectuação se entrosarem com o fio condutor do conhecimento exterior da natureza. Por isso, a psicologia explicativa serve-se da abreviatura da vida plena e da mistura com pressupostos que procedem do campo natural. Deduz partindo de conteúdos parciais da vida, que são inseridos numa conexão causal racional. O exemplo mais brilhante a este respeito é oferecido por Herbart. O vislumbre fundamental da sua psicologia deve-se à experiência pedagógica, que constituía a base fecunda do seu pensamento. Aprendeu com Pestalozzi a considerar as representações como forças que, uma vez adquiridas, influenciarão para sempre a ulterior vida psíquica. Mas o método com que desenvolveu esta visão pode ser submetido à mesma crítica que, de modo tão convincente, Trendelenburg aplicou à lógica de Hegel. Introduz tacitamente nas suas noções toda a vida que, em seguida, procura derivar. De igual modo procede a psicologia associacionista. Na simples facilitação da sucessão por efeito do hábito nada há em relação ao qual tal habituação suscite um nexos, uma união interna; o aparecimento de uma conexão interna sobre a base de reiteradas relações no tempo é, pelo contrário, algo que se foi





buscar à nossa vida e tacitamente se interpola na associação. Vê-se assim que em todo o sistema explicativo racional se insere a vida nas componentes da explicação, porque na compreensão de semelhante teoria é co-partícipe toda a nossa vida e, por isso, pode ser depois deduzida.

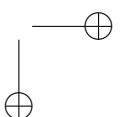
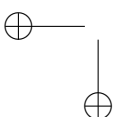
O método da psicologia explicativa nasceu de uma extensão ilegítima dos conceitos científico-naturais ao campo da vida psíquica e da história. O conhecimento da natureza converteu-se em ciência quando, no campo dos fenómenos dinâmicos, se conseguiu estabelecer equações entre causas e efeitos. Esta conexão da natureza segundo equações causais foi imposta ao nosso pensamento vivo pela ordem objectiva da natureza, representada nas percepções externas. A regra das mudanças de Heraclito, as relações numéricas dos sons e das trajectórias dos astros dos Pitagóricos, a conservação da massa e a homogeneidade do universo de Anaxágoras, a redução das mudanças qualitativas inapreensíveis do universo a relações quantitativas, o cálculo com os movimentos dos átomos sob o pressuposto da persistência de todo o movimento começado, segundo Demócrito – todos estes primeiros passos de uma teoria geral da natureza nos mostram o espírito humano em actividade comprovativa, induzido pela constância e pela uniformidade da natureza. Os axiomas, que Kant indica como nosso património *a priori*, foram referidos à natureza a partir da conexão viva em nós. Na conexão racional dos fenómenos que assim surge, a lei, a constância, a uniformidade, as equações causais constituem a *expressão das relações objectivas da natureza exterior*. Pelo contrário, não obtivemos a conexão viva da alma com tentativas graduais. Esta conexão é a vida que está aí, anteriormente a todo o conhecimento. Vitalidade, historicidade, liberdade, desenvolvimento são as suas características. Se analisarmos esta conexão psíquica, nunca deparamos com algo coisal ou substancial, nada podemos compor com elementos, não há elementos isolados, pois estes são inseparáveis das funções. Mas, em geral, não temos consciência das funções. Deparamos com diferenças, graus, separações, sem





termos consciência dos processos que os estabeleceram. Isto elevou assim as dificuldades do problema gnoseológico do *a priori*. Não podemos avançar com identidades causais que estariam empiricamente fundadas; o conjunto causal, com que depara realmente a percepção interna, não regressa simplesmente no efeito.

Só em princípio podemos oferecer aqui outra demonstração de que não se pode transferir para a vida psíquica a conexão natural externa. A explicação racional do mundo não conduz a contradições só ao aplicá-las ao transcendente, como mostrou Kant de forma indiscutível, mas surgem também antinomias dentro da realidade, quando se tenta mostrá-la como transparente para o entendimento em todos os seus elementos e em toda a sua conexão. Estas antinomias são iminentes à realidade empírica, enquanto o entendimento procura mostrar a sua plena transparência lógica. Deve-se, em primeiro lugar, a que a nossa consciência do mundo, tal como a consciência de nós mesmos, brotou da vida do Si mesmo; mas esta é algo mais do que *ratio*. Disso são provas os conceitos de unidade, ipseidade, substância, causalidade. Outras antinomias devem-se a que não é possível reduzir uns aos outros factos de procedência distinta. A prova disso é a relação das grandezas espaciais, temporais e dinâmicas contínuas com o número. Com isto se liga o facto de que não é possível subsumir o vivido a partir de dentro em conceitos que foram desenvolvidos a propósito do mundo exterior, que nos é dado nos sentidos.



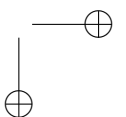
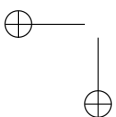


Capítulo VI

Possibilidade e condições da solução da tarefa de uma psicologia descritiva

A solução desta tarefa pressupõe, antes de mais, que possamos perceber os estados internos. A demonstração efectiva disso reside no conhecimento indubitável que temos dos estados anímicos. Cada um de nós sabe o que é um sentimento de prazer, um impulso volitivo ou um acto mental. Ninguém corre o risco de os confundir. Se existe, tal conhecimento deve ser possível. Como poderiam aguentar-se as objecções levantadas contra esta possibilidade? De facto, assentam numa transferência patente para a percepção interna daquilo que vale para a percepção externa. Toda a percepção exterior se baseia na distinção do sujeito percipiente em relação ao seu objecto. Pelo contrário, a percepção interna não passa da consciência interna de um estado ou processo. Um estado existe para mim enquanto dele sou consciente. Quando me sinto triste, tal sentimento de tristeza não é objecto meu mas, enquanto sou consciente de tal estado, ele existe para mim, para mim enquanto alguém que dele tem consciência. Apreendo-o intimamente. As percepções dos estados internos são recordadas. Ao regressarem amiúde, na mesma união, com as condições externas e internas de que brotaram, nasce o conhecimento que cada um de nós possui acerca dos seus estados, das suas paixões e do seu esforço.

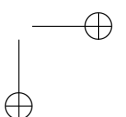
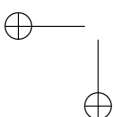
Se pretendermos tomar a expressão "percepção" no sentido mais exacto e estreito de uma percepção atenta, a possibilidade de semelhante percepção encontra, decerto, limites mais estreitos; mas continua a subsistir a possibilidade. Se chamarmos a esta percepção atenta observação, então a psicologia terá de se confrontar com a teoria que defende que é impossível a observação dos estados próprios. O que seria certo se estivesse vinculada à separação entre sujeito observador e o seu objecto. A observação dos objectos naturais assenta, sim,





na separação entre sujeito observador e objecto observado. Mas tem lugar um processo muito diferente quando os estados internos são objecto de observação. Pois a observação dos processos ou estados internos distingue-se da sua mera apreensão unicamente pela potenciação da consciência que introduz a vontade. Se, em geral, se deve evitar a confusão dos pressupostos do conhecimento natural com o dos factos psíquicos, também neste caso temos de nos precaver de transferir o que acontece na observação dos objectos exteriores para a apreensão atenta dos estados internos. Posso, sem dúvida, dirigir a minha atenção para uma dor de que me dou conta e, portanto, observá-la. Nesta capacidade de observar estados internos assenta a possibilidade da psicologia experimental. Mas a observação dos estados internos encontra-se, decerto, limitada pelas condições sob as quais emerge. Pense-se como se quiser sobre o nascimento dos actos volitivos, é empiricamente certo que a atenção mostra a sua afinidade com os actos de vontade, porque faz cessar todo o estado de dispersão, de jogo indeliberado das representações, e que nunca pode actuar noutra direcção quando existe um acto voluntário simultâneo. Por isso, nunca podemos observar o jogo das nossas representações nem apreender com atenção o próprio acto mental. De tais processos sabemos só graças à recordação. Mas esta é um recurso muito mais seguro do que em geral se pensa, e até podemos apreender na recordação o processo recentemente interrompido, como recolhendo as pontas soltas de um tecido roto.

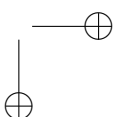
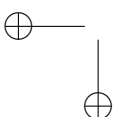
Ofereceremos noutro lugar explicações mais amplas, a partir do que aqui se disse; por agora, é suficiente a indicação sobre a base da possibilidade do nosso conhecimento dos estados internos. A possibilidade da apreensão de estados internos é-nos dada dentro de certos limites. Também dentro destes limites ela é dificultada, sem dúvida, pela interna inconstância de todo o psíquico. Encontra-se sempre em processo. Uma dificuldade ulterior provém do facto de que a percepção se refere a um só indivíduo. Também não podemos medir nem o poder que uma representação possui no nosso ânimo, nem a força de





um impulso volitivo ou a intensidade de uma sensação de prazer. Para nós, não tem sentido algum atribuir a um destes estados a força dupla da do outro. Mas as desvantagens são mais do que compensadas pela vantagem decisiva que a percepção interna oferece relativamente à externa. Nesta apreensão dos estados próprios apreendemo-los, sem mediação dos sentidos externos, na sua realidade, tais como são. E para compensar as deficiências indicadas oferece-se ainda outro recurso.

Completamos a percepção interna mediante a apreensão de outras pessoas. Apreendemos o seu íntimo. Tal acontece graças a um processo espiritual que equivale a um raciocínio por analogia. As deficiências deste processo devem-se a que se leva a cabo mediante uma transferência da nossa própria vida anímica. Aquilo que, numa vida psíquica alheia, não se distingue do nosso íntimo só quantitativamente ou pela ausência de algo presente no nosso próprio interior não pode ser completado por nós de um modo positivo. Podemos, em semelhante caso, dizer que nos encontramos na presença de algo estranho, mas sem conseguirmos dizer de que se trata. Fala muito a favor da grande afinidade interna de toda a vida psíquica humana o facto de que a compreensão de um psiquismo alheio é possível ao investigador acostumado a olhar em redor e conhecedor do mundo. Em contrapartida, no tocante ao conhecimento da vida psíquica animal, este limite cognitivo impõe-se de um modo bastante desagradável. A nossa compreensão dos vertebrados, que possuem a mesma estrutura orgânica fundamental, é relativamente a melhor dentro do nosso conhecimento da vida animal; sobretudo no tocante ao estudo dos impulsos e dos estados afectivos, esta psicologia animal é muito proveitosa para a psicologia humana; mas se tivermos em conta que, além dos vertebrados, os artrópodes constituem a classe animal mais importante, mais ampla e intelectualmente mais desenvolvida, sobretudo os himenópteros, que englobam as formigas e as abelhas, a organização tão distinta da nossa dificulta-nos extraordinariamente a interpretação das suas manifestações físicas de vida; e, claro está,



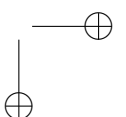
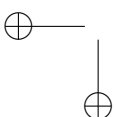


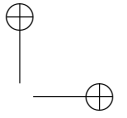
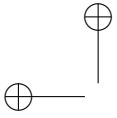
corresponde a estas uma vida interior altamente estranha para nós. Fogem-nos, pois, aqui todos os meios para penetrar num grande domínio psíquico, que é para nós um mundo de todo estranho; a nossa impotência neste particular expressa-se no facto de que subordinamos ao mais obscuro de todos os conceitos, o de instinto, as surpreendentes realizações psíquicas das abelhas e das formigas. Não conseguimos fazer ideia alguma das representações espaciais na cabeça de uma aranha. Por fim, também não dispomos de nenhum meio para constatar onde termina a vida psíquica e onde existe matéria organizada sem tal vida.

A psicologia vê-se, pois, obrigada a compensar as deficiências de cada um dos seus recursos. Por isso, conjuga a percepção e a observação de nós mesmos, a apreensão de outras pessoas, o método comparado, o experimento, o estudo dos fenómenos anormais. Tenta penetrar na vida psíquica por muitas portas.

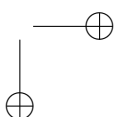
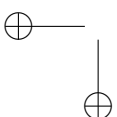
Um complemento deveras importante de todos estes métodos, na medida em que se ocupam de processos, consiste em utilizar os produtos objectivos da vida psíquica. Possuímos na linguagem, no mito, na literatura e na arte, e em geral em todas as realizações históricas, uma vida psíquica que se objectivou: produtos das forças efectivas de natureza psíquica; formas firmes que se estruturam com elementos psíquicos e segundo as suas leis. Quando em nós ou nos outros observamos os processos, vemos que mostram uma mutabilidade constante, algo como formações espaciais cujos contornos se alteraram de modo constante; daí o valor inestimável que supõe a posse de formas permanentes de linhas nítidas, a que continuamente pode retornar a observação, a análise.

Saber se a tarefa de uma psicologia descritiva pode ser resolvida com estes recursos decide-se pela própria tentativa de conhecer uma estrutura ampla e uniforme de toda a vida psíquica humana. A análise psicológica estabeleceu com plena segurança muitas conexões singulares. Podemos muito bem seguir os processos que nos levam desde uma impressão exterior até ao nascimento de uma imagem percep-





tiva; podemos perseguir a transformação da mesma numa representação recordada; podemos descrever a formação de representações da fantasia e de conceitos. O mesmo acontece com os motivos, a escolha, a acção em vista de um fim. Mas é necessário ordenar todas estas conexões singulares numa textura geral. E disto se trata agora, de saber se podemos abrir caminho para tal meta.





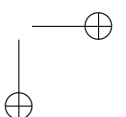
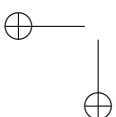
Capítulo VII

A estrutura da vida psíquica

O Si mesmo encontra-se numa mudança de estados que se reconhecem como unitários pela consciência da ipseidade da pessoa; encontra-se ao mesmo tempo condicionado por um mundo exterior e a ele reagindo, mundo a cujo respeito sabe que é apreendido na sua consciência e se encontra determinado pelos actos da sua percepção sensorial. Ao encontrar-se assim a unidade da vida condicionada pelo meio em que vive e, por seu turno, ao reagir a ele, desponta uma articulação de estados internos; designo-a como estrutura da vida psíquica. E quando a psicologia descritiva procura apreender esta estrutura, revela-se-lhe a conexão que entrosa as séries psíquicas num todo. Este todo é a vida.

Cada estado psíquico aparece em mim num determinado momento e também num dado momento se desvanece. Tem um decurso: começo, meio e final. É um processo. No meio da mudança destes processos o permanente é aquilo que constitui a forma da nossa vida consciente: a correlação do Si mesmo e do mundo objectivo. A ipseidade, em que se entrosam em mim os processos, não é em si um processo, não é passageira mas, como a minha própria vida, vinculada permanentemente a todos os processos. De igual modo este mundo objectivo, presente a todos, que existiu antes de mim e depois de mim existirá, constitui, como limitação, o correlato, o antagonista do Si mesmo, presente em todo o estado consciente. A consciência dele também não é um processo, um agregado de processos. Mas tudo o mais em mim, fora desta correlação entre mundo e Si mesmo, é processo.

Estes processos sucedem-se uns aos outros no tempo. Não raro, posso aperceber-me de uma sua união interna. Vejo que uns produzem os outros. Assim, um sentimento de repugnância produz a propensão e o empenho de afastar o seu objecto da minha consciência. De igual modo as premissas suscitam a conclusão. Em ambos

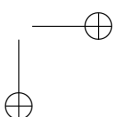
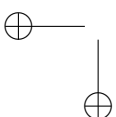




os casos, dou-me conta desta produção. Estes processos sucedem-se uns aos outros, mas não com espaços intermédios, como vagões em fila, cada um separado do outro, ou como companhias de um regimento militar. A minha consciência teria então um carácter intermitente, pois uma consciência sem um processo, em que ela existe, é algo sem sentido. Pelo contrário, dentro da minha vida desperta encontro uma continuidade. Os processos transcorrem de tal forma simultâneos e enleados uns nos outros que há sempre algo presente na minha consciência. Tal como atrás de um caminhante, que avança animado, os objectos, que há pouco estavam diante dele e a seu lado, se esvanecem na retaguarda, e outros aparecem, enquanto persiste sempre a continuidade da imagem da paisagem.

Designarei como *status conscientiae*, estado de consciência, aquilo que num dado momento constitui a amplitude da minha consciência. Faço um corte transversal para reconhecer a estratificação de semelhante momento cheio de vida. Ao comparar entre si estes estados momentâneos de consciência, descubro que quase todos eles contêm de um modo patente alguma representação, um sentimento e um momento volitivo.

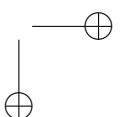
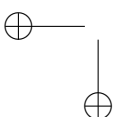
Em primeiro lugar, em todo o estado de consciência *se encerra uma componente representativa*. O discernimento da verdade desta afirmação depende do facto de que por semelhante elemento representativo não se entendam apenas imagens completas presentes na percepção, ou resíduos desta, mas também cada conteúdo representativo, tal como se apresenta enquanto parte de um estado psíquico total. Uma dor física, como a queimadura de uma ferida, contém, além do forte sentimento de dor, uma sensação orgânica, que é de natureza qualitativa, tal como uma sensação gustativa ou uma óptica; além disso, inclui uma localização. Também todo o processo de pulsão, de atenção ou volição, contém em si semelhante conteúdo representativo. Por muito obscuro que seja, é ele que determina a direcção do processo volitivo.





Aperceber-se da *presença de uma afecção* em todo o estado de consciência implica que se conceba este aspecto da vida psíquica em toda a sua amplitude. Além do agrado e do desagrado, fazem parte dela também o gosto e o desgosto, a complacência e a displicência e todo o jogo das tonalidades afectivas mais leves. Em todo o impulso actuam de modo irresistível sentimentos obscuros. A atenção é guiada pelo interesse, mas este é a participação afectiva que dimana da situação do nosso Si mesmo e das suas relações com o objecto.

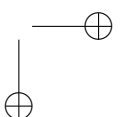
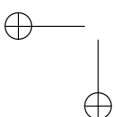
Na *volição*, a imagem que se apresenta à vontade é acompanhada de prazer; contém, além disso, um desprazer pela situação actual; os seus motores são sempre sentimentos. É difícil constatar a presença de uma excitação afectiva na nossa atitude *representativa e pensante*; mas observações cuidadosas chegam a detectá-la. Não consigo convencer-me da teoria muito difundida de que toda a sensação é acompanhada por um tom afectivo. Mas logo que uma sensação simples e forte se coloca no centro da nossa atenção, irradia dela uma suave coloração afectiva do estado psíquico. Visto que as sensações visuais possuem a tonalidade afectiva mais débil, pode considerar-se como demonstrada esta proposição a seu respeito. Mas isto é já o resultado de uma experiência realizada pela primeira vez por Goethe. Contemple-se uma paisagem através de cristais de cor diferente; estende-se então imediatamente sobre ela, embora de modo menos perceptível, uma tonalidade afectiva diferente, devido à acção diversa das cores sobre o nosso sentimento. Mais clara ainda é a acção que exerce a altura e o timbre dos sons sobre a nossa vida afectiva. Assim, por exemplo, o efeito produzido por uma trombeta ou por uma flauta. Se destes sentidos, que são os portadores dos efeitos estéticos e dos conhecimentos, passarmos aos sentidos mais profundos, que se encontram em relação próxima com a própria conservação, a participação afectiva revela-se mais quente e, amiúde, violenta. Estes factos contradizem, de resto, a teoria de Herbart, segundo a qual os sentimentos promanam das relações entre as representações. Quando as sensações ingressam numa relação recíproca, suscitam-

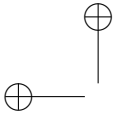




se novos sentimentos, como é patente no prazer da consonância e no desprazer da dissonância. Também o processo mental, enquanto actividade da atenção, se encontra já acompanhado de uma participação afectiva enquanto interesse. Acrescentam-se, em seguida, os movimentos afectivos do êxito e do fracasso. Também as impressões do gracejo, da agudeza, da combinação surpreendente, prescindindo de que também a evidência e a consciência da contradição, tal como da falsidade, se apreendem diversamente como um sentimento. Gostaria de dizer que estes estados internos não são em si mesmos sentimentos, mas que, de modo inevitável, à evidência se cola a satisfação e à contradição um desprazer afim à dissonância. Também a consonância, enquanto estado de fusão parcial, por exemplo, de um tom fundamental e de uma oitava, é, antes de mais, um estado representativo e, em segundo lugar, para a nossa compreensão do processo, o sentimento agradável da afinidade sonora.

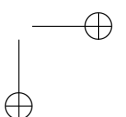
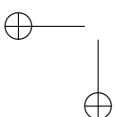
Se, por fim, tivermos em vista a *presença da actividade volitiva* nos processos psíquicos, a demonstração fica aqui muito mais longe das devidas exigências. Todo o sentimento tem a tendência para desembocar num desejo ou numa repulsa. Todo o estado perceptivo, que se encontra no centro da minha vida psíquica, é acompanhado de actividades de atenção; graças a estas, unifico e enxergo as impressões: as manchas de cor de um quadro transformam-se assim em objecto. Cada processo mental é dirigido por uma intenção e direcção da atenção. Mas também em associações, que aparentemente decorrem de modo involuntário, o interesse determina a direcção na qual se levam a cabo os enlaces. Não indica isto a existência de algo volitivo, que constitui o seu substrato? Chega-se aqui a zonas fronteiriças de tipo obscuro: o voluntário nas direcções duradoiras do espírito, a espontaneidade como condição de que eu experimente a pressão ou a acção. Como tem de se eliminar todo o elemento hipotético destas descrições, deve reconhecer-se que a presença de actividades volitivas nos processos psíquicos é a mais difícil de clara comprovação.





Designamos também alguns estados totais como sentimento, outros como processo voluntário e outros como atitude representativa. Tal deve-se, em primeiro lugar, a que costumamos caracterizar todas as vezes este estado total segundo a parte que mais sobressai na percepção interna. Na percepção de uma bela paisagem, domina a atitude representativa; só num exame mais atento lobrigo um estado de atenção (portanto uma atitude volitiva) entrelaçado com aquela e o todo imbuído de um profundo sentimento de felicidade. Mas não é só isto o que constitui a natureza de semelhante estado total e que decide se o designaremos como atitude afectiva, volitiva ou representativa. Não se trata apenas da relação quantitativa das diversas vertentes de um estado total. *A relação interna destes diversos aspectos da minha atitude*, por assim dizer, a estrutura em que se entrosam estes fios, é distinta no estado afectivo e no volitivo e, neste, distinta do que é no representativo. Assim, em toda a atitude representativa as actividades da atenção e os movimentos conscientes nela entrelaçados estão ao serviço total da formação da representação; as incitações volitivas imiscuem-se nestes processos formativos de natureza representativa: dissolvem-se neles. Brota daí a aparência de uma atitude meramente representativa, isenta de vontade. Pelo contrário, o processo volitivo mostra uma relação bem diferente entre o conteúdo representativo e a volição, pois nele trata-se de uma relação *sui generis* entre intenção, imagem e a realidade futura. A imagem do objecto é aqui, por assim dizer, o olho do desejo, que está orientado para a realidade.

Prossigamos. Dentro dos estados representativos podemos estabelecer, sem hipótese alguma, uma série entre as percepções, as representações recordadas e os processos mentais verbais, cujos membros se encontram internamente ligados. Podemos igualmente descrever, sem hipóteses, a conexão em que se ponderam os motivos, se faz uma eleição e, a partir da decisão da vontade, se desencadeiam processos dinâmicos numa seriação adequada. Além, temos a formação progressiva da inteligência, que é suscitada pelo poder penetrante das ideias gerais; aqui, a idealização progressiva das actividades voli-



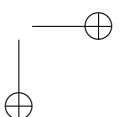
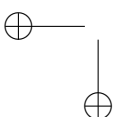


tivas, que é induzida pela habituação de processos internos e de movimentos externos, e põe à disposição da vontade um número cada vez maior de combinações entre actividades internas e movimentos exteriores. Põe sempre, por assim dizer, novos escravos ao serviço dos seus fins. Mas trata-se agora de estabelecer a relação entre estas duas séries. Uma decorre do jogo das excitações até ao processo mental abstracto ou à plasmação artística interior, enquanto a outra vai desde os motivos até ao processo dinâmico. Ambas as séries se encontram entrosadas na contextura da vida, e só a partir desta se torna compreensível o seu valor vital. Tentemos, pois, apreendê-la.

É uma tarefa extraordinariamente difícil, pois o que estabelece a união entre estes dois membros e descobre o seu valor vital constitui a parte mais obscura de toda a psicologia. Entramos na vida sem nenhuma claridade acerca do núcleo do nosso Si mesmo. Só a pouco e pouco a própria vida nos vai instruindo em certa medida acerca das forças que a impelem de um modo incontível.

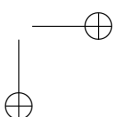
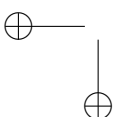
Todas as formas da existência animal estão dominadas pela relação entre excitação e movimento. Com ela se realiza a adaptação da unidade vital animal ao seu ambiente. Vejo uma lagartixa a deslizar ao longo da parede ensoleirada e a estender os seus membros no lugar mais quente; dou um grito; e ela desaparece. As impressões de luz e de calor despertou nela esse jogo. Foi interrompido graças à percepção que avisa de um perigo. Com rapidez extraordinária, o instinto de conservação da frágil criatura reage à percepção mediante movimentos adequados, apoiados num mecanismo reflexo. A impressão, a reacção e o mecanismo reflexo encontram-se, pois, adequadamente imbricados.

Tento agora explicar a natureza deste entrosamento. As condições externas em que se encontra uma vida psíquica residiriam nesta, para as mudanças, só numa relação causal, e nenhum juízo moral surgiria sobre o seu valor para este psiquismo mutável; o indivíduo seria apenas um ser representativo. E em todas as percepções, representações e conceitos de semelhante ente representativo não haveria





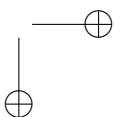
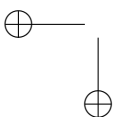
ocasião alguma para as suas *acções*. O valor nasce apenas na vida afectiva e impulsiva, e só nele se encontra albergado aquilo que põe em comunicação o jogo das excitações e a mudança das impressões com a força dos movimentos volitivos, aquilo que conduz dos primeiros aos segundos. De acordo com a reacção da vida impulsiva e afectiva, que as condições de vida suscitam, tornam-se elas de tipo entorpecedor ou estimulante. Conforme as condições exteriores provoquem uma pressão ou uma intensificação na esfera afectiva, nasce desta um afã de manter ou de mudar a situação dada. Como as imagens fornecidas pelos sentidos, ou as ideias que a elas se juntam, estão entrelaçadas com representações e sentimentos de satisfação, de plenitude vital e de bem-estar, destas representações e sentimentos emanam acções teleológicas que se encaminham para a consecução de um bem acessível mediante tais acções. Ou quando estas imagens ou ideias se entrelaçam com representações e sentimentos de torpor e dor nascem acções teleológicas, que visam evitar o prejudicial. Satisfação dos impulsos, obtenção e conservação do prazer, da plenitude vital e da intensificação da existência, evitação do que desgasta, pressiona, entorpece: eis o que estrutura o jogo das nossas percepções e pensamentos com as nossas acções volitivas numa conexão estrutural. O centro da nossa estrutura psíquica é constituído por um feixe de impulsos e sentimentos; a partir dele eleva-se o jogo das impressões ao plano da atenção, graças à participação afectiva que se lhes comunica, formam-se percepções e os seus nós com recordações, séries mentais a que, em seguida, se juntam a intensificação da existência ou a dor, o temor, a cólera. Assim se agitam todas as profundezas do nosso ser. E daqui irrompem, na transição da dor ao anseio, deste à apetência, ou noutra série de estados afectivos, as acções voluntárias. E isto é o [elemento] decisivo em todo o estudo da conexão estrutural psíquica: *as transições de um estado para outro, a acção que leva de um a outro, caem dentro da experiência interna. A conexão estrutural é vivida.* Porque vivemos estas transições, esta acção, porque nos damos intimamente conta da conexão estrutural





que abarca em si todas as paixões, dores e destinos da vida humana, compreendemos a vida dos homens, a história, todas as profundezas e abismos do humano. Quem não experimentou em si o modo como as imagens, que se impõem à fantasia, provocam de imediato uma apetência violenta, ou como esta, em luta com a consciência de grandes dificuldades, tende para um acto voluntário? Em conexões concretas semelhantes ou parecidas apercebemo-nos de transições, de efectuações singulares, agora de um enlace, em seguida de outro; repetem-se estas experiências internas, reitera-se na vivência ora este ora aquele vínculo íntimo, até que toda a conexão estrutural, na nossa consciência interna, se transforma numa experiência segura. E não só as grandes partes desta conexão estrutural se encontram em íntima relação vivida, mas também podemos ter consciência de relações semelhantes dentro de cada um destes membros. Sento-me diante do palco; Hamlet enfrenta o fantasma de seu pai; segundo o que antes expusemos, não posso dar-me directamente conta de que forma, devido à minha viva participação afectiva na cena, se produz em mim uma tensão da atenção em contínua transição; mas, com a reprodução na lembrança, posso dela aperceber-me e experimentá-la em mim em qualquer outro momento. Articulo raciocínios para demonstrar um facto que influi fortemente no meu sentimento vital, e nesta articulação, que infere de proposição para proposição, há uma efectuação que vai das premissas à conclusão. Com o motivo dou-me conta da força actuante que me impele para uma acção. Como é natural, esta advertência íntima, este viver, este recordar não traz ao meu conhecimento destas conexões o que a análise científica pode fornecer. Na conexão podem participar, como factores, processos ou elementos que não caem no campo da experiência interna. Mas a textura vivida é o fundamento.

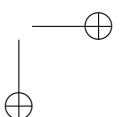
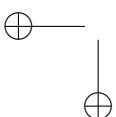
Este nexó psíquico estrutural é, ao mesmo tempo, teleológico. Uma conexão, que tem a tendência de realizar a plenitude vital, a satisfação dos impulsos e o bem-estar, é uma *textura teleológica*. Visto que as partes na estrutura estão de tal modo enlaçadas umas nas ou-





tras que a sua união é capaz de provocar satisfação e bem-estar e de evitar dores, designemo-la como teleológica. Só na estrutura psíquica existe originalmente o carácter de adequação a um fim; quando atribuímos esta adequação ao organismo ou ao mundo, trata-se de uma transferência deste conceito a partir da vivência interna. Cada relação de partes num todo recebe o carácter de adequação a um fim do valor nela realizada, mas este valor só é experimentado na vida afectiva e impulsiva.

A biologia transitou, muitas vezes, desta *adequação teleológica subjectiva imanente* para uma adequação *objectiva*. O seu conceito promana da relação da vida impulsiva e afectiva com a conservação do indivíduo e da espécie. Esta relação é uma hipótese, e o trabalho dirigido à sua corroboração não levou ainda a uma suficiente comprovação. Mas a minha exposição seria incompleta se aqui não acrescentasse que a sua consideração é apropriada para alargar o horizonte destas explicações. Poderíamos imaginar organismos que realizassem a sua adaptação à realidade circundante pelo caminho mais curto. Viriam ao mundo com um conhecimento suficiente daquilo que lhes era útil, isto é, do que favorecesse a sua conservação. Multiplicar-se-iam segundo a sua necessidade e, a partir destes conhecimentos, realizariam os movimentos correspondentes para suscitar a sua adaptação ao meio. Tais seres deveriam poder distinguir, desde o leite materno, o proveitoso e o nocivo nos alimentos. Desde o primeiro alento teriam de julgar e utilizar convenientemente o valor da constituição do ar para o processo respiratório. Necessitariam também de um conhecimento do grau de temperatura conveniente para os seus processos vitais. Exigiriam ainda o conhecimento das relações com os seus semelhantes, que lhes foram mais favoráveis. Aparentemente, semelhantes seres teriam de estar dotados de uma pequena omnisciência. Mas a natureza resolveu o problema com um dispêndio muito menor de recursos. Adaptou o indivíduo vivo ao seu meio de um modo indirecto, com uma poupança muito maior de actividades. O conhecimento do útil ou do nocivo das coisas exteriores,

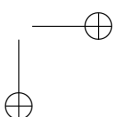
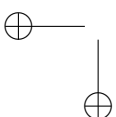




daquilo que aumenta ou diminui o bem-estar do corpo vivo está representado em todo o mundo animal e humano pelos sentimentos de prazer e dor. As nossas percepções constituem um sistema de sinais das propriedades do mundo exterior ignoradas por nós; também os nossos sentimentos são outros tantos sinais. Constituem um sistema indicativo, isto é, no tocante ao género e à gradação do valor vital dos estados de um Si mesmo e das condições que sobre este actuum.

A relação, que aqui existe, apresenta-se da maneira mais simples nas dores e nos prazeres físicos do ser vivo. Trata-se, neste caso, de sinais internos do estado daqueles tecidos que se encontram ligados a o cérebro, graças aos nervos sensitivos. Tanto a alimentação deficiente como a actividade excessiva, em seguida, as influências perturbadoras do exterior têm como consequência dores crónicas ou agudas. Pelo contrário, sentimentos somáticos agradáveis dimanam do funcionamento normal dos órgãos no corpo vivo, e são tanto mais fortes quanto maior é o número das fibras nervosas que participam e mais rara é a sua excitação. Daí que também o prazer físico fique muito aquém, quanto à intensidade, das dores físicas mais fortes. Nem a actividade normal se pode elevar sobre a média nem o ataque e a destruição podem descer até ao limite em que terminam a vida e a sensação. Por isso, a teoria pessimista de Schopenhauer acerca do predomínio da dor na vida orgânica é confirmada pelos factos. Todavia, os sentimentos somáticos constituem uma linguagem de sinais de um género algo grosseiro e imperfeito; elucidam-nos sobre os efeitos momentâneos de um estímulo num tecido, e não sobre as consequências ulteriores. O efeito imediato de um alimento sobre o órgão do gosto não é menos agradável pelo facto de, mais tarde, tal alimento provocar efeitos nocivos noutras partes do corpo, assim, surgirem nas partes correspondentes do sistema nervoso, como sinais seus, as dores reumáticas.

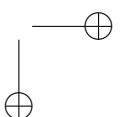
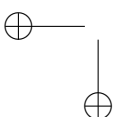
Esta adequação dos sentimentos somáticos prolonga-se no campo dos sentimentos espirituais: à previsão ou à expectação indefinida de





dores físicas está unido um sentimento espiritual de pena, e à expectativa do corporalmente agradável, um prazer psíquico.

Mas os impulsos poderosos que dominam o mundo animal, o mundo social humano e o mundo histórico humano mostram uma adequação de tipo mais enérgico. Entre eles temos, como a classe mais poderosa, os três grandes impulsos físicos que se baseiam em mecanismos reflexos. Pode dizer-se que as forças mais poderosas do mundo moral são a fome, o amor e a guerra; nelas operam os impulsos mais fortes: o de nutrição, o de geração e de cuidado da prole e o impulso de protecção. A natureza utilizou, pois, os meios mais fortes para a conservação do indivíduo e da espécie. Os mecanismos reflexos da respiração, do movimento cardíaco e do aparelho circulatório trabalham automaticamente, sem intervenção da vontade; em contrapartida, a tomada do alimento, que exige uma escolha e uma posse, leva-se a cabo por meio de um impulso consciente, acompanhado pelas sensações típicas de fome, degustação e satisfação, e capaz de escolha. A natureza estabeleceu aqui um amargo castigo da má alimentação por meio de um violento sentimento de desagrado ou asco. E com sentimentos aprazíveis estabelece um prémio para a alimentação correcta. Obrigou assim os animais e os homens a escolher e a preservar, até nas circunstâncias mais difíceis, uma alimentação conveniente. Com não menos força do que este impulso actuam o amor sexual e o cuidado da prole. O primeiro está ao serviço da conservação do indivíduo, o segundo da espécie; também aqui o impulso, a apetência e o prazer se encontram numa relação teleológica com o fim da natureza. Igualmente elementar e poderoso é o terceiro círculo de impulsos: os de protecção, unidos a mecanismos reflexos. Revestem uma forma dupla. Ou respondem à agressão com movimentos de defesa ou reagem mediante a fuga, que põe o animal em segurança. Os mecanismos reflexos mais surpreendentes articulam-se com este impulso no mundo animal. Vemos animais que rejeitam elementos líquidos repugnantes; outros encolhem-se como se estivessem mor-

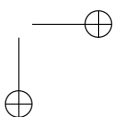
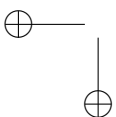




tos; ou assustam os seus inimigos com mudanças espantosas das suas formas.

Por isso, a educação moral da humanidade assenta, em primeiro lugar, na regulação destes poderosíssimos impulsos, nos seus ordenamentos sociais. Se facultarem um trabalho regular, se obtiverem uma satisfação ordenada, haverá lugar para a activação dos impulsos e afãs espirituais, que crescem no seio da sociedade com uma força extraordinária. Na própria natureza da vontade se funda o impulso de exercer domínio e, quando daqui nasceu uma aquisição cultural, o de propriedade. Pois a vontade só age livremente numa esfera do seu domínio. Estes impulsos e as relações que deles brotam só desaparecerão, pese a todos os sonhos, com a própria humanidade. São restringidos pelos sentimentos sociais, pela necessidade de comunidade, pela alegria na estima dos outros, pela simpatia, pela alegria na actividade e pela consequência. Neste vasto âmbito de impulsos, afãs e sentimentos espirituais, a alegria e a dor encontram-se numa relação de relação teleológica com o proveito do indivíduo e da sociedade.

Esta é a hipótese pela qual a consideração biológica transforma a teleologia imanente subjectiva da conexão estrutural psíquica, que nos é dada na experiência interna, numa teleologia objectiva. Pode servir também de exemplo da importância que a explicação de hipóteses pode ter para a ampliação do horizonte da psicologia descritiva e analítica. Retomo agora o fio. Mostrei já como a estrutura da vida psíquica, que encadeia o estímulo e o movimento reactivo, tem o seu centro no feixe de impulsos e de sentimentos a partir do qual se mede o valor vital das mudanças do nosso meio e se dirigem as reacções sobre o mesmo. Viu-se também que todo o conceito de adequação ao fim e de teleologia expressa apenas o contido e experimentado nesta conexão vital. A adequação ao fim não é um conceito natural objectivo, mas designa somente o tipo de conexão vital de um ser animal ou humano, que se experimenta no impulso, no prazer e na dor. Olhada a partir de dentro, a unidade biológica de vida pro-

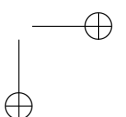
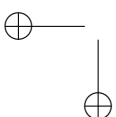




cura utilizar as condições do seu meio para buscar o sentimento de prazer e a satisfação dos impulsos. Vista de fora, e segundo a hipótese exposta, esta unidade acha-se equipada com os seus impulsos e sentimentos para a conservação de si mesma e da sua espécie. O entrosamento dos processos tão diversos do representar, sentir e querer em semelhante conexão constitui a estrutura da vida psíquica. E esta união de processos tão diversos numa unidade não se estabelece por meio de conclusões; é a experiência mais viva de que somos capazes. Todas as outras experiências internas estão nela incluídas. A adequação ao fim é a propriedade fundamental de vida desta conexão; esta tem, de acordo com aquela, a tendência para produzir valores vitais de satisfação e alegria.

Esta textura da nossa vida psíquica, que existe na experiência interna, pode ser clarificada e confirmada examinando a sua presença e a sua função em todo o reino animal. Semelhante consideração tem valor também, se prescindimos do pressuposto hipotético, mas dificilmente evitável, de uma evolução no reino orgânico.

Todo o sistema do mundo animal e humano se nos apresenta como o desfraldar desta simples estrutura fundamental da vida psíquica em diferenciação crescente, autonomia de cada uma das funções e partes, bem como na articulação superior das mesmas. Em virtude da dificuldade de interpretar a vida psíquica dos animais, podemos ver isto com maior simplicidade no seu sistema nervoso. As massas protoplasmáticas que não possuem nervos nem músculos reagem também ao estímulo. Se eu aproximar um grãozinho de uma amíba, estendem-se as suas partes, abraçam a partícula e retiram-se de novo para a massa. Na hidra, as mesmas células são os suportes das actividades sensoriais e motoras. Nas belas medusas, que flutuam aos montões nas águas do mar, estão já separados os órgãos da sensibilidade e do movimento. A evolução avança no mundo animal para dois pontos superiores: um é constituído pelos artrópodes, que formam as quatro quintas partes de todas as espécies animais e entre os quais se destacam, como mais desenvolvidas, as abelhas e as for-



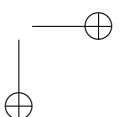
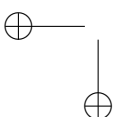


migas. O outro grupo é constituído pelos vertebrados, de cuja organização corporal participa o homem. Encontramos aqui um sistema nervoso muito desenvolvido em que as partes centrais estabelecem a comunicação entre os nervos sensitivos e motores numa forma muito perfeita e são suportes de uma estrutura psíquica muito desenvolvida.

Tentemos agora expressar concisamente as propriedades mais gerais da estrutura interna da vida psíquica.

O processo vital psíquico é, originariamente e em geral, uma unidade, desde as suas formas mais elementares até às mais elevadas. A vida psíquica não cresce por composição de partes; não se constitui a partir de elementos; não é um composto, um resultado de átomos sensitivos ou afectivos que cooperam em conjunto; é sempre, e de modo originário, uma unidade englobante. A partir desta unidade, diferenciaram-se as funções psíquicas, mas mantendo-se na sua conexão. Este facto, cuja expressão no estágio mais elevado é a unidade da consciência e a unidade da pessoa, distingue o psiquismo radicalmente de todo o mundo corpóreo. A experiência desta contextura vital exclui a teoria mais recente, segundo a qual os processos psíquicos seriam representações singulares discretas de uma conexão física de processos. Toda a doutrina que seguir esta direcção entra em contradição com as experiências, em prol de um feixe de hipóteses.

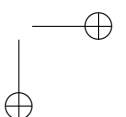
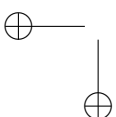
Esta conexão psíquica interna é condicionada pela situação da unidade de vida dentro de um meio. A unidade vital encontra-se em interacção com o mundo exterior; o modo particular de tal interacção pode conceber-se com uma expressão muito geral – pois, trata-se aqui apenas de descrever um facto que, em última instância, se nos revela efectivamente no homem da nossa experiência e que, em seguida, nele se há-de descrever, como adaptação entre a unidade vital psicofísica e as circunstâncias em que vive. Nela se leva a cabo a ligação da série dos processos sensitivos com a série dos processos motores. Também a vida humana nas suas formas mais elevadas se encontra sob esta grande lei de toda a natureza orgânica. A re-





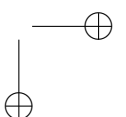
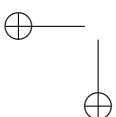
alidade que nos rodeia suscita sensações. Estas representam-nos as condições da diversidade de causas fora de nós. Encontramo-nos, pois, de modo incessante condicionados, corporal e psiquicamente, por causas exteriores; segundo a hipótese indicada, os sentimentos expressam o valor das acções que procedem do exterior para o nosso organismo e para o nosso sistema de impulsos. Condicionados por eles, o interesse e a atenção levam a cabo uma selecção de impressões. Dirigem-se para certas impressões. Mas a intensificação da consciência, que tem lugar na atenção, é em si e por si um processo. Consiste nas actividades de diferenciar, equiparar, unir, separar, aperceber. Surgem nelas percepções, imagens e, no decurso ulterior das actividades sensoriais, os processos mentais, pelos quais a unidade vital torna possível um certo domínio sobre o real. A pouco e pouco, forma-se uma conexão firme de representações, de determinações axiológicas e de movimentos volitivos reproduzíveis. A unidade vital já não está entregue ao jogo dos estímulos. Impede e domina as reacções, escolhe, quando pode provocar uma adaptação da realidade à sua necessidade. E, acima tudo, quando não consegue determinar esta realidade, adapta a ela os seus processos vitais, domina as paixões soltas e o jogo das representações mediante a actividade interna da vontade. Tal é a vida.

A terceira propriedade fundamental desta textura vital consiste em que os seus membros se encontram entre si vinculados de tal maneira que um não se segue do outro segundo a lei da causalidade prevalecente na natureza exterior, a saber, a lei da igualdade quantitativa e qualitativa entre causa e efeito. Nas representações não existe nenhuma razão suficiente para que desemboquem em sentimentos; poderia imaginar-se um ser puramente representativo que, no meio do alvoroço de uma batalha, fosse um espectador indiferente e abúlico da sua própria destruição. Também nos sentimentos não existe nenhuma razão suficiente para se transformarem em processos volitivos. Poderia pensar-se que esse mesmo ser acompanhava a luta em seu redor com sentimentos de terror e horror sem que, todavia, des-





ses sentimentos surgissem movimentos de defesa. A conexão entre estas componentes heterogéneas, não deriváveis umas das outras, é *sui generis*. A expressão de ‘adequação a um fim’ não esclarece a natureza de tal conexão; expressa apenas algo contido na vivência da textura psíquica, e também não o expressa de um modo completo, mas só numa abreviatura conceptual.





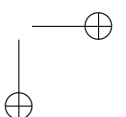
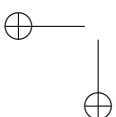
Capítulo VIII

O desenvolvimento da vida psíquica

Uma segunda conexão mais ampla, que atravessa toda a nossa vida psíquica, é-nos oferecida pelo seu desenvolvimento. A sua estrutura estende-se, por assim dizer, através da sua amplitude; também a sua evolução se expande na sua vastidão. Por isso, numa psicologia descritiva, deveria dedicar-se a este tema um capítulo especial e pormenorizado, e tal aconteceu muitas vezes nas psicologias antigas, mais descritivas: aqui, aludiremos apenas a este complemento da teoria da conexão estrutural.

As duas classes de conexão condicionam-se mutuamente. Não se poderia compreender o desenvolvimento do homem sem ter uma ideia da ampla conexão da sua existência: o ponto de partida de todo o estudo do desenvolvimento é esta apreensão da conexão que existe no homem já desenvolvido e na sua análise. Só aqui há uma realidade dada, na experiência interna do psicólogo, à clara luz do meio-dia; ao passo que pela observação e experimentação em crianças apenas conseguimos inseguros vislumbres da semi-obscuridade do desenvolvimento inicial. Por outro lado, o nexa da história evolutiva explica o da estrutura. A psicologia descritiva, ao associar os dois modos de consideração, tenta completar a descrição e a análise do tipo homem maduro e completo por meio de uma biografia geral deste tipo. Por isso, só conseguimos também compreender totalmente um indivíduo, por muito chegado que nos seja, quando soubermos como chegou a ser o que é.

O *andamento* metódico do *conhecimento* desta história evolutiva é distinto do andamento da própria vida ou da sua representação. O conhecimento só pode avançar recuando, analiticamente, da textura adquirida da vida psíquica para as condições e factores do seu desenvolvimento. Se observarmos o nosso procedimento na apreensão da história evolutiva de um indivíduo concreto, veremos que é assim

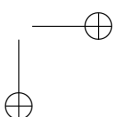
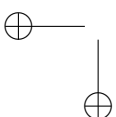




mesmo. Necessitamos, primeiro, de ter alcançado uma certa compreensão do ponto cimeiro de um desenvolvimento individual, antes de podermos determinar as suas etapas, tal como, por outro lado, do conhecimento dessas etapas prévias recebe a vida psíquica individual já desenvolvida uma iluminação maior. O desenvolvimento da vida nas primeiras etapas evolutivas só pode compreender-se a partir da compreensão daquilo que, no tipo homem ou em tipos individuais, delas se costuma desenvolver. Nenhum mestre se poderia orientar na alma de um menino, se nela não deparasse com os germes daquilo que ele conhece em desenvolvimentos mais amplos.

Há que estudar *três classes de condições* da evolução de uma vida psíquica desenvolvida. Essa vida encontra-se em alguma relação de condicionamento ou de correspondência com o desenvolvimento do corpo e, portanto, depende das acções do meio físico, e também da conexão com o mundo espiritual que o rodeia.

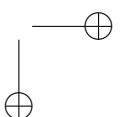
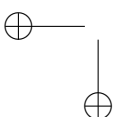
Estas condições actuam sobre a conexão estrutural da vida psíquica. Se nesta estrutura e nas suas forças impulsivas não houvesse uma adequação teleológica, que as movesse para diante, então o decurso da vida não seria um desenvolvimento. Por isso, tão impossível é deduzir o desenvolvimento de um homem da vontade cega de Schopenhauer quanto do jogo atomístico de forças psíquicas singulares, segundo a teoria dos herbartianos e dos semi-materialistas ou dos materialistas integrais. Os impulsos e os sentimentos constituem, portanto, o *agente peculiar que impele para a frente*; a adequação teleológica e a conexão inerentes à relação desses impulsos e sentimentos com os processos intelectuais, por um lado, e com as acções voluntárias, por outro, dão às mudanças psíquicas que assim surgem o carácter da adaptação entre o indivíduo e as condições vitais; surge uma articulação crescente da vida psíquica; o desenvolvimento faz da textura adquirida do psiquismo o seu centro; assim se forma o unitário, o constante e o teleologicamente determinado, que constitui o conceito de desenvolvimento.





Explico agora, com maior exactidão, as relações em que se encontra a ideia do desenvolvimento e que se nos apresentam nessas proposições. Pode assim clarificar-se cada um dos conceitos entrelaçados na ideia de desenvolvimento. É possível, sobretudo, discernir plenamente a conexão causal interna, em que o desenvolvimento psíquico, enquanto consequência necessária da estrutura anímica, se encontra a esta ligado.

Da teoria da conexão estrutural da vida psíquica depreende-se que as condições exteriores em que se encontra um indivíduo, sejam elas inibidoras ou propícias, desencadeiam, todas as vezes, o afã de suscitar ou de conservar um estado de satisfação dos impulsos e de bem-estar. Ora, como todo o desenvolvimento mais fino das percepções, toda a formação mais adequada de representações ou conceitos, todo o incremento na riqueza de reacções sentimentais, toda a adaptação maior dos movimentos aos impulsos, toda a habituação de direcções voluntárias favoráveis e de enlaçamentos convenientes entre meios e fins operam no sentido de facilitar a satisfação dos impulsos, a suscitação de sentimentos agradáveis e a evitação do desagradável, a conexão estrutural em que radicam estas relações causais tem outra consequência importante: consiste ela em favorecer e fomentar tais diferenciações mais finas e enlaces superiores no indivíduo, e estes, por seu turno, possibilitam, em seguida, uma satisfação de impulsos, uma mais rica plenitude vital e de maior bem-estar. Quando uma conexão das componentes da vida psíquica suscita tais efeitos sobre a plenitude vital e a satisfação dos impulsos, dizemos que é adequada a um fim. O ajustamento teleológico, que impera na vida psíquica, é, pois, uma propriedade inerente à conexão das suas componentes. Muito longe, portanto, de tal ajustamento se derivar de uma ideia de fim a nós exterior, todo o conceito de uma finalidade em acção fora da vida psíquica se foi buscar à adequação teleológica interna, própria da vida psíquica. Dela foi transferido. É congénito à nossa estrutura psíquica. Só em virtude desta transferência dizemos adequada qualquer conexão fora da mesma. Os fins, efectivamente, só nos são

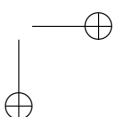
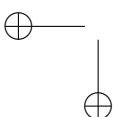




dados nesta estrutura psíquica. Apenas de acordo com a experiência encontramos nela a adaptação a eles. Designamos esta *adequação teleológica* da estrutura psíquica como *subjectiva e imanente*. É subjectiva, porque é objecto de vivência, dada na experiência interna. É imanente, porque não se funda em nenhuma ideia de fim fora dela. E o conceito da adequação subjectiva e imanente da estrutura psíquica é dual, isto é, contém em si dois momentos. Indica, em primeiro lugar, uma conexão das componentes da vida psíquica, apropriada para suscitar riqueza de vida, satisfação dos impulsos e bem-estar, nas mutáveis condições exteriores em que vivem todos os organismos. Sobrevém, depois, um segundo conceito desta adequação teleológica. Segundo ele, neste liame estrutural, inclui-se ao mesmo tempo, pressupostas as mutáveis condições da vida, a disposição para o seu aperfeiçoamento. E este leva-se a cabo nas formas da diferenciação e no estabelecimento de enlaçamentos superiores. Consiste, justamente, nessa grande faculdade de suscitar a plenitude vital, a satisfação dos impulsos e o bem-estar.

Desta finalidade subjectiva imanente distinguimos uma objectiva e que, todavia, também é imanente. O seu conceito surge mediante uma hipótese, quando se toma em consideração esta circunstância, implicada na conexão estrutural e que tende para a produção dos estados subjectivos, em vista da conservação do indivíduo ou da espécie. Descobrimos que esta conservação está ligada, numa certa amplitude, à produção de reacções afectivas agradáveis, à evitação das desagradáveis e à satisfação dos impulsos. Referimo-nos aqui às explicações do capítulo anterior. Mas sublinhamos de novo: tal como nessa finalidade subjectiva, também na finalidade objectiva imanente não se inclui nenhum pressuposto de uma ideia de fim, subjacente à conexão. A transcendência da ideia de fim é apenas uma interpretação, com a qual se busca uma explicação para semelhante nexa teleológico.

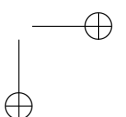
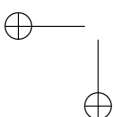
Passemos a outro momento da ideia de desenvolvimento. O conceito da conexão psíquica da vida está em íntima relação com o valor





da vida. Este radica na realidade psíquica, porquanto esta encontra a sua expressão nos sentimentos. Só o vivido no sentimento tem para nós um valor; o valor é, portanto, inseparável do sentimento. Mas daqui não se segue que o valor vital conste de sentimentos, que se deva considerar como uma acumulação dos mesmos e que se possa estabelecer mediante a sua adição. Tal não o diz a experiência interna. Pelo contrário, o que nos aparece como o valor da nossa existência é toda a plenitude da vida por nós experimentada, a riqueza da realidade vital que sentimos, a vivência do que em nós reside. Situamos, sim, este valor nas circunstâncias vitais em que nos é dado viver, nas intuições e nas ideias com que podemos encher a nossa existência, na acção que nos é permitida; ver em tudo isto unicamente condições e ocasiões dos sentimentos é algo intolerável para o homem são. Afigura-se-lhe antes que toda a realidade da vida é medida segundo o seu valor no sentimento. Atendamos agora ao conceito do valor da vida. A conexão estrutural psíquica é teleológica, porque tem a tendência para desenvolver, manter e acrescentar valores vitais.

Prossigamos com o exame de outro momento. A adequação da conexão vital que se manifesta na produção e na conservação de valores vitais e na eliminação do prejudicial produz, sob a acção das condições em que se encontra o indivíduo, uma cada vez maior *articulação da vida psíquica*. A partir dos impulsos e dos sentimentos valorizam-se as impressões, para conseguir o domínio sobre as condições vitais. Graças à participação afectiva nestas impressões, dedica-se-lhes um interesse e uma atenção persistentes, surgem imagens perceptivas, adequadas e aproveitáveis, formam-se representações típicas que representam as condições exteriores de uma maneira utilizável, e desdobram-se ideias sobre as relações de semelhança e causação no mundo exterior. As experiências ensinam aquele que cresce a ponderar entre si de modo mais correcto os valores vitais, relações firmes das determinações axiológicas suscitam a unidade do ideal de vida, que dimana das profundezas da individualidade. Numa luta áspera, o ideal de vida e o sonho futurista do adolescente

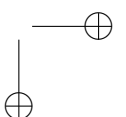
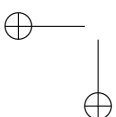




adaptam-se à força das coisas. Desponta o domínio do homem na sua esfera vital. Consciente e seguro, eleva-se sobre a subjectividade unilateral do adolescente, no reconhecimento do nexu axiológico da realidade, que ele já não tenta produzir, mas apenas fomentar na parte que lhe corresponde. Este reconhecimento liberta-o da melancolia pelo fracasso dos seus ideais juvenis, pois descobre que é na tessitura axiológica da realidade que se encerra a verdade daqueles ideais. *Mezzo del cammino*: nesta altura da vida, ultima-se também a articulação dos impulsos e dos sentimentos, que adquirem nas esferas da vida e nas suas circunstâncias reais uma configuração particular. A mesma articulação tem lugar no domínio da vontade. Emprego o conceito de articulação para expressar que a conexão viva é a base de todo o desenvolvimento, e que todas as diferenciações e as mais claras e finas relações se desenvolvem a partir desta estrutura, tal como do embrião a articulação de um ser animal. Inserindo-se as ligações no património sólido da vida psíquica, tal como as representações, constitui-se ao mesmo tempo, com esta articulação, uma *textura adquirida da vida psíquica* e o seu domínio sobre os processos conscientes individuais. Os processos em que isto acontece persistem até à idade mais avançada. Ancilosa-se agora a sensibilidade viva. Na tessitura psíquica adquirida triunfa o passado e fecha-se a novas realidades; reinam as recordações.

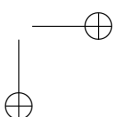
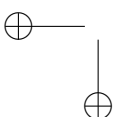
Os actos em que este desenvolvimento tem lugar *criam* algo que ainda não se podia revelar nos estados anteriores; fazem surgir valores novos. Quão diferentes eles são! Junto das sínteses criadoras da ciência, surge a plasmação artística de símbolos para excitar a vida interna, ou a fixação unilateral de uma direcção apaixonada da vontade, com a qual ingressa no desenvolvimento legal o elemento trágico da vida.

Resumamos agora estes momentos. Deparámos com a conexão estrutural, a finalidade, o valor vital, a articulação psíquica, a formação de uma textura anímica adquirida e os processos criadores numa recíproca relação interna. Ao pensarmos estes diversos mo-



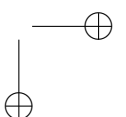
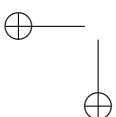


mentos em actividade, surge o desenvolvimento. Um ser em que cooperam estes momentos da vida será um ser que se desenvolve. O desenvolvimento só é possível onde existe como base um nexó estrutural. Isto é tão verdadeiro que o colectivo humanidade possui um desenvolvimento porque a cooperação das diversas estruturas individuais se manifesta numa espécie de estrutura do todo, a sociedade. Desta circunstância derivam as propriedades fundamentais individuais do desenvolvimento. Este é, em primeiro lugar, um avanço, uma mudança espontânea num ser vivo, porque os seus impulsos constituem um agente que o impele para diante. *Vita motus perpetuus*. Por isso, todo o desenvolvimento psíquico consiste numa conexão, internamente condicionada, de mudanças na série temporal. Graças à actuação constante dos impulsos internos, em andamento gradual, surge uma segunda propriedade fundamental de todo o desenvolvimento, a sua continuidade. Além disso, visto que a adequação ao fim é o carácter da estrutura psíquica, surge como outra propriedade fundamental do desenvolvimento a sua conexão teleológica. O desenvolvimento alberga a tendência para produzir valores vitais. E do modo duplo em que vimos actuar o liame psíquico estrutural nasce a circunstância mais surpreendente, que o desenvolvimento humano nos revela. Cada época da vida possui um valor próprio, pois cada uma delas é capaz, em correspondência com as suas condições particulares, de uma culminação com sentimentos vivazes, que potenciam e exaltam a existência. A vida mais perfeita seria, sim, aquela em que cada momento se enchesse com o sentimento de um valor autónomo. O encanto, com que a vida de Goethe nos rodeia, radica justamente nisto. Faz dele também o maior lírico de todos os tempos. Rousseau, Herder e Schleiermacher elaboraram teoricamente este princípio. Não fizeram mais do que expressar numa fórmula o que a poesia de todos os tempos soube revelar com imagens arrebatadoras. Em especial, o romance de desenvolvimento e o *Fausto* enquanto drama de desenvolvimento – uma forma inteiramente nova de drama, pejado de germes de um grande futuro poético – tentaram





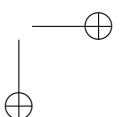
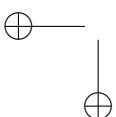
patentear o valor autónomo das épocas singulares do homem. O desenvolvimento consta de simples estados de vida, cada um dos quais tenta conseguir e conservar um valor vital próprio. Infeliz a infância, que é sacrificada aos anos da maturidade. Louco o cálculo com a vida, que incessantemente caminha para a frente e faz do anterior um meio do ulterior. Nada mais erróneo do que situar na maturidade a meta para o desenvolvimento, que constitui a vida, fazendo que os tempos anteriores sirvam de meio. E como poderiam servir para a consecução de uma meta, quando tão incertas são todas elas? Pelo contrário, na natureza da vida, é ínsita a tendência de encher cada momento com a plenitude do seu valor. Mas vemos também como da adequação da estrutura psíquica dimana ainda outra relação dos valores vitais com o desenvolvimento. Esta relação pode parecer-nos estar em contradição com a primeira, quando é apenas o seu complemento. Os estados que compõem a série evolutiva constituem, em virtude da realidade da conexão estrutural teleológica, um processo de adaptação crescente mediante a diferenciação, a potenciação e articulações superiores. E é deveras importante que, neste amplo processo, os impulsos mais elementares decresçam em energia pela sua satisfação regular e dêem lugar a impulsos superiores. Justamente pela conexão de uma série ascendente constituem estes estados um desenvolvimento. Estão de tal modo entre si adequadamente entrosados que, com o andar do tempo, se torna possível um desenvolvimento mais amplo e mais rico dos valores vitais. Nisto consiste a natureza do desenvolvimento na existência humana. Cada época da vida tem o seu próprio valor; mas, na progressão, desenvolve-se uma forma mais articulada, mais adaptada, mais configurada em enlaces superiores. E esta progressão pode crescer até aos derradeiros limites da velhice. Aqui assenta o bem-estar, tão frequentemente celebrado, da senectude e o seu significado moral. De Kant se conta que, na sua velhice, já não era capaz de assimilar nenhum círculo de ideias estranhas. Frederico, o Grande, mostra o mesmo hermetismo no tocante à meta prática da vida. A forma interna da vida tornou-se rígida. A





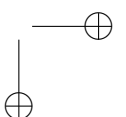
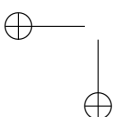
energia física diminui constantemente, decresce o intercâmbio vivo com o mundo exterior e com as outras pessoas, o corpo do ancião está submetido, como todos os organismos, à lei da decadência, mas, sem ser por isto influenciado, o grande processo do desenvolvimento de uma massa de ideias dominantes, de uma organização espiritual articulada, de uma firmeza da configuração da vida anímica, pode ir crescendo até ao fim dos dias. Daqui brota a grande lei que congrega os momentos e as épocas do desenvolvimento vital do homem num todo. O desenvolvimento do homem tende a produzir uma textura firme da vida psíquica que se ajusta às condições gerais e particulares de vida. Todos os processos do psiquismo actuam em unísono para suscitar em nós semelhante textura. Também perante as grandes perturbações do equilíbrio psíquico esta textura adequada contém em si uma força de restauração.

Tudo, tanto as condições em que vivemos como a conexão estrutural anímica por elas determinada, opera na produção da forma da vida psíquica. Também o distinguir e separar origina relações e serve assim para o entrosamento. O diferenciar está inseparavelmente unido à consciência do grau de diferença e, portanto, a uma relação positiva. O juízo negativo, enquanto exclusão de um pressuposto, está ao serviço do estabelecimento de laços mais justos. O desprazer, a repulsa e a defesa, todo o jogo dos afectos desagradáveis, agressivos e defensivos, toda a energia dos actos volitivos hostis servem para a particularização consciente da existência, na qual se baseia a sua configuração. Por isso, sem a dor, que os pessimistas tão erroneamente contrapõem ao prazer, para assim deduzir um saldo desfavorável do valor vital, não seria possível uma configuração da vida psíquica e de uma individualidade valiosa e compacta. A psicologia conhece, como resultado do desenvolvimento humano, o domínio de uma textura psíquica adquirida que determina todas as acções e todos os pensamentos. Tudo o que o desenvolvimento humano consegue levar a cabo é apenas a formação desta conexão, que é soberana, adaptada às condições da existência, fechada em si





mesma e significativa. Eis o que significava a expressão de Napoleão perante Goethe: *voilà un homme*. O carácter constitui somente um aspecto, embora o mais importante, desta plenitude. Em toda a realidade terrena apresenta-se-nos como o mais elevado esta configuração de uma alma. E nesse sentido designava Goethe a personalidade como a dita suprema dos filhos da terra. A filosofia transcendental demandou as condições desta forma interna da personalidade. Na fórmula da unidade da consciência está já contida uma condição desta faculdade sintética. Mas a filosofia transcendental vai mais fundo. E, em última análise, o seu extraordinário poder sobre o pensamento europeu assenta no facto de que, de modo abstracto, as suas fórmulas opuseram o sintético, o que espontaneamente conforma, a síntese transcendental da apercepção, ao agregado psíquico empírico, que transforma o carácter, o génio e o herói em algo incompreensível. A sua deficiência, porém, consistia em buscar abstractamente nos processos intelectuais o elemento progressivo, o criativo e, depois, em plena desconexão, analisava os outros aspectos da natureza humana. Em oposição a tal, partimos da conexão estrutural, pois é ela que produz também a adequação teleológica na forma interna da vida. Esta forma da vida anímica que se realiza no curso do seu desenvolvimento normal está, enquanto desfraldar da sua estrutura original, igualmente cheia do mesmo rasgo de uma finalidade interna, como revela a mais simples emergência da estrutura. Quer isto dizer apenas que a relação, na qual as impressões despertam os impulsos, se experimenta o seu valor nos sentimentos e se leva a cabo a adaptação do mundo exterior a eles, relação que, no seu efeito sobre os impulsos e o sentimento, designamos como finalidade, experimenta na maturidade da vida o acabamento possível nesta vida individual. Pois a configuração mais unitária permite, no indivíduo, o máximo desenvolvimento da força que actua em vista de um fim, e esta unidade é tanto mais preciosa para a própria conservação e para o sentimento vital quanto mais fina é a diferenciação e mais elevadas as diversas estruturas que compõem o material desta unidade superior.

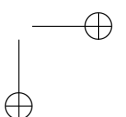
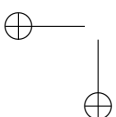




Nesta conexão pode determinar-se de um modo definitivo o ponto de vista da *psicologia descritiva* no tocante à teoria do desenvolvimento. Uma psicologia explicativa teria de se decidir entre as hipóteses que lutam entre si, quanto à natureza do processo de desenvolvimento: a psicologia descritiva evita estas hipóteses, que induzem aos antagonismos mais profundos da concepção humana do mundo. Relata o que encontra, destaca a sucessão regular dos processos que têm lugar nos indivíduos. Assim como o botânico tem de descrever, primeiro, a sucessão segunda qual se produzem os fenómenos no carvalho, desde o momento em que germina a semente até à altura em que ela torna outra vez a cair da árvore, assim a psicologia descreve, de modo completo, as leis evolutivas e as uniformidades da sucessão que ocorrem numa estrutura psíquica da vida. Vai buscar estas leis evolutivas e estas uniformidades às relações entre o meio, o nexó estrutural, os valores vitais, a articulação anímica, a textura psíquica adquirida, os processos criadores e o desenvolvimento: "momentos", que são dados intuitivamente na experiência interna e na sua complementação pela exterior, sem nenhuma adição de hipotéticas relações causais.

Se em oposição a este método descritivo se tentar estabelecer uma *teoria explicativa* que pretenda ir além da experiência interna, o conjunto de elementos intrapsíquicos univocamente determinados é insuficiente para abordar o problema; por esta razão, as psicologias explicativas que, nas suas construções, se limitaram a semelhantes elementos psíquicos costumavam eludir a teoria da evolução da vida psíquica. A psicologia explicativa vê-se obrigada a colocar o desenvolvimento humano numa conexão metafísica universal ou a tentar abarcá-lo dentro da universal conexão natural.

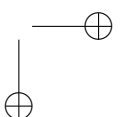
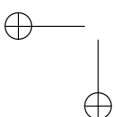
Para a compreensão das *teorias metafísicas*, pode partir-se da expressão "desenvolvimento"; tal expressão designa o desenvolvimento de algo germinal compacto numa sucessão constante de processos até chegar a uma estrutura de vida em que uma riqueza maior de membros se articula num todo vitalmente mais eficaz. Isto implica

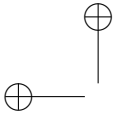




que entre a conexão de uma estrutura no ponto inicial e a articulação final desta conexão existe uma relação segundo a qual o ponto terminal se encontra implicado no começo, e só no ponto final se revela aquilo que estava contido no princípio. Supõe também – o que não está compreendido no já dito – que, a partir da acção unitária da estrutura desenvolvida, o começo nos aparece como um germe que se desdobra para uma meta. Daqui se segue que podemos conceber este ponto cimeiro como fim que se vai realizando no desenvolvimento. Tais são os factos empíricos a partir dos quais *Aristóteles* elaborou o conceito metafísico de desenvolvimento que, decerto, ultrapassa toda a experiência. A essência deste conceito metafísico radica no facto de que os rasgos generalíssimos do desenvolvimento que são comuns ao mundo orgânico e à vida psíquica e ao processo histórico, se transformam numa potência cósmica. Isto acontece em *Aristóteles* e em *Leibniz*, tal como em *Schelling* e *Hegel*. Mas a partir deste poder cósmico de novo nos fita o mesmo enigma, que encontramos nos desenvolvimentos concretos. Algo que ainda não é, mas que chega à existência através do tempo, partindo do não ser. Temos um feto e, num ponto determinado, nasce-lhe a consciência de nós conhecida. As energias sensoriais singulares que conhecemos formam-se a partir de uma energia sensorial geral inapreensível. Por isso, pensa-se que do conceito de desenvolvimento se podem tirar todas as coisas como que por encanto — pois todas as possibilidades estão escondidas neste conceito incerto, misterioso, cheio de contradição.

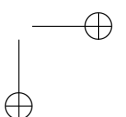
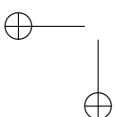
O conceito *empírico científico-natural* do desenvolvimento encontra o campo imediato do seu domínio dentro do mundo orgânico. Não só a história de cada organismo individual cai sob este conceito, mas também a sucessão demonstrável das formas orgânicas em todo o reino orgânico se subsume hipoteticamente neste conceito, e a continuidade do desenvolvimento que não consiga mostrar-se empiricamente estabelece-se por meio de complementos hipotéticos. Se buscarmos a explicação desta realidade empírica, descobrimos que também aqui nos movemos entre hipóteses. Pode assim considerar-se a





evolução do mundo orgânico como um caso particular dos resultados, quais unidades invariáveis que surgem mediante o mecanismo de um sistema. Pode igualmente tratar-se de reduzir de algum modo a um fundamento unitário o facto de o estado alcançado se transformar em condição para uma ulterior elevação da realização vital. Tal fundamento constitui, em seguida, a razão explicativa da presença de um princípio de intensificação no seio do mundo orgânico. Ambas as explicações não passam de hipóteses.

Dentro deste mundo orgânico, e nos desenvolvimentos que gradualmente se vão elevando, emerge a vida psíquica. A sua presença é o grande enigma, que resiste também aos meios do conhecimento natural. Conseguimos estabelecê-la empiricamente só pela presença de movimentos produzidos pelos estímulos e segundo o princípio da estrutura. Caminha em desenvolvimento ascendente, em paralelo com a gradação do reino dos corpos orgânicos. Também nos indivíduos animais ou humanos se desenvolvem de modo coincidente o físico e o psíquico nas épocas de crescimento, de maturidade e de decréscimo. Mas visto que o desenvolvimento psíquico se insere na experiência interna e é vivido tal como é, sobressaem aqui propriedades dos processos que não se podem derivar mediante hipótese alguma de cooperação de unidades psíquicas constantes. Assim como não se pode representar a velocidade de um corpo como a soma das velocidades das suas partes, de igual modo dos estados internos de unidades singulares imutáveis não se pode também derivar, por meio da sua acção recíproca, o contributo unitário do comparar, ajuizar, preferir, formar um ideal. As coisas são assim, e nenhum artifício de uma teoria materialista as poderá obscurecer: estas actividades exigem como sua condição uma conexão original, primordial, uma unidade que não se compõe de elementos separados e das suas respectivas actividades. Este conhecimento elucida-se ainda pelo que dissemos no capítulo anterior, segundo o qual a conexão estrutural não dimana de realizações; pelo contrário, as articulações mais finas diferenciam-se a partir dela, e não se pode ir além dela. Mas a natureza da unidade

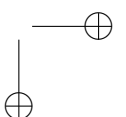
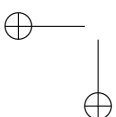




que se deve admitir como condição dos processos psíquicos é-nos de todo desconhecida. Tentar indagá-la excede os limites do nosso conhecer. Como nos é desconhecido o que se encontra por detrás dos fenómenos corpóreos, não se pode excluir que aquilo que constitui a sua realidade abranja também a conexão do representar, do sentir e do querer. Mas, de qualquer modo, na conexão estrutural psíquica é-nos dado um sujeito unitário do desenvolvimento psíquico. Aqui se faz uma ligação com a exposição anterior, segundo a qual os impulsos constituem nesta conexão o centro que faz progredir o desenvolvimento

A índole do desenvolvimento psíquico, na sua diferença do físico, também se apresenta com um carácter negativo. Não podemos predizer o que no decurso psíquico terá de suceder a um estado já alcançado. Só retrospectivamente podemos mostrar as razões do que aconteceu. Partindo dos motivos, não podemos predizer as acções. Só a partir das acções podemos estabelecer analiticamente os motivos. Não sabemos o que no dia seguinte irá ser de nós. E a evolução histórica ostenta este mesmo carácter. Justamente nas grandes épocas criadoras desponta uma ascensão que não se pode derivar das etapas anteriores.

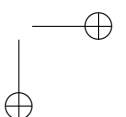
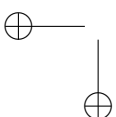
Atingiu-se assim o ponto em que já estão assaz preparadas a descrição e a análise pormenorizadas das uniformidades no decurso da vida humana. Para esta *descrição e análise da história evolutiva humana*, dispomos de materiais de grande valor. Quando no século XVIII penetrou no horizonte das pessoas cultas a concepção natural da vida, à maneira de uma história natural da vida psíquica, também a *poesia* teve de se apropriar desta consideração natural do desenvolvimento humano. Rousseau, o criador do novo género de poesia, Goethe, Novalis, Dickens, Keller e tantos outros, criaram tipos singulares dessas histórias evolutivas. Acresce ainda o facto de os séculos XVIII e XIX terem criado a moderna *biografia* sob a mesma influência da orientação para uma história natural do homem. Ela representa, em certo sentido, a forma mais filosófica da História. O





seu objecto é constituído pelo homem como proto-realidade de toda a história. Ao descrever o singular, reflecte-se nele a lei geral do desenvolvimento. As autobiografias têm um valor inestimável: nas "viagens de António" de Philip Moritz e na "Vida de Goethe" sobressaíram justamente os rasgos universais das épocas da vida. Mas seria ainda necessário criar a consideração científica da história do desenvolvimento humano. Deve ela estudar a influência de três classes de condições: o desenvolvimento do corpo, as influências do meio físico e as do mundo espiritual circundante. No Si mesmo que se desdobra nestas condições deverá, em seguida, apreender as relações da estrutura psíquica, segundo os "momentos" de adequação e valor vital, com os outros "momentos" do desenvolvimento: importa mostrar como destas relações se extrai uma conexão dominante da alma, "forma cunhada que se desenvolve vivendo"; importa mostrar as imagens das idades da vida, em cujo nexos reside este desenvolvimento, e fazer a análise dessas idades segundo os factores que as condicionam. Infância em que, a partir da estrutura da vida psíquica, se pode derivar o jogo como uma manifestação necessária da vida. O dilúculo em que ainda não se vislumbram as alturas e as lonjuras: tudo indefinido, desconhecidos os limites dos valores, o halo da infinidade sobre toda a realidade; na primeira independência e na mobilidade fresca de todas as incitações da alma, com todo o futuro à frente, formam-se os ideais da vida. Em contrapartida, na senectude, a forma da alma dominando senhorialmente, ao mesmo tempo que os órgãos do corpo perdem as suas forças: um humor misto e sofrido sobre a vida, que jorra do domínio de uma alma, que elaborou muito dentro de si, sobre os estados de ânimo singulares: eis também o que confere às produções artísticas da velhice a sua sublimidade peculiar, como a *Nona Sinfonia* de Beethoven ou o final do *Fausto* de Goethe.

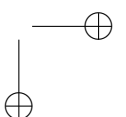
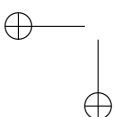
A textura adquirida da vida psíquica, que encontramos no homem desenvolvido, e que abarca ao mesmo tempo imagens, conceitos, determinações axiológicas, ideais, orientações voluntárias fixas, etc., inclui conexões constantes que retornam uniformemente em to-





dos os indivíduos humanos e, além destas, outras que são próprias de cada um dos sexos, de uma raça, de uma nação, de uma classe, etc. e, por fim, do indivíduo singular. Como todos os homens se encontram no mesmo mundo externo, produzem também o mesmo sistema numérico, as mesmas relações espaciais, as mesmas relações gramaticais e lógicas. Como vivem nas mesmas relações entre este mundo exterior e uma textura estrutural psíquica que lhes é comum, daqui nascem igualmente as mesmas formas de preferir e eleger, as mesmas relações entre fim e meios, certas relações uniformes de valores, certos rasgos uniformes do ideal de vida, onde ele emerge. As fórmulas da identidade da razão em todos os indivíduos, que Schleiermacher e Hegel nos oferecem, a da identidade da vontade, que Schopenhauer nos indica, expressam com abstracção metafísica este facto da afinidade. Na uniformidade das produções individuais que o homem suscita, nas grandes e amplas conexões que transformam estas produções em sistemas culturais, nas organizações poderosas que entrelaçam os homens e se baseiam na afinidade entre os mesmos, possui a psicologia um material resistente, que torna possível uma análise real do psiquismo humano, inclusive no tocante aos seus rasgos fundamentais concretos.

A textura uniforme que assim se espraia em estrutura e em história evolutiva da vida psíquica contém, se se olhar com profundidade, as regras de que depende a plasmação das individualidades.

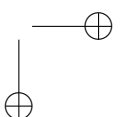
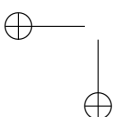




Capítulo IX

O estudo das diversidades da vida psíquica

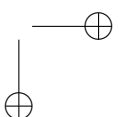
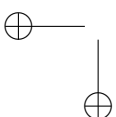
O conhecimento da natureza e do valor da individualidade desenvolveu-se a pouco e pouco na humanidade europeia. Sócrates é o primeiro a tomar consciência do processo moral dentro si mesmo, que torna possível o desenvolvimento da pessoa unitária. O "conhece-te a ti mesmo" orienta-se, em primeiro lugar, para o [elemento] uniforme da natureza humana, mas disto, que nele oferecia a validade universal e que elevou à luz do saber, tinha de se separar o poderoso, o insondável, que designava como "demónio", e que, sem dúvida, pertencia à profundidade da subjectividade. A partir de então, Sócrates converteu-se para os seus discípulos, para os Estóicos, Montaigne, etc., no tipo da reversão do pensamento nas profundidades da pessoa. O próximo grande avanço foi obra do estoicismo, com o seu ideal do sábio. Com este ideal, a pessoa autónoma, fechada em si mesma, eleva-se no horizonte da consciência filosófica. A acentuação da vontade no pensar, a orientação para o desenvolvimento de uma convicção que seja capaz de prestar à acção unidade e consciência da sua meta. O fechamento da pessoa para o exterior, superando a força das dores e dos prazeres externos, o ideal do sábio que assim nasce, que, graças ao poder consciente da plasmação intelectual de uma personalidade inteiriça, possui o seu centro de gravidade em si mesmo e é mais do que os reis e os heróis, o culto da amizade em que a afinidade dos indivíduos proporciona a união: todos estes são outros tantos traços da vida e do pensamento estóicos que acrescentaram de forma imensa o valor da pessoa unitária e compacta e clarificaram o seu conceito. Quando o ímpeto das personalidades romanas se impregna desta mentalidade surge aquela união admirável da energia de vontade romana com a configuração consciente da





pessoa que provinha da filosofia, nimbada pela luz serena das Graças helénicas, como no-lo mostra a época dos Cipiões; assim se desenvolveu a literatura estóico-romana, orientada para a formação da pessoa, que exerceu tão enorme influência; desenvolveu-se ao mesmo tempo uma assombrosa capacidade para apreender as individualidades, como no-lo revela o historiador Tácito. Nesta região histórica desponta a autognose cristã. A literatura de "meditações" da Idade Média continua esta direcção. O que se designou como descoberta da personalidade no Renascimento não é mais do que a secularização deste tesouro religioso.

A transição desde a apreensão do conceito de personalidade unitária, fechada em si mesma, que foi aperfeiçoado pela filosofia transcendental, para o conceito da individualidade, tal como hoje existe, realizou-se pela primeira vez na filosofia transcendental alemã. Preparamo Moritz, Schiller e Goethe e, por fim, a teoria da individualidade foi formulada por Humboldt e Schleiermacher. "Na individualidade – diz Humboldt – reside o mistério de toda a existência" (*Obras*, I, 20). "Cada individualidade humana é uma ideia que radica na aparência; em algumas brilha ela de modo tão radiante que parece ter adoptado a forma do indivíduo só para nela se revelar. Quando se desenvolve a acção humana e se eliminam todas as causas que a determinam, persiste algo radical que, em vez de ser sufocado pelas suas influências, as transforma, e nesse mesmo elemento encontramos um anelo sempre activo para dar existência exterior à sua natureza interna" (*Obras*, I, 22). Também Schleiermacher vê na individualidade um valor ético, ínsito na ordem cósmica; brota da razão divina como um todo ideal: uma revelação da divindade. "Se todo o moral, porque se põe a si mesmo, se deve diferenciar de tudo o mais como individual, e também conceptualmente, então os homens singulares têm de ser conceptualmente distintos na sua raiz, isto é, cada um deve ter a sua peculiaridade." "O conceito de cada homem, tanto quanto se pode formar semelhante conceito individual, é diferente." (*Ética*, Schweitzer, § 131). "A maioria dos indivíduos não seria moral, se o ser da

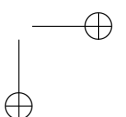
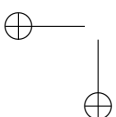




razão não fosse diferente em cada um." "O que a razão forma como alma do indivíduo deve possuir também o carácter da peculiaridade e ser para ele fechado."

Distingamos. A doutrina do valor da individualidade é a expressão da cultura alemã de então e continua a ser, considerada dentro de certos limites, uma verdade social e ética, que já não se pode esquecer. Mas a afirmação de que o valor da individualidade remete para a sua relação com a divindade, que, portanto, se deve pensar como originário, como unitariamente posto, pois dimana da ordem divina do cosmos, não é mais do que uma interpretação metafísica indemonstrável da realidade ética. Pertence às concepções metafísicas que ultrapassam os limites do experimentável. Interpreta simbolicamente as experiências internas e alicerça-as num fundo substancial.

A tarefa da psicologia descritiva é, pelo contrário, agrupar as nossas experiências sobre a individualidade, estabelecer a terminologia para a sua descrição e analisá-las. Se toda a teoria metafísica justapusesse o universal e o individual sem relação alguma, ou só com uma mediação estética, então a busca das relações em que o peculiar se encontra com o geral constitui já, na descrição do historiador ou do poeta, não menos do que na reflexão da experiência da vida, o único meio de expressar a individualidade. A descrição possui nos conceitos gerais que, segundo a sua natureza, expressam as uniformidades das coisas particulares, o recurso para representar a particularidade. A análise só consegue proporcionar as relações básicas do uniforme, para que possamos apreender e expor as relações que existem no que é peculiar. Para se aproximar do particular, deverá tratar de apreender as relações que tem com o geral. Pretendo, por exemplo, descrever os *Evangelistas* de Dürer; devo então servir-me dos conceitos gerais que me oferece a teoria das artes plásticas; além disso, tenho de falar dos temperamentos, da sua concepção na época de Dürer. Se quero analisar esta obra de arte, tenho de trazer à consciência os recursos que a pintura possui para expressar grandes caracteres histórico-universais, como João ou Pedro; devo representar a

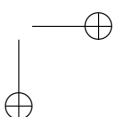
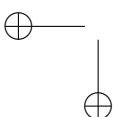




natureza de grupos ideais que mostram várias personagens histórico-universais em repouso completo, sem vínculo algum mediante uma acção histórica, só em relações ideais; tenho de subordinar a estas relações gerais de factos abstractos, inerentes à teoria da pintura, a particularidade concreta específica do Renascimento em relação com tais temas; Leonardo, Miguel Ângelo, Rafael, Dürer, etc., como tipos especiais de semelhante representação de homens historicamente importantes, bem como o tratamento pictórico de grupos ideais de pessoas historicamente significativas, devem subordinar-se ao carácter do Renascimento e então, finalmente, poderá determinar-se, para a obra de Dürer, o lugar da individualidade. Portanto, só as relações dos factos gerais com os individuais nos permitem uma análise dos últimos.

A proposição principal, que expressa esta relação, pode ser por nós constatada analiticamente em cada individualidade desenvolvida. *As individualidades não se distinguem entre si* pela existência de determinações *qualitativas* ou de modos de articulação que não haveria nas outras. Não existe em nenhuma individualidade uma classe de sensações, ou uma classe de afectos, ou uma conexão estrutural, que noutras não exista. Não há pessoas – excepto devido a um defeito anormal – que vejam só um determinado feixe de cores ou mais cores que as outras, ou que não possam vincular os sentimentos de agrado às sensações de cor, às combinações de sons, ou que sejam incapazes de sentir cólera ou compaixão e impotentes para praticar a defesa contra os ataques. A uniformidade da natureza humana manifesta-se no facto de que em todos os homens (quando não existir um defeito anormal) ocorrem as mesmas determinações qualitativas e as mesmas formas de combinação. Mas as *relações quantitativas* em que se exibem são muito diferentes; estas diferenças *congregam-se em combinações* sempre novas, e *nisto assenta*, em primeiro lugar, a *diferença* entre as *individualidades*.

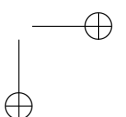
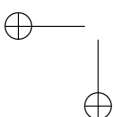
Destas diferenças no quantitativo e nas suas relações *surgem* outras que se nos apresentam como *rasgos qualitativos*. No mesmo

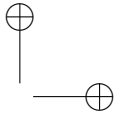




banco escolar sentam-se o sonhador, o pateta, o versátil, o trabalhador, o obstinado. O que com estas expressões designamos são os seus traços qualitativos dominantes ou os seus vínculos típicos. Se os examinarmos de mais perto veremos que são traços que surgem em cada qual mas que, por exemplo, alcançaram uma força especial no obstinado ou no sonhador, ou são determinações quantitativas de velocidade, de sucessão, de mudança, etc., como no versátil, ou de liames de determinações quantitativas como no pateta: numa palavra, determinações quantitativas adquirem na observação dos homens e na sua linguagem o carácter do qualitativo sem que, por isso, sofram uma mudança na sua verdadeira natureza. À mesma mesa de jogo senta-se o invejoso, o problemático, o libertino, o pedante. O que está contido na qualificação de invejoso ou libertino é, em primeiro lugar, o grau de intensidade de um impulso e o seu domínio sobre os outros aspectos da alma. Entendemos por natureza problemática, tentando reproduzir o conceito de Goethe, uma pessoa que não pode ser claramente apreendida, porque a incongruência entre o seu anseio e as suas obras, entre as suas exigências perante a vida e o seu poder para realmente a determinar, se reflecte em tantos matizes que o observador fica cego. Também não é mais do que uma forma da conhecida desproporção entre a força dos sentimentos nobres e a impotência da reacção para as acções, donde brotam as pretensões excessivas, nascidas de sentimentos elevados, e a incapacidade de fazer algo proveitoso para os outros e para si. Trata-se também, aqui, de uma relação de determinações quantitativas.

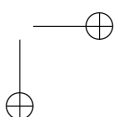
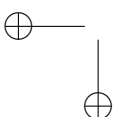
De acordo com uma segunda proposição principal, *estas combinações* encontram-se submetidas a *certas regras que limitam as possibilidades* da confluência *de relações quantitativas diferentes*. Das posições dos três termos, da distribuição das diferenças de qualidade e quantidade na premissa maior e na menor, pode derivar-se abstratamente uma tábua de combinações possíveis de premissas maiores e menores com as conclusões, mas daí não se segue que todas estas combinações sejam efectivas: o que a este respeito decide são





relações lógicas mais profundas. Assim também entre as possibilidades *in abstracto* de combinação de proporções quantitativas diferentes numa conexão psíquica nem todas são individualmente possíveis. São decerto possíveis mais combinações do que em geral se supõe. Costumamos geralmente esperar que um alto grau de piedade seja acompanhado de confiança e lealdade. Não é, porém, necessário. O dominhoco da carteira escolar revela-se, no campo do jogo, o capitão da equipa mais atrevida. Não é em vão que se adverte aos professores que observem os seus alunos no jogo, para assim completar as observações feitas na aula. O grau diverso de energia no efeito produzido pelo estímulo, num caso pelos livros e noutro pelo jogo, num caso abaixo do normal e noutro muito acima, é algo que pode muito bem existir na mesma conexão psíquica. De que forma as qualidades se pressupõem e mutuamente se excluem é algo tão recôndito que não se torna patente aos olhos do observador corrente. Semelhante conhecimento tornaria possível uma ciência que contivesse regras fixas para a observação dos homens e para a representação estética ou histórica dos homens: pois o conhecimento dos homens apoia-se, sobretudo, no facto de podermos julgar correctamente que propriedades podem ou têm de se aliar a outras e quais as que se excluem.

Surge aqui um dos problemas mais surpreendentes da observação dos homens. Quanto mais limitado é alguém, com tanto maior facilidade fala de *contradições* nos *caracteres*. Mas, em certo sentido, este conceito costuma ser empregue também pelos experimentados conhecedores de homens. Que significa esta expressão? Atrever-me-ia a dizer que o conceito de contradições numa individualidade nasce da comparação do empiricamente dado com a representação de uma textura psíquica logicamente ordenada e que actua de modo teleológico. Um certo médico tem uma boa ideia do que é são e age incessantemente contra ela; temos isto por uma contradição, porque é incompatível com o nosso ideal de uma conexão lógica e adequada. Ao perguntarmos agora porque supomos no indivíduo uma conexão adequada e consideramos a sua ausência como uma contradição, e

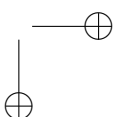
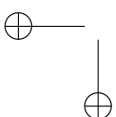




donde dimana tal contradição, damo-nos conta da dualidade presente no conceito de indivíduo; acercamo-nos assim da visão última da natureza da individualidade.

A disposição individual reside, em primeiro lugar, nas massas quantitativas e nas suas relações, que distinguem um indivíduo dos outros. Mas na *estrutura* actua a adequação ao fim, as partes da estrutura são postas em jogo pelos impulsos e estes operam em unísono para fomentar a vida nas circunstâncias dadas. Adaptam-se, pois, pouco a pouco a este fim. Graças à prática, tornam-se habituais os caminhos da conexão que levam à satisfação. A ambição dominante de um político vence a timidez na exposição que, em circunstâncias normais, não seria vencida. Se num grande interesse histórico a memória está debilmente desenvolvida, esta lacuna colmata-se relativamente a partir desse interesse. Na individualidade actua, portanto, um *princípio* de unidade, que *submete as forças ao nexa teleológico*. Este facto foi, com razão, realçado por Humboldt e Schleiermacher com as suas fórmulas metafísicas, embora os seus modos de expressão sejam muito deficientes. Legitima-se o direito para essas fórmulas. Mas nenhum dos dois sabe que o fundo último, a partir do qual actua este princípio, promana das determinações quantitativas incalculáveis, individualizadas, particulares. Estas, por assim dizer, constituem a matéria – *hyle* – que, mediante este princípio unitariamente configurador – uma espécie de *eidos* – é plasmada no todo da individualidade. Nesta união de fundamentos concretos, não determinados por lógica alguma, com uma estrutura plasmadora que age segundo um fim, na qual eles se articulam, a individualidade surge como uma imagem do próprio mundo. E o conceito de desenvolvimento adquire aqui um novo traço; as determinações particulares e contingentes das disposições individuais transformam-se, nas circunstâncias dadas, numa conexão teleológica e unitária.

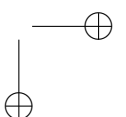
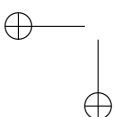
As contradições numa individualidade são, em muitos casos, só aparentes. Pois, por detrás das propriedades antagónicas oculta-se uma conexão adequada que se subtrai ao olhar superficial. Assim,





a paciência de um carácter não exclui que possa estalar em violenta cólera perante determinadas coisas. O interesse vivo pelo jogo não exclui numa criança o total desinteresse pela lição. As contradições reais são, pelo contrário, relações de propriedades que eliminam a conexão lógica ou a adequação ao fim. Há assim em alguns poetas a contradição entre uma fantasia selvagem e um anseio ideal. Rousseau, o reformador da educação, entrega os seus próprios filhos ao orfanato. Gustavo Adolfo é o herói do protestantismo e, todavia, persegue com tenacidade os interesses do seu Estado sueco. É inútil pretender interpretar tais contradições conciliando-as, nos grandes homens ou nos homens correntes, e o juízo tirado do homem médio revela-se falso perante as grandes naturezas.

Se quisermos agora ampliar o conhecimento da natureza da individualidade e obter uma visão das suas diversas formas, será necessário *circumscrever o círculo das diferenças quantitativas*. Em geral, os indivíduos diferenciam-se já pelo *grau* da sua *força* espiritual; os graus da vitalidade espiritual estendem-se desde as naturezas vegetativas até às espiritualmente criadoras. Um primeiro círculo de diferenças determinadas existe nas diferentes intensidades dos estados internos. Há homens que sofrem sob a força da sua compaixão; e conhecemos demasiado o tipo contrário, a insignificância da compaixão e até o acentuado prazer que em alguns suscita a impressão da desgraça alheia. Uma segunda diferença surge no tocante à *duração* dos estados. Em determinada pessoa apresentam-se como que aos sacões, noutras duram mais e com uma força mais moderada. Assim o sentimento doloroso, o de ódio em virtude de um dano na própria vida, é em algumas pessoas tão impetuoso que, aparentemente, se destruirão a si próprias; e, da noite para o dia, mudou o cenário, apresentam-se com o humor mais prazenteiro. Noutras pessoas, a depressão provocada pelo dano persiste calada, penetrante, irreprimível: mesmo no meio de novas impressões depressa ela espreita. Há grandes diferenças no tocante à *velocidade* no acolhimento das impressões. Também as afecções são diferentes segundo a *pro-*

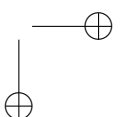
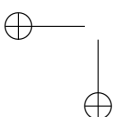




fundidade com que penetram, tudo influenciam e persistem. A isso corresponde a sua expansão pela vida da alma graças à sua recorrência frequente e à sua entrada em novas combinações. Naturezas superficiais entregam-se às impressões, deixam que uma desaloje a outra, enquanto nas naturezas profundas as impressões se afirmam com grande força. As naturezas superficiais serão versáteis, enquanto as outras persistentes. Todavia, estas e outras diferenças segundo o grau, a duração, a repetição dos processos internos, que distinguem os indivíduos, constituem apenas o primeiro alicerce da individualidade. Chegam, em seguida, à expressão na diferença dos temperamentos.

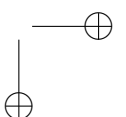
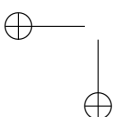
Decisiva é, todavia, a *proporção* que existe na estrutura da vida psíquica entre as diversas *componentes* que a constituem⁷. Como o núcleo da estrutura consiste na sua reacção às impressões, a diferença mais profunda será a que se estabelece entre aqueles em que predomina o acolhimento das impressões e aqueles em que a vontade reage por si mesma. Naturezas submetidas às impressões ou que descarregam a impressão em palavras e em gestos são muito diferentes das que respondem às impressões com uma força própria e com uma acção voluntária directa. O acolhimento das impressões das percepções sensíveis é também muito diferente segundo a atitude de cada domínio sensorial. Neste particular se diferenciam, em primeiro lugar, as capacidades congénitas. Surgem, de imediato, diferenças no tocante aos processos de reprodução e aos outros processos intelectuais. No campo dos sentimentos aparece a diferença fundamental entre o "díscolo" e o "êucolo"; naquele, as impressões provocam de preferência estados de ânimo penosos e, neste, alegres. Outras diferenças profundas entre as individualidades dimanam das relações dos impulsos entre si, segundo o seu vigor; como aqui se situa o centro da estrutura

⁷ Na conexão estrutural, que consiste na dependência recíproca dos diversos aspectos, radica uma circunstância segundo a qual uma disposição do sentimento se faz valer na vontade, assim, por exemplo, a concepção estética grega no nexo teleológico para o bem supremo, etc. Importa desenvolver aqui este princípio.





psíquica, aqui se apresentam também as diferenças mais patentes. E em nenhum outro lugar tão claramente se mostra como as diferenças quantitativas se transformam no fundamento das diferenças individuais que se apresentam à nossa maneira de apreender com um carácter qualitativo. Os tipos do ambicioso, do vaidoso, do devasso, do violento, do covarde são apenas a expressão de relações quantitativas, já que o sistema dos impulsos é o mesmo em todos, e estes tipos característicos devem-se unicamente à proporção entre os impulsos, e ao modo como a estrutura suscita, a partir deste, outras relações. Tomemos, por exemplo, o ambicioso. Que tenha de afastar o rival, sejam quais forem os meios, é algo que está condicionado pela força dominante do seu impulso. A proporção que a impressionabilidade tiver com a reacção mediante acções constitui o motivo de outras diferenças importantes. A este respeito é indiferente se estas acções volitivas regulam e dirigem o pensamento, dominam os sentimentos ou se governam unicamente os movimentos no mundo exterior. Além, o homem encontra-se entregue às impressões; uma receptividade múltipla não permite que nele surja nenhuma forma fixa; o jogo de sentimentos provocado pelas impressões manifesta-se nas maneiras, no rir e no chorar, na mudança do humor. Aqui, em oposição à anarquia das impressões, temos uma direcção monárquica da vida pela força da vontade; as naturezas sentimentais sentem-se aqui repelidas pela dureza, pelo rectilíneo, pelo prosaico: na realidade, a tèmpera humana dominante é a varonil do homem formador, em contraposição ao sensitivo, gozador e versátil, que facilmente imagina que sente com maior profundidade porque dá rédea solta aos seus sentimentos. A esta poupança da energia volitiva está, muitas vezes, associada a preguiça, a incapacidade de uma valoração moral objectiva de si mesmo e dos outros, porque predominam os sentimentos violentos contra todos os que exigem acção e esforço em vez de sentimentos e, por fim, um anseio oculto, enganador, dissimulado, por satisfazer os anseios da vida sentimental. Ocorrem novas diferenças porque em alguns as acções singulares são governadas durante anos, em sólidas

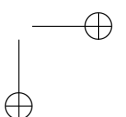
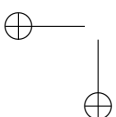


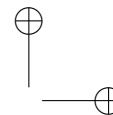
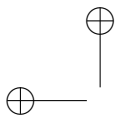


articulações de meios e fins, pela força da conexão adquirida, por vezes até durante uma parte inteira da vida, ao passo que outros tipos só inconstantemente buscam resoluções e regulam, mais uma vez, as relações do novo fim com os meios. Uns agem segundo os seus planos – gente do mundo! –, outros segundo as suas máximas – naturezas morais e sérias –, outros, finalmente, actuam de modo demoníaco. Se olharmos o conjunto de todos os derradeiros motivos que condicionam as diferenças das individualidades, creio que ficará demonstrada a proposição de que em toda a parte se podem encontrar em diferenças quantitativas os fundamentos das diversidades, pelo que nestas reside uma incomensurável riqueza das mesmas.

A isto se deve que em semelhantes *condições naturais* do nosso desenvolvimento radiquem as *componentes menos valiosas* da nossa conduta. A autonomização do espiritual, a preferência pelos sentimentos duradouros de alegria na consequência, de gozo no trabalho, de entrega, rompem, pouco a pouco, o anel de ferro com que as determinações naturais, as primeiras relações quantitativas no nosso sistema de impulsos, cercam a nossa vida psíquica. Mas não de um modo absoluto. Por isso, a mistura no talento, na idiossincrasia, no carácter, é instilada pela natureza, e nenhum desdobraimento, no sentido de uma unitária e livre adequação da vida, consegue destruir por completo estes ingredientes terrenos da nossa existência psíquica. Além disso, a possibilidade da corrupção está muito perto da evolução para a norma humana.

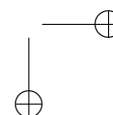
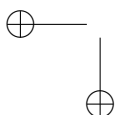
As classes das diferenças que assim se produzem são constituídas, primeiro, pelas esferas em que se separam as particularizações, dentro das uniformidades da natureza humana. Não consideraremos agora a diferença devida à *idade*, pois constitui, dentro de cada indivíduo, o seu desenvolvimento. A diferença mais geral é a dos *sexos* – tema cuja discussão nunca terá fim, objecto de toda a poesia, entretido com toda a literatura e, na actualidade, de uma influência prática poderosa nas grandes questões da vida. Na nossa cultura, a diferença fundamental consiste em que a vida sentimental e men-

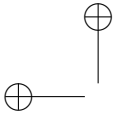




tal da mulher se ergue sobre as relações com a família, o homem e a criança, intimamente vividas, ao passo que a educação profissional do homem permite a este considerar a vida em circunstâncias mais objectivas e amplas, mas também de modo menos directo e íntimo. Mas a questão de quanto nesta situação, nestas diferenças, corresponde à educação e quanto a disposições invencíveis só se poderá resolver a pouco e pouco, graças ao experimento pedagógico, e todo aquele que se ocupa da natureza humana deve exigir espaço para toda a classe de ensaios a este respeito. *As raças, as nações, as classes sociais, as formas profissionais, as etapas históricas, as individualidades*: representam outras tantas delimitações das diferenças individuais dentro da uniforme natureza humana. Quando a psicologia descritiva investigar de mais perto estas formas do particular na natureza humana, ter-se-á encontrado o elo entre ela e as ciências do espírito. Nas ciências da natureza, o uniforme constitui a meta principal do conhecimento; no mundo histórico, pelo contrário, trata-se da particularização até chegar ao indivíduo. Na escala destas particularizações, não estamos a afastar-nos, mas a aproximar-nos. A História encontra a sua vida no aprofundamento progressivo do peculiar. Nele existe a relação viva entre o reino do uniforme e o mundo individual. Impera nela, não o singular por si, mas esta relação. É disso expressão o facto de a complexão espiritual de uma época inteira poder estar representada num indivíduo. Há personalidades representativas. No trabalho pedagógico pelo qual, no seio de um verdadeiro sistema educativo, o educador deve orientar a individualidade do discípulo, compreendida por ele, para a meta do ofício que lhe corresponde, também esta relação de articulação entre o geral e o individual lhe ilustrará a tarefa; pois esta grande faina só é resolúvel se existir uma relação entre as disposições individuais e os grandes sistemas uniformes da vida social e profissional.

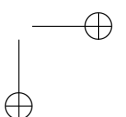
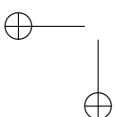
Podemos observar aqui também a significação que corresponde a uma psicologia descritiva da individualidade para o *estudo histórico do desenvolvimento da individualidade*. Este desenvolvimento tem





de estar condicionado por dois factores. Depende do incremento das diferenças quantitativas nas disposições. Como vimos, a individualidade não está já contida nas diferenças, mas nasce com base nelas, mediante a sua articulação num todo adequado. Não é congénita, como supõem Schleiermacher e Humboldt, mas configura-se no próprio desenvolvimento. Por isso, temos uma segunda condição do incremento da individualidade dentro de uma sociedade em tudo aquilo que pode facilitar essa articulação num todo adequado. O incremento das diferenças quantitativas é condicionado, primeiro, pela divisão do trabalho e pela diferenciação político-social. No mesmo sentido actua o aumento da cultura; suscita existências mais sensíveis, espiritualmente mais refinadas, à medida que as diferenças quantitativas crescem de geração em geração. Tudo o que fomenta a liberdade e a força interna da formação opera em prol da articulação das diferenças quantitativas dadas num todo adequado. A dissolução dos vínculos político-sociais na sociedade antiga, a dissolução da velha fé religiosa, a formação livre de uma atmosfera de visão própria da vida e do mundo em torno da pessoa, tais como se fomentam por uma espécie de força metafísica da reflexão e pela actividade artística da fantasia. Estas e outras forças actuaram quando se desenvolveu a individualidade na Grécia na época dos Sofistas; em seguida, na primeira época dos imperadores romanos e, mais tarde, no Renascimento italiano.

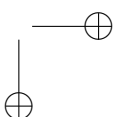
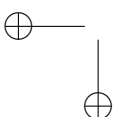
Grande tarefa é a que representa o lançamento de pontes entre a psicologia actual e a visão do mundo histórico. Podemos aproximar-nos gradualmente desta meta quando aos recursos actuais se acrescentam o estudo dos produtos históricos e o experimento orientado para as diferenças psíquicas dos indivíduos.





Anotação

As ciências do espírito partem da conexão psíquica, dada na experiência interna. No facto de a conexão existir primariamente na vida anímica é que consiste a diferença fundamental entre o conhecimento psicológico e o conhecimento da natureza; aqui reside também a primeira e fundamental especificidade das ciências do espírito. Visto que no âmbito dos fenómenos externos apenas ocorre a recíproca justaposição e sucessão, não poderia surgir a ideia de conexão, se ela não fosse dada na unicidade específica que lhe está adscrita. Esta tem lugar na *conexão estrutural da vida anímica*, sem hipóteses acerca de uma espontaneidade uniforme ou substância psíquica, mediante as nossas percepções internas e as suas ligações. Pela mesma são abarcadas todas as formações unitárias e todos os nexos singulares. Não podemos recuar para lá desta conexão; ela é a condição unitária da vida e do conhecimento. Por isso, contém o ponto de partida seguro da psicologia. Também nela, assim como nesta conexão estrutural, se entrelaçam a percepção e o pensamento com impulsos e sentimentos, e estes com acções voluntárias, também nela é dada primariamente a finalidade interna como propriedade básica da tessitura psíquica. Ora esta conexão estrutural, graças aos processos de associação, de reprodução e de fusão, acessíveis imediatamente só à descrição e à análise, opera ainda a articulação estrutural e teleológica da textura psíquica adquirida que, em seguida, condiciona os actos conscientes e possibilita a recordação. Suscita a articulação crescente das realizações psíquicas, que tem lugar no desenvolvimento da unidade espiritual da vida. Por isso, esta conexão estrutural, enquanto força unitária, tomando esta palavra sem qualquer substancialização metafísica, torna compreensível a *actuante conexão viva no seio da vida anímica e do mundo histórico*, pelo menos dentro de uma certa extensão. E pode também assim possibilitar a uma psicologia descritiva e analítica um movimento seguro e natural desde o todo para os membros, desde a conexão mais ampla para as conexões singulares.





Desenvolver com maior pormenor estas proposições sobre a conexão estrutural, demonstrar o seu valor para a configuração de uma psicologia descritiva e analítica foi o fito exclusivo do tratado⁸.

* * *

[Nota do Tradutor]

A versão deste grande texto de W. Dilthey, *Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*, aqui proposta é a revisão, a correcção e a melhoria da que foi publicada em 2002.

⁸ A anotação estende-se ainda por mais duas páginas, onde W. Dilthey responde a críticas e a interpretações inadequadas que Ebbinghaus fizera do seu ensaio, na *Revista de Psicologia*, Outubro de 1895. Como as referências são muito pontuais, e também as réplicas, decidiu-se não as referir aqui – sem qualquer dano consequente. (N.T.)

